

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
POLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

LUCAS ALVES GUEDES

**OPINIÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: UM ESTUDO COMPARATIVO
COM ESTUDANTES DE DOIS *CAMPI* UNIVERSITÁRIOS EM
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ**

Campos dos Goytacazes-RJ

2018

LUCAS ALVES GUEDES

**OPINIÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: UM ESTUDO COMPARATIVO
COM ESTUDANTES DE DOIS *CAMPI* UNIVERSITÁRIOS EM
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF como requisito parcial para a conclusão do Curso de Geografia.

Orientador (a):

Prof. Dr. Gustavo Henrique Naves Givisiez

Campos dos Goytacazes- RJ

2018

Lucas Alves Guedes

**OPINIÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: UM ESTUDO COMPARATIVO COM
ESTUDANTES DE DOIS CAMPI UNIVERSITÁRIOS EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES-RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense como requisito básico para a conclusão do Curso de Bacharelado em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique Naves Givisiez

Prof. Dra. Elzira Lucia de Oliveira

Prof. Dra. Denise Cunha Tavares Terra

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que Ele tem feito na minha vida, se não fosse por Ele eu não estaria hoje aqui. Agradeço a minha mãe Elizabeth, ao meu pai Vitor e a minha irmã Beatriz, por sempre me apoiarem e estarem ao meu lado em todos os momentos. Agradeço aos meus avós Fernando, Hedy, Alvaro e Graça por terem ajudado financeiramente minha estadia em Campos. Agradeço aos amigos que fiz na universidade, que me acompanharam durante toda a caminhada universitária em especial Rodolfo e Eduardo. Agradeço a Gustavo, Israel e Daniel, amigos que fiz na pensão em que eu morava e posteriormente moraram comigo em um apartamento. Agradeço ao meu orientador, o professor Gustavo, por ter me ajudado na elaboração desse projeto. Por fim agradeço a todos 661 alunos que colaboraram com a pesquisa respondendo os questionários, aos coordenadores dos cursos que abriram as portas das universidades para a realização da pesquisa, e a todos os professores que cederam alguns minutos de suas aulas para mim.

RESUMO

A política é a arte de governar e suas decisões influenciam a dinâmica de todos os segmentos da sociedade. Constatando uma falta de representatividade política da juventude, e entendendo que é de extrema importância captar as ideias da juventude atual para compreender o futuro da nação, esse estudo tem o propósito de identificar a tendência de perfil político dos estudantes universitários em Campos dos Goytacazes em 2018, estratificando os resultados por instituição de ensino, gênero, curso, cor de pele e religião. Com esse objetivo, um questionário composto por 14 afirmativas de caráter político, social e econômico foi aplicado a 661 alunos de graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Posteriormente as respostas foram lançadas numa bússola política a fim de classificar o perfil político desses estudantes em uma das quatro correntes abordadas na pesquisa: conservadorismo, libertarianismo, socialismo democrático e progressismo. Os resultados indicam que o perfil populacional usado como objeto de estudo da pesquisa se divide em dois: uma classe de estudantes que se aglomera no centro do espectro político, mas que embora não tenha definição exata, não deixa de possuir peculiaridades próprias que podem tender para quaisquer correntes políticas; e uma classe de estudantes progressista, simpática ao liberalismo social e ao intervencionismo econômico.

Palavras-chave: Espectro político, direita, esquerda.

ABSTRACT

Politics are the art of governing and its decisions influence the dynamics of all society's branches. Finding a lack of political representation and we understand that is extremely important to collect the ideas of the current youth; this study has the puporse to identify the trend of political profile of the university students who lives in Campos dos Goytacazes in the year of 2018, separating the results by educational institution, gender, skin color and religion. For this purpose, a questionnaire formed by 14 political, social and ecomonic statements was applied to 661 undergraduate student from Federal Fluminense University (UFF) and Cândido Mendes University (UCAM). Posteriorly, the answers were analyzed trying to class the political profile of these students in one of the four currents covered in the research: conservatism, libertarianism, democratic socialism and progressivism. The results indicated that the population profile used as research object is divided in two: a class that is fitted in the center of the political spectrum, but although it doesn't have an exact definition, there isn't any lack on any of their own peculiarities that can tend to any political currents; and a progressive student class sympathetic to social liberalism and economic interventionism.

Keywords: Political spectrum, right, left.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	14
2 – POLÍTICA	16
2.1 – DIREITA-ESQUERDA	16
2.2 – COMUNITARISMO-LIBERALISMO	20
2.3 – SOCIALISMO DEMOCRÁTICO	22
2.3.1 – Ideologia socialista	22
2.3.2 – Estado, democracia e liberdade	25
2.3.3 – Transição	27
2.3.4 – Economia	27
2.4 – CONSERVADORISMO	28
2.4.1 – Ideologia conservadora	29
2.4.2 – Economia	33
2.4.3 – Estado	34
2.4.4 – Esferas de valor	35
2.5 – PROGRESSISMO	36
2.5.1 – Definição e características	37
2.5.2 – Contribuições para o movimento progressista contemporâneo	38
2.5.3 – Economia	42
2.6 – LIBERTARIANISMO	43
2.6.1 – Ideologia libertária	44
2.6.2 – Estado	47
2.6.3 – Economia.....	50
2.6.4 – Estratégias para o libertarianismo	52
3 – METODOLOGIA	53
4 – RESULTADOS	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXOS	92

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Questionário	54
Tabela 1 – Número de alunos por gênero	56
Tabela 2 – Idade dos alunos	56
Tabela 3 – Número de alunos por cor de pele	57
Tabela 4 – Cursos dos alunos	57
Tabela 5 – Religião dos alunos	57
Tabela 6 – Relação entre alunos migrantes e não-migrantes	58
Tabela 7 – Relação entre migrantes pendulares e não pendulares	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espectro político dividido na díade direita-esquerda	19
Figura 2 – Bússola política	55
Figura 3 – Resultado total da afirmativa “maconha deve ser legalizada”	59
Figura 4 – Resultado da UFF da afirmativa “maconha deve ser legalizada”	59
Figura 5 – Resultado da UCAM da afirmativa “maconha deve ser legalizada”	60
Figura 6 – Resultado da afirmativa “maconha deve ser legalizada” estratificado por curso	60
Figura 7 – Resultado total da afirmativa “casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais”	61
Figura 8 – Resultado da UFF da afirmativa “casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais”	61
Figura 9 – Resultado da UCAM da afirmativa “casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais”	62
Figura 10 – Resultado total da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos”	63
Figura 11 – Resultado da UFF da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos”	63
Figura 12 – Resultado da UCAM da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos”	64
Figura 13 – Resultado da UCAM da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos” estratificado por gênero	64
Figura 14 – Resultado da UCAM da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos” estratificado por curso	65
Figura 15 – Resultado total da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos”	66
Figura 16 – Resultado da UFF da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos”	66
Figura 17 – Resultado da UCAM da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos”	67
Figura 18 – Resultado da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos” estratificado por gênero	67

Figura 19 – Resultado da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos” estratificado por curso	68
Figura 20 – Resultado da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos” estratificado por religião	68
Figura 21 – Resultado total da afirmativa “a imigração no meu país deve ser controlada”	69
Figura 22 – Resultado da UFF da afirmativa “a imigração no meu país deve ser controlada”	69
Figura 23 – Resultado da UCAM da afirmativa “a imigração no meu país deve ser controlada”	70
Figura 24 – Resultado total da afirmativa “prostituição deve ser legalizada”	70
Figura 25 – Resultado da UFF da afirmativa “prostituição deve ser legalizada”	71
Figura 26 – Resultado da UCAM da afirmativa “prostituição deve ser legalizada” ..	71
Figura 27 – Resultado total da afirmativa “o governo deve aumentar as despesas militares”	72
Figura 28 – Resultado da UFF da afirmativa “o governo deve aumentar as despesas militares”	72
Figura 29 – Resultado da UCAM da afirmativa “o governo deve aumentar as despesas militares”	73
Figura 30 – Resultado total da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado”	74
Figura 31 – Resultado da UFF da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado”	74
Figura 32 – Resultado da UCAM da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado”	75
Figura 33 – Resultado da UCAM da afirmativa “o porte de armas de fogo deve legalizado” estratificado por gênero	75
Figura 34 – Resultado da UCAM da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado” estratificado por cor de pele	76
Figura 35 – Resultado da UCAM da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado” estratificado por curso	76
Figura 36 – Resultado total da afirmativa “o governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres”	77

Figura 37 – Resultado da UFF da afirmativa “o governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres”	77
Figura 38 – Resultado da UCAM da afirmativa “o governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres”	78
Figura 39 – Resultado total da afirmativa “saúde e educação devem ser bancadas pelo governo”	78
Figura 40 – Resultado da UFF da afirmativa “saúde e educação devem ser bancadas pelo governo”	79
Figura 41 – Resultado da UCAM da afirmativa “saúde e educação devem ser bancadas pelo governo”	79
Figura 42 – Resultado total da afirmativa “a iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público”	80
Figura 43 – Resultado da UFF da afirmativa “a iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público”	80
Figura 44 – Resultado da UCAM da afirmativa “a iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público”	81
Figura 45 – Resultado total da afirmativa “taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional”	81
Figura 46 – Resultado da UFF da afirmativa “taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional”	82
Figura 47 – Resultado da UCAM da afirmativa “taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional”	82
Figura 48 – Resultado total da afirmativa “a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho”	83
Figura 49 – Resultado da UFF da afirmativa “a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho”	83
Figura 50 – Resultado da UCAM da afirmativa “a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho”	84
Figura 51 – Resultado da UCAM da afirmativa “a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho” estratificado por gênero	84
Figura 52 – Resultado total da afirmativa “impostos devem ser reduzidos”	85
Figura 53 – Resultado da UFF da afirmativa “impostos devem ser reduzidos”	85
Figura 54 – Resultado da UCAM da afirmativa “impostos devem ser reduzidos” ..	86

Figura 55 – Bússola política da UFF	87
Figura 56 – Bússola política da UCAM	87
Figura 57 – Bússola política, resultado final	88

1 – INTRODUÇÃO

O termo “política” deriva da palavra grega “*politike*”, que faz referência a tudo ligado a cidade, ou a “*pólis*”. O termo expandiu sua influência com a obra de Aristóteles “Política”. Em linhas gerais a política pode ser entendida como a arte de governar (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998).

Em 2008, o Datafolha realizou um estudo a fim de descobrir o que pensam os jovens no século XXI em várias questões, desde sexualidade à política. Ao todo foram entrevistados 1.541 jovens entre 16 e 25 anos de idade em 168 cidades. O estudo rendeu um caderno especial intitulado “Jovem Século 21”, e venceu o Prêmio Folha de Jornalismo pela categoria Especial. A pesquisa averiguou que o jovem brasileiro tende a ter um pensamento político ideológico mais à direita: 37% dos entrevistados afirmaram ser de direita, 28% de esquerda, e 23% de centro. No entanto, esses termos podem não ser muito nítidos para os jovens, perdendo a importância de sua autodefinição. Todavia analisando as respostas às perguntas feitas, esse perfil não parece mudar. De acordo com o estudo, 68% dos entrevistados são contra a legalização do aborto, abrindo exceção somente para dois casos: gravidez decorrente de estupro e risco de morte da mãe. Em relação a legalização da pena de morte, 50% dos entrevistados se disseram favoráveis. 72% se posicionam contra a descriminalização da maconha, e 83% acreditam que deva haver uma redução na maioria penal. Em questões religiosas, somente 1% dos jovens assumem ser ateus, e 10% dizem não ter religião. 59% são católicos, 16% são evangélicos pentecostais, e 8% evangélicos não-pentecostais. A questão de valores também chama atenção na pesquisa. Em uma escala de “muito importante”, a resposta foi: família (99%), saúde (99%), trabalho (97%), estudo (96%), lazer (88%), amigos (85%), religião (81%), sexo (81%), dinheiro (79%), beleza (74%), casamento (72%) (AZEVEDO, 2008).

De acordo com uma pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto Data Popular com 3.500 jovens entre 16 e 33 anos de idade, 63% dos jovens acreditam que o Brasil não está no rumo certo. No entanto, apesar do discurso de oposição, essa juventude parece não depositar confiança nas então alternativas de mudança que pleiteavam a presidência da república, uma vez que 50% dos jovens estavam indecisos sobre em

quem votar ou pretendiam anular o voto. Na ocasião, Dilma Rousseff do PT era a candidata governista que buscava seu 2º mandato, as alternativas de mudança eram José Maria de Almeida do PSTU, Pastor Everaldo do PSC, Mauro Iasi do PCB, José Maria Eymael do PSDC, Levy Fidelix do PRTB, Rui Costa Pimenta do PCO, Marina Silva do PSB, Eduardo Jorge do PV, Aécio Neves do PSDB, e Luciana Genro do PSOL. O descontentamento com os partidos políticos também é grande, 59% dos entrevistados acreditam que o Brasil estaria melhor se não houvessem partidos políticos (RODRIGUES, 2014).

É nítido que existe um descontentamento dos jovens com a política brasileira e uma falta de representatividade. Os velhos agentes políticos que preferem não se identificar nem como direita nem como esquerda, parecem não despertar interesse dessa parcela da sociedade. Desde as eleições de 2014, observa-se um aumento da polarização política de parte dos jovens que se interessam pelo tema. Nota-se esse movimento com mais clareza quando duas figuras políticas do estado do Rio de Janeiro são postas em evidência: Jair Bolsonaro, candidato que se define como “de direita”; e Marcelo Freixo, candidato que se define como “de esquerda”.

Desde as eleições de 2014, o nome “Bolsonaro” vem atraindo o apoio de jovens não só do Rio de Janeiro como de outras partes do Brasil. Segundo uma pesquisa de intenção de votos para a presidência da república em 2018 lançada pelo Instituto Datafolha no segundo semestre de 2017, 60% dos eleitores de Bolsonaro têm entre 16 e 34 anos, e desses, 30% tem menos de 24 anos. À medida que a idade do eleitorado sobe, o apoio a Bolsonaro cai (MACHADO, 2017).

À esquerda quem ganha apoio da juventude é Marcelo Freixo. Por não ter ambições em disputar um cargo nacional, o nome de Freixo não é muito conhecido fora do estado do Rio de Janeiro. De acordo com uma pesquisa de intenção de votos para a prefeitura do Rio de Janeiro lançada pelo Instituto Datafolha em outubro de 2016, 24% do eleitorado entre 16 e 24 anos e 25% do eleitorado entre 25 a 34 anos, votariam em Marcelo Freixo para o cargo de prefeito da cidade. À medida que a idade do eleitorado sobe, o apoio a Freixo cai (DATAFOLHA, 2016).

Diante desse problema de representação política da juventude, esse estudo tem o objetivo de identificar a tendência de perfil político desses jovens. Para isso um questionário contendo 14 afirmativas referentes a questões políticas, sociais e econômicas foi aplicado a 661 alunos de até 25 anos de idade em duas universidades

em Campos dos Goytacazes-RJ. O limite de 25 anos foi estipulado pois a pesquisa tem o objetivo de analisar a opinião dos estudantes que participaram das eleições que elegeram os governos Dilma, não tendo tanta influência nas eleições que elegeram os governos Lula. Como essa pesquisa é descritiva, não há o interesse de discutir os motivos pelos quais os jovens pensam de tal maneira. O objetivo do estudo é somente direcionar o pensamento dessa juventude para alguma das correntes políticas abordadas na pesquisa: socialismo democrático, conservadorismo, progressismo e libertarianismo. Atrelado a isso, procurar entender se esse perfil populacional está se posicionando mais à direita ou mais à esquerda do espectro político, e se está mais liberal ou mais comunitário.

É importante a realização de um estudo sobre a opinião política da juventude uma vez que os jovens representam o futuro do país. Sendo assim para entender o Brasil do futuro precisa-se entender, anteriormente, o que pensam esses jovens que construirão o futuro.

Existem duas hipóteses acerca dos resultados obtidos nessa pesquisa. A primeira hipótese está relacionada a uma divergência de opiniões entre estudantes das duas universidades, uma vez que a Universidade Federal Fluminense (UFF) é pública e a Universidade Cândido Mendes (UCAM) é privada. A segunda hipótese sugere que existe uma divergência de opiniões entre alunos dos cursos de exatas e de humanas. No caso dessa pesquisa, como somente o curso de engenharia se encaixa na categoria das ciências exatas, a hipótese sugere que exista uma discrepância de resultados ainda maior entre os alunos de engenharia em comparação aos alunos dos demais cursos. A tendência é que os alunos da universidade privada tenham um posicionamento mais à direita do espectro político, principalmente os alunos do curso de engenharia; enquanto os alunos da universidade pública tenham um posicionamento mais à esquerda.

2 – POLÍTICA

2.1 – DIREITA-ESQUERDA

O primeiro ponto levado em consideração para dividir a opinião política em dois espectros é a tradicional díade direita-esquerda. Para entender melhor o que representam esses dois lados do espectro político, esse estudo se baseará na obra *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (2001) de Norberto Bobbio, e nos artigos *Direita e esquerda, origem e fim* (2005) e *Democracia normal e patológica – I* (2011) (este último contido na obra *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2014)) de Olavo de Carvalho.

Antes de tudo, é necessário fazer uma viagem no tempo e entender como surgiram esses termos. A dicotomia política direita-esquerda surge no século XVIII, durante a Revolução Francesa. Na ocasião, os Estados Gerais, transfigurados em Assembleia Constituinte, iniciaram um debate sobre limitar o poder do rei. No hemiciclo, os parlamentares favoráveis ao direito de veto do rei sentaram-se à esquerda do presidente, enquanto os parlamentares contrários ao direito de veto do rei sentaram-se à direita. Surge então a dicotomia direita-esquerda: a direita representada pelos conservadores contrários à revolução; e a esquerda representada pelos revolucionários. De início puramente geográfica, essa dualidade se expande pela Europa e posteriormente para o resto do mundo. A partir desse momento, a divisão direita-esquerda marca todas as lutas sociais: direito ao voto, sindicalismo, movimento feminista, e etc (CORREIA, [?], p. 8-11).

A medida que a sociedade foi se modificando e novos movimentos políticos e sociais foram surgindo, a variedade dos discursos ideológicos da direita e da esquerda proporcionou uma confusão grande na distinção e na definição dos dois lados. Isso forçou muitos estudiosos a desistirem de fazer essa divisão e optarem por adotar os termos direita e esquerda como simples rótulos ultrapassados sem a menor importância. Olavo de Carvalho (2005) atribui a confusão ideológica entre os discursos de direita e esquerda ao fato de tanto um lado quanto o outro se desligarem de seus símbolos iniciais de referência: a antiguidade e o futuro. No entanto, direita e esquerda são termos usados como símbolos de autodefinição, seja por correntes políticas, seja por indivíduos em busca de uma identidade (CARVALHO, 2005).

Bobbio (2001, p. 49-66) afirma que não consegue imaginar o desaparecimento dos conceitos de direita e esquerda, uma vez que eles representam um contraste não só de ideias, mas de interesses e valores que permeiam toda a sociedade. Ser uma dualidade implica também que um dependa do outro para existir; se a direita desaparecer, não haverá mais razão para existir a esquerda, e vice-versa. Ocasionalmente se argumenta que a esquerda deixou de existir com o fim do sistema soviético. Bobbio rebate esse pensamento alegando que essa esquerda especificamente, bem delimitada no espaço e no tempo, possa ter deixado de existir, no entanto é um equívoco afirmar que a esquerda, como um todo, deixou de existir, visto que existem várias esquerdas, assim como existem várias direitas.

Segundo Dino Confrancesco, citado por Bobbio (2001, p. 95), a esquerda mantém sua essência na “libertação do homem do poder injusto e opressivo” enquanto a direita mantém sua essência “na defesa do passado, da tradição e da herança”. A tradição é então o ponto chave para distinguir a dicotomia direita-esquerda. A direita enxerga a tradição de maneira positiva, como algo que deve ser preservado na sociedade; já a esquerda enxerga a tradição de maneira negativa, como algo que oprime a sociedade.

Bobbio (2001, p. 111-125) defende outra característica que diferencia direita-esquerda no espectro político: a luta pela igualdade. Para ele, a esquerda trabalha com uma política igualitária que visa atenuar as desigualdades, enquanto a direita trabalha com uma política desigual que visa encorajar as desigualdades (ou nada fazer para atenuá-las). Isso não significa necessariamente que a esquerda seja “a favor” da igualdade e a direita seja “contra” a igualdade. Pensar dessa forma pode ser tendencioso, dando a entender que a esquerda trabalha para o bem e a direita para o mal. Entretanto Bobbio está ciente disso, e deixa claro que esse posicionamento da direita não implica em um julgamento moral.

[...] da mesma maneira que se pode dar uma interpretação negativa da igualdade como nivelamento, pode dar-se uma interpretação positiva da desigualdade, como reconhecimento da singularidade irreduzível de todo e qualquer indivíduo (BOBBIO, 1996, citado por CORREIA, [?], p. 39).

Dessa forma, a direita, seja ela liberal ou conservadora, trabalha de tal maneira por ser cética em relação a extinção das desigualdades, e por acreditar que a busca desenfreada pela igualdade sufoca a liberdade de expressão. A direita considera que

igualdade de oportunidades é suficiente para preservar o bem-estar da sociedade. Já a esquerda, atribuindo maior importância à luta pela igualdade, acredita que a igualdade de oportunidades deve ser acompanhada pela igualdade de resultados (BOBBIO, 2001, p. 111-125).

Para Olavo de Carvalho (2005), direita e esquerda vão muito além de meras ideologias políticas. Na sua visão “direita e esquerda, muito antes de serem diferenças “ideológicas” ou de programa político, são duas maneiras diferentes de vivenciar o tempo histórico” (CARVALHO, 2005).

[...] direita é o que se legitima em nome da antiguidade, da experiência consolidada, do conhecimento adquirido, da segurança e da prudência, ainda quando, na prática, esqueça a experiência, despreze o conhecimento e, cometendo toda sorte de imprudências, ponha em risco a segurança geral; esquerda é o que se arroga no presente a autoridade e o prestígio de um belo mundo futuro de justiça, paz e liberdade, mesmo quando, na prática, espalhe a maldade e a injustiça em doses maiores do que tudo o que se acumulou no passado. (CARVALHO, 2005).

Olavo de Carvalho (2005) também defende que a distinção entre os termos direita e esquerda está relacionada a duas percepções diferentes de encarar a realidade.

A distinção de direita e esquerda (...) consiste numa diferença entre duas percepções da realidade, diferença que permanece constante ao longo de todas as variações de significado dos termos respectivos e que, uma vez apreendida, permite elucidar a unidade por baixo dessas variações e explicar como elas se tornaram historicamente possíveis (CARVALHO, 2005).

Entre um ponto e outro, existe uma zona de transigência denominada de “centro”. O centro pode tender tanto para a direita (centro-direita), como para a esquerda (centro-esquerda); assim como pode não ter influência de nenhum dos dois lados (centro-centro). A ideia do “centro” é importante para entender o espectro político pois mostra que direita e esquerda não são posições estáticas (BOBBIO, 2001, p. 53-58).

Da mesma maneira que existem os centros, existem os extremos. Imagina-se que na ponta de cada lado encontra-se a “extrema-direita” e a “extrema-esquerda”. Porém, embora estejam o mais afastado possível no espectro político, o discurso dos dois extremos pode muitas vezes se assemelhar. Uma característica incontestável entre os dois extremos é a repulsa pela democracia. Essa mistura dos dois lados

acontece citando exemplos como o de Nietzsche, que embora tenha sido inspirador do nazismo (considerado por muitos um movimento de extrema-direita), é colocado hoje ao lado de Marx como um dos pensadores de esquerda. A díade original se referindo a direita como um movimento contrarrevolucionário e a esquerda como um movimento revolucionário às vezes se mistura, como no exemplo do fascismo que é considerado por muitos um “movimento revolucionário-conservador”, pois embora seja uma ideologia hipotética que projeta um futuro, não tem interesse em tirar de cena as classes dominantes. Dessa forma é aceitável afirmar que, quando se trata de extremos, não se referir a díade direita-esquerda, mas a díade extremismo-centrismo (BOBBIO, 2001, p. 67-78).

Saindo de uma abordagem filosófica e entrando em uma abordagem prática, infere-se que a direita sempre argumenta com base na experiência passada, se posicionando a favor da liberdade de mercado, a favor dos direitos individuais, priorizando um Estado com poder limitado sobre a sociedade, e defendendo os valores religiosos, culturais e nacionais acima de qualquer projeto de mudança da sociedade. Do outro lado do espectro político, a esquerda sempre argumenta com base no futuro, se posicionando a favor do controle estatal da economia, a favor da interferência do Estado em vários campos da vida social, e colocando o ideal da sociedade justa e igualitária acima dos valores religiosos, culturais e nacionais (CARVALHO, 2014, p. 107).

Entre um lado e outro do espectro político, se encontra uma zona de mesclagens e transigências que abriga os vários centros existentes. Já na ponta de cada lado do espectro político, existem os extremos. A extrema-direita defende a imposição de valores morais e religiosos, levantando a bandeira do tradicionalismo, e é cética em relação a qualquer mudança na sociedade. Já a extrema-esquerda defende uma ideologia revolucionária, o igualitarismo a qualquer custo e a extinção completa dos valores morais e religiosos (CARVALHO, 2014, p. 108). A figura 1 mostra como se desenha o espectro político dividido na díade direita-esquerda.

Figura 1 - Espectro político dividido na díade direita-esquerda.



Fonte: Própria (2018).

2.2 – COMUNITARISMO-LIBERALISMO

No entanto a divisão do espectro político entre direita e esquerda não é suficiente para entender algumas correntes políticas. Por existir um leque de pensamentos distintos tanto à direita e quanto à esquerda, uma segunda díade pode ser levada em consideração: comunitarismo-liberalismo. Para entender melhor o pensamento comunitário e liberal, esse estudo se baseará principalmente na obra *Comunitarismo ou Liberalismo?* (1998) de Gisela Gonçalves.

Para Gonçalves (1998), é bom destacar logo de início que filosoficamente o comunitarismo e o liberalismo não são posições antagônicas, mas que apresentam muitas diferenças entre si. O liberalismo é uma corrente política que valoriza a liberdade, os direitos individuais acima de tudo, vê com desconfiança a figura do Estado assistencialista e tem Locke, Hobbes, Stuart Mill e Kant como principais pensadores. Dentro do liberalismo existem duas visões distintas sobre a política. A visão de Hobbes enxerga a política como algo desprovido de significação moral, logo o Estado tem somente a função de assegurar a ordem social. Já a visão de Kant entende que a política tem significação moral, e que o Estado tem moral própria (GONÇALVES, 1998).

O comunitarismo é uma corrente política que valoriza o bem coletivo, a participação, a igualdade, simpatiza com a ética das virtudes, dá muita importância ao valor das tradições e tem em Aristóteles, Hegel e na tradição republicana da Renascença suas principais influências. Nessa corrente de pensamento o indivíduo é inserido numa comunidade politicamente igualitária. Sendo assim, melhores condições de vida só serão alcançadas por meio da participação política e da cooperação social, que são vistas como formas de enobrecimento da vida comunitária (GONÇALVES, 1998).

Um dos conceitos que dividem bem os pensamentos comunitários e liberais são os conceitos de justo e de bem. Correntes voltadas ao pensamento liberal tendem a defender a prioridade do “justo sobre o bem”, em oposição, correntes voltadas ao pensamento comunitário tendem a defender a prioridade do “bem sobre o justo”. (GONÇALVES, 1998).

A afirmação do justo sobre o bem traça a fronteira entre os pensamentos morais antigos e modernos: os antigos colocavam a questão de qual o bem,

que sendo objecto do meu desejo me levaria à melhor forma de vida (*eudaimonia*)¹; os modernos preocupam-se com a questão do justo, isto é, como é que eu devo agir, já não em relação ao meu bem, à minha felicidade, mas em relação às condições que tornam possível a procura do bem, conduzida por cada indivíduo (*dever*) (GONÇALVES, 1998, p. 3).

Outra questão que polariza visões comunitárias e liberais são as ideias de comunidade e indivíduo. Para os liberais, os indivíduos não possuem correlação - econômica, social, ética, sexual, política, cultural ou religiosa - com a sociedade a qual os permeia; podendo rejeitar e questionar qualquer forma de participação em grupo. Os comunitários criticam essa ideia afirmando que os liberais apresentam o indivíduo como um ser isolado, sem compromisso com a sociedade a qual o envolve, porém capaz de fazer escolhas de valor que orientam sua existência. Para eles essa percepção é falsa pois a identidade e a liberdade do indivíduo não são fatores comuns a todos. Pelo contrário, os valores que permeiam a sociedade precedem a existência do indivíduo (GONÇALVES, 1998).

O último conceito que distingue com veemência as ideias comunitários e liberais, segundo Gonçalves, é o conceito de liberdade. Isaiah Berlin, citado por Gonçalves (1998), nomeia a liberdade para os liberais como “liberdade negativa”: “como uma libertação relativamente a qualquer coacção social” (GONÇALVES, 1998, p. 11). O Estado possui significação moral pois tem a função de assegurar a máxima autonomia e igualdade para os indivíduos. Sendo assim não é dever do Estado promover qualquer tipo de filosofia moral ou religiosa. Já a liberdade para os comunitários é nomeada por Berlin, citado por Gonçalves (1998), como “liberdade positiva”: “a liberdade designa a auto-realização do indivíduo, que só se pode realizar num contexto social que a promove” (GONÇALVES, 1998, p. 11). O Estado como simples assegurador de direitos não é viável socialmente e destrói identidades individuais e coletivas. A liberdade do homem não é algo naturalmente dado a ele, mas conquistado e desenvolvido através de modos de vida virtuosos e não alienados (GONÇALVES, 1998).

2.3 – SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

A primeira corrente política abordada nessa pesquisa é o socialismo democrático, corrente usada para direcionar o pensamento político dos alunos que se identificam com ideias à esquerda e comunitárias.

O socialismo democrático é uma corrente político-ideológica derivada das muitas variações do socialismo e com forte influência no marxismo, no trabalhismo e no sindicalismo. Diferente de correntes socialistas que usam do autoritarismo para alcançar seus objetivos, como correntes que pregam a revolução armada, essa corrente busca uma transição ao socialismo pelas vias democráticas, através de uma revolução popular espontânea e do reformismo.

Os principais pensadores e influenciadores dessa corrente política são Karl Marx, Antonio Gramsci, Donald Busky, Jim Tomlinson, Norman Thomas, e Roy Hattersley. Para entender melhor o pensamento socialista democrático, esse estudo se baseou principalmente na obra *Democratic Socialism: A New Appraisal* (1953) de Norman Thomas, onde o autor procura dar uma nova esperança ao socialismo após as experiências obtidas no leste europeu.

2.3.1 – Ideologia socialista

Assim como muitas correntes do socialismo, o socialismo democrático é fortemente influenciado pelo marxismo. Desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels na década de 1840, a teoria marxista é um método de analisar a sociedade historicamente, socialmente e economicamente, pela divisão de classes e de conflitos sociais; e tem como objetivo transformar a sociedade, substituindo o capitalismo pelo comunismo. Para o marxismo, a sociedade capitalista é materialista, sendo as condições econômicas (infraestrutura¹) determinantes para o funcionamento da sociedade e de seus acontecimentos históricos (superestrutura²). Baseando-se em uma análise histórica, a teoria marxista defende que as diversas sociedades humanas

¹ Infraestrutura (ou base) é um conceito da teoria marxista que engloba forças e relações de produção na qual as pessoas se inserem para atender as necessidades da vida. A relação entre patrão e empregado, a divisão (social e territorial) do trabalho, e as relações de propriedade são fatores que estão incluídos no conceito de infraestrutura (BOTTOMORE, 2014, p. 52-56).

² Superestrutura é um conceito da teoria marxista engloba cultura, estruturas de poder, Estado, papel social, valores morais e etc. Geralmente a infraestrutura influencia a superestrutura (BOTTOMORE, 2014, p. 52-56).

apresentam uma relação entre classe dominante e classe dominada que acontece pelo fato da primeira possuir os meios de produção. Na idade média, a relação entre dominador e dominado era traduzida, respectivamente, entre nobres e camponeses; já na sociedade capitalista, quando as desigualdades e os conflitos sociais aumentam devido a mecanização da produção, burguesia e proletariado ocupam, respectivamente, a função de classe dominante e classe dominada. Além disso a propriedade privada e a exploração da classe dominante sobre a dominada em forma de mais-valia³, colabora para a intensificação desses fenômenos (BOTTOMORE, 2014).

Segundo a teoria marxista, a lógica da exploração competitiva que movia o capitalismo o levaria ao seu colapso, uma vez que naturalmente a classe proletária se rebelariam contra a burguesia (HICKS, 2011, p. 137). Assim seria instaurada a ditadura do proletariado, um período transitório em que o proletariado, fazendo uso da força armada, desmontaria o Estado burguês, a burocracia e os demais meios de opressão. Durante esse período o socialismo emerge como novo modelo econômico dando valor a coletivização dos meios de produção e ocupando o espaço deixado pelo capitalismo. A fase final da sociedade seria o comunismo, quando não existiriam mais classes sociais nem Estado (BOTTOMORE, 2014).

No entanto Thomas (1953, p. 8-10) apresenta algumas questões que muitas vezes são mal interpretadas quando é feita uma relação entre socialismo e marxismo: (1) o socialismo antecede o marxismo, antes de Marx fazer críticas sobre o capitalismo, existia o socialismo utópico, corrente de pensamento influenciada por Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen; (2) Marx e Engels deram ao proletariado esperança de uma vida melhor com os escritos de 1848, porém pouco consta no marxismo sobre as formas de ação após se tomar o poder governamental; (3) o comunismo não foi o real cumprimento do marxismo.

Não existe um consenso sobre o significado de socialismo democrático. Muitas vezes esse termo é confundido com social democracia, uma outra variação do socialismo. Todavia diferente da social democracia, o socialismo democrático não é compatível com o modo de produção capitalista, o que torna ambas correntes

³ Mais-valia é um conceito da teoria marxista que corresponde a diferença entre o que o trabalhador recebe em troca (salário) e o que ele produz efetivamente (GOODFELLOW, 2013, p. 13). “Uma vez que o valor de uma mercadoria não é nada mais do que o tempo de trabalho necessário à sua produção, o valor da força de trabalho é efetivamente inferior ao valor criado ao longo de um dia ou de um mês de trabalho. (GOODFELLOW, 2013, p. 13).”

distintas. Thomas (1953, p. 38) entende que o socialismo democrático é mais descritivo que a social democracia.

Para Thomas (1953, p. 5-6), a definição do dicionário *Webster's* para o termo “socialismo democrático” é inicialmente a mais apropriada: uma teoria de reorganização social, política e econômica, cuja característica essencial é o controle governamental das atividades econômicas até que a competição deva dar lugar à cooperação, e que as oportunidades de vida e as recompensas de trabalho sejam equitativamente repartidas. Embasando-se nessa definição, Thomas destaca 3 pontos: (1) o socialismo, para ser de fato democrático, deve agir de maneira democrática em todos campos governamentais; (2) embora o princípio dominante em uma ordem socialista seja a cooperação, existe espaço para a competição; (3) o controle governamental não significa que todas as propriedades sejam poses do governo (THOMAS, 1953, p. 5-6).

Thomas (1953, p. 21) acredita que uma ação política só pode unir a sociedade se existir um objetivo social e uma abordagem ética por trás. Qualquer tentativa de construir um sistema político-econômico amoral está destinado ao fracasso. O reformismo pragmático envolve decisões morais, mas sofre por não possuir um princípio ético unificador, forte e afirmado na sociedade. O socialismo democrático oferece esse princípio quando advoga a favor da comunhão social de homens livres que cooperam para acabar com a guerra, com a pobreza e com a tirania.

Socialism as a political and economic movement is, therefore, in a position to unite men in mutual effort across lines of creed or philosophy as well as of nation, or race. It can confidently affirm that, on the basis of mutual respect, differences can best be discussed and the answers best found in an atmosphere of freedom⁴ (THOMAS, 1953, p. 21).

É interessante destacar também que a comunhão entre os homens livres não pode ser resultado da vitória dos trabalhadores na luta de classes. A luta de classes nunca foi amada pelos marxistas, ela somente é vista como um processo ao qual, obrigatoriamente, a sociedade deveria passar para que futuramente não existissem mais classes sociais. Uma sociedade sem classes também não implica que todos

⁴ “O socialismo como um movimento político e econômico está, portanto, em posição de unir os homens em esforço mútuo através de linhas de credo ou filosofia, bem como de nação ou raça. Pode-se afirmar, confidencialmente, que, com base no respeito mútuo, as diferenças podem ser melhor discutidas e as respostas mais bem encontradas em uma atmosfera de liberdade”.

seriam iguais. Haveriam diferentes funções, gostos, temperamentos e culturas. As classes ao qual os marxistas se referem são as classes economicamente determinadas (THOMAS, 1953, p. 21-22).

Outra observação é que o socialismo deve dar conta do ser humano como ele é, e a natureza do homem é competitiva. Uma sociedade sem competição causaria profundo aborrecimento de seus indivíduos e entraria em estagnação. A proposta socialista é que a concorrência pode existir de acordo com os princípios de ajuda mútua. Diferente de uma sociedade capitalista, a competição em uma sociedade socialista não teria como motivação material. Como explana Thomas (1953, p. 22-23) em uma metáfora: “*socialism should try to stress competition for the laurel wreath rather than the sack of gold.*”⁵

O socialismo democrático é uma corrente política que surge em oposição a outras correntes socialistas que usam de meios autoritários para alcançar seus objetivos, tais como as experiências socialistas na União Soviética, em Cuba, na Coreia do Norte, no Camboja, dentre outros. Fernandes (1996, p. 11) entende as condições da Rússia pré-revolucionária, que envolvia atraso econômico, cultural e político, como a principal causa do fracasso da experiência socialista da União Soviética. Para ele, o cenário pré-revolucionário impediu a “conversão da ditadura do proletariado em uma forma mais avançada e completa de democracia” (FERNANDES, 1996, p. 11). Já Tonet ([?], p. 1) vê as falhas no campo político como resultado da anulação dos institutos democráticos e das liberdades individuais. Devido a isso a esquerda passou a repensar sua estratégia, propondo a democracia como meio revolucionário. Um dos maiores influenciadores dessa transição foi o filósofo marxista e político italiano Antonio Gramsci (TONET, [?], p. 1).

2.3.2 – Estado, democracia e liberdade

A reformulação do socialismo iniciou-se por uma nova interpretação da figura do Estado. No marxismo, o Estado é um instrumento de coerção da burguesia sobre a classe trabalhadora. Para o gramscismo, a complexificação da sociedade permitiu que vários fatores se inserissem entre o Estado e o sistema produtivo, fazendo com que a governabilidade dependesse muito mais do consenso do que da coerção.

⁵ “o socialismo deve tentar enfatizar a competição pela coroa de louros em vez do saco de ouro”.

Diante desse cenário, a obtenção da hegemonia pelo consenso seria o melhor caminho para qualquer classe social (TONET, [?], p. 1-2).

Para o socialismo democrático, o Estado funciona como o administrador mais importante das tarefas sociais, mas é um erro equivar-lo à sociedade, ele não deve ser responsável por toda a organização. Negar isso ao impedir que associações religiosas, cívicas, sindicatos e cooperativas existam longe da interferência estatal, além de ferir um dos valores mais importantes para os socialistas, a liberdade civil, levaria a erros como o da Alemanha Nazista e da União Soviética Stalinista (THOMAS, 1953, p.34).

A ideia de democracia também passou por uma revisão. Anteriormente interpretada como um valor particular, com as mudanças, a democracia passa a ser vista como um valor universal capaz de enriquecer o gênero homem (TONET, [?], p. 2). Fernandes (1996, p. 12) distingue dois tipos de democracia: a capitalista, “que institucionaliza a classe como meio social de dominação e fonte de poder”; e a socialista, “que deve tomar como alvo a eliminação das classes e o desenvolvimento da autogestão coletiva, passando por um período de dominação da maioria, tão curto quanto possível”. O socialismo democrático deve promover a democracia assumindo uma posição socialista proletária e promovendo a democracia com um polo popular e de classe voltado para os fins revolucionários instantâneos e de duração prolongada. Todavia isso deve ser feito de forma organizada para que a democracia não corra a causa socialista, e transforme o movimento em um aburguesamento da social-democracia. A democracia deve existir, mas ela não pode representar o fim da ação proletária e do sonho de igualdade (FERNANDES, 1996, p. 13).

Outro conceito essencial para a definição de socialismo é o de liberdade. “Igualdade sem liberdade não corresponde ao ideário e à utopia do socialismo” (FERNANDES, 1996, p. 11). Liberdade nesse contexto significa “uma forma de sociabilidade na qual é o homem, e não forças estranhas, que dirige – de modo consciente e planejado – o processo de autoconstrução social” (TONET, [?], p. 4). Todavia o homem só será realmente livre, e conseqüentemente o socialismo só irá existir, se os seguintes objetivos forem atingidos: (1) excelente desenvolvimento tecnológico, (2) diminuição do tempo de trabalho, (3) substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado, e (4) substituição do valor de troca pelo valor de uso. Cumpridos esses objetivos, não haveria mais sentido a existência do mercado,

do capital, do Estado, da democracia, da cidadania, dos partidos políticos e etc (TONET, [?], p. 4).

Um erro crucial cometido quando se discute a relação entre socialismo e democracia, segundo TONET ([?], p. 4), é o mau equacionamento do problema e sua solução equivocada. A forma correta de lidar com isso é entender que a emancipação política aborda uma forma particular e limitada de liberdade, e que a emancipação humana aborda uma forma mais ampla de liberdade.

2.3.3 – Transição

Para Tonet a transição do socialismo pelas vias democráticas consiste em “articular uma aliança de forças progressistas (bloco histórico), alcançar a hegemonia na nova sociedade civil e no aparelho do Estado, de forma a fazer avançar tanto a socialização da economia quanto a socialização da política” (TONET, [?], p. 6). Segundo o mesmo, as falhas das experiências socialistas ocorreram devido a visão restrita que se tinha sobre a figura do Estado, a ideia da revolução “explosiva” e a depreciação da democracia por acreditar ser ela um valor burguês. Ao contrário, a via democrática para o socialismo amplia o conceito de Estado, defende que a revolução deve ser feita de forma gradual e enxerga a democracia como valor universal (TONET, [?], p. 6).

Para C.N. Coutinho ([?]), citado por Tonet ([?], p. 6), os parlamentos, caso venham a se manter abertos às pressões populares, podem abrigar as demandas de vários grupos sociais “tornando-se a instância institucional decisiva da expressão da hegemonia negociada”. Essa estratégia enche com valores democráticos movimentos e partidos políticos que anteriormente não tinham caráter democrático.

2.3.4 – Economia

Devido aos fracassos econômicos das economias planejadas dos governos socialistas que emergiram no século XX, os socialistas democráticos atuais buscam um outro modelo econômico que seja eficiente, não agrave as desigualdades sociais e não prejudique o meio ambiente como o modelo capitalista de livre mercado. Uma das alternativas socialistas para a economia é a economia solidária: um “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão” (SINGER, [?], citado por SOUZA, 2007, p.

56). O grande diferencial da economia solidária para outras atividades econômicas é o fato dela funcionar sob forma de cooperativa. Como define Singer (2002, p. 9) “na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões”. Para que a igualdade exista na economia solidária é necessária uma forte intervenção estatal. Naturalmente, pelas diferenças entre as pessoas que compõem a empresa e por demais questões, algumas cooperativas desenvolveriam melhores serviços que outras, gerando um cenário entre empresas vencedoras e perdedoras. Para que as vantagens e desvantagens não se tornassem acumulativas, é necessária a intervenção do Estado redistribuindo o capital das vencedoras as perdedoras, por meio de impostos, subsídios e crédito (SINGER, 2002, p. 10).

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à propriedade individual. A aplicação desses princípios une todos que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

2.4 – CONSERVADORISMO

A segunda corrente política abordada nessa pesquisa é o conservadorismo, corrente usada para direcionar o pensamento político dos alunos que se identificam com ideias à direita e comunitárias.

O termo “conservadorismo” pode adquirir vários significados, uma vez que remete a “conservar algo”. Portanto, ao redor do mundo, existe uma gama extensa de pensamentos que podem ser considerados “conservadores”, que conservam diferentes questões.

Os principais pensadores e influenciadores dessa corrente política são Edmund Burke, G. K. Chesterton, Eric Voegelin, Michael Oakeshott, Russell Kirk e Roger Scruton. Para entender melhor o pensamento conservador, esse estudo se baseou principalmente na obra *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários* (2014) de João Pereira Coutinho, em que o autor resume as ideias conservadoras passando por inúmeros pensadores, incluindo Edmund Burke, considerado o pai do conservadorismo moderno.

O conservadorismo político moderno surge durante a revolução francesa, mais especificamente com a obra *Reflexões sobre a revolução na França* (1790) de Edmund Burke, como uma resposta antirrevolucionária e antiutópica. É nesse momento que o conservadorismo emerge como ideologia política (COUTINHO, 2014, p. 10-11).

2.4.1 – Ideologia conservadora

Antes de ser uma ideologia ou uma doutrina, o conservadorismo é uma disposição (COUTINHO, 2014, p. 21). Para Oakeshott (1962), um indivíduo de disposição conservadora irá “usar e desfrutar aquilo que está disponível, em vez de desejar ou procurar outra coisa” (COUTINHO, 2014, p. 21). Portanto, ele tenderá a valorizar o presente ao invés de pensar em uma ação hipotética futura (COUTINHO, 2014, p. 21-22). No mesmo sentido, Fossey John Cobb Hearnshaw (1933) vê o conservadorismo como “um temperamento” (COUTINHO, 2014, p. 22). Não muito diferente, Hugh Cecil (1869) enxerga o conservadorismo como “uma inclinação pura e natural da mente humana” (COUTINHO, 2014, p. 23).

Todas essas definições parecem apontar para o mesmo sentido: o conservadorismo apresenta uma dimensão existencial que é anterior, ou até superior, a qualquer ideologia política. Mais ainda, o conservadorismo *não* é uma ideologia, preferindo encontrar refúgio identitário em “forças anteriores”, “temperamentos”, “fés”, “espíritos”, “instintos”, “inclinações” - e, claro, “disposições” (COUTINHO, 2014, p. 23).

Embora pareça estranho, é necessário separar uma disposição conservadora do conservador político. Nem sempre um indivíduo de disposição conservadora será um conservador político, da mesma forma que nem sempre um conservador político terá uma disposição conservadora (COUTINHO, 2014, p. 24).

Todavia a política conservadora partilhará as características de uma disposição conservadora, trazendo consigo o gosto pelo suficiente, rejeitando a “felicidade utópica”. O conservador irá se opor a quaisquer mudanças abruptas na sociedade, sejam elas de caráter violento (como propõe o comunismo e o fascismo) seja de caráter não violento (como propõe o liberalismo e o socialismo democrático). Da mesma forma que o revolucionário busca a “felicidade utópica futura”, há quem busque a “felicidade utópica passada”: o reacionário. Segundo Anthony Quinton (1978), citado por Coutinho (2014, p. 24-25), o reacionário é um “revolucionário do

avesso”. Dessa forma, é possível encontrar radicais nos dois lados do espectro político: à direita os reacionários e à esquerda os revolucionários. Revolucionários e reacionários projetam um mundo perfeito onde todos seriam felizes e viveriam em harmonia. O conservador dispensa essas ideias fantasiosas afirmando que a natureza humana não é fixa e inalterável (humanos tem personalidades e desejos distintos, logo o que fará um feliz não necessariamente fará o outro feliz), e que vivenciar valores em sua expressão máxima (máxima liberdade, máxima igualdade e máxima fraternidade) não evita conflitos (COUTINHO, 2014, p. 24-26).

Afirmar o conservadorismo como ideologia é algo que causa grande conflito entre muitos pensadores conservadores; isso porque ideologia geralmente recebe a conotação de um sistema de valores que se dedica a interpretar o mundo e, principalmente, transformá-lo. O conservadorismo se dedica a interpretar o mundo, mas não tem interesse em transformá-lo. Para Coutinho (2014, p. 26), o conservadorismo toma a figura de ideologia no momento em que se vê ameaçado por uma política utópica potencialmente violenta e desumana. Huntington (1957), citado por Coutinho (2014, p. 27), vê o conservadorismo da mesma maneira, acreditando que ele emergirá como ideologia somente quando “os fundamentos da sociedade são ameaçados”. Seguindo essa linha de pensamento, pode-se afirmar então que o conservadorismo é uma “ideologia de emergência”, que reage e se define quando enxerga uma ameaça concreta aos fundamentos da sociedade (COUTINHO, 2014, p. 26-31).

O primeiro princípio estrutural do conservadorismo é a imperfeição humana. Essa pode ser analisada a partir de duas esferas: uma religiosa, que explica a imperfeição humana como resultado do pecado original; e uma não religiosa, que explica a imperfeição humana como imperfeição intelectual e uma marca da espécie. Segundo Anthony Quinton, citado por Coutinho (2014, p. 33), são essas limitações do ser humano que não o autorizam a projetar na sociedade mudanças abstratas e grandiosas idealizadas por “pensadores isolados das realidades práticas da vida política”. Ao analisar a sociedade e projetar uma ideologia ideacional, para Robert Merton, citado por Coutinho (2014, p. 37), a imperfeição humana pode levar ao ideólogo cometer erros epistemológicos, erros na escolha do curso da ação, e erros na forma de executar a ação. Ademais, as ideias existem somente na mente de quem as projetou, sem passar por qualquer teste antes de serem aplicadas. Basicamente a

sociedade é usada como teste por seres intelectualmente imperfeitos (COUTINHO, 2014, p. 33-37).

Além dos erros que o ideólogo pode cometer ao fazer uma análise da sociedade, existem também as “consequências fortuitas” de uma ação. Essas não podem ser planejadas antecipadamente pelo homem. Existe uma diferença grande entre as intenções e as ações, entre a teoria e a prática, entre o que gostaria que acontecesse e o que pode vir a acontecer. Toda ação terá o risco de sofrer consequências imprevistas e indesejadas (COUTINHO, 2014, p. 37-40).

O conservadorismo defende que a realidade é sempre muito mais complexa e plural que qualquer cartilha ideológica pode compreender. Para Berlin (2000), citado por Coutinho (2014, p. 45), o “sentido da realidade” é o que deve anteceder toda ação política, pois é necessário agir conforme a realidade é de fato, e não conforme a realidade deveria ser aos olhos do estadista. Diferente das ideologias rivais que buscam a maximização de um valor único como solução para os problemas na sociedade (como a máxima liberdade pregada pelos liberais ou a máxima igualdade pregada pelos socialistas), o conservadorismo não hierarquiza os valores, sendo o papel do estadista conservador equilibrar os valores concorrentes na sociedade (COUTINHO, 2014, p. 42-55).

Uma falácia comum é a de que os conservadores são contrários as mudanças pois elas representam uma ameaça as suas tradições. Na realidade, na visão conservadora, as tradições devem ser preservadas pelo fato de terem sobrevivido aos testes do tempo, pois se conseguiram esse feito significa que elas representam algo de positivo na sociedade e que deve ser preservado no tempo presente (COUTINHO, 2014, p. 57-58).

No pensamento liberal e revolucionário muito se afirma que as tradições não passam de meras invenções. Fato que algumas tradições são invenções, como explana Scruton, citado por Coutinho (2014, p. 58), dando o exemplo da dança escocesa e de certos códigos de vestuário. No entanto as tradições ao qual o conservador se refere são as tradições mais profundas que emergem e sobrevivem naturalmente na sociedade, justamente por essa ter encontrado nelas, vantagens que possibilitam sua manutenção. O fato das tradições terem se tornado vantajosas e valiosas para a sociedade permite que ela seja passada de geração para geração como uma herança coletiva. Uma vez que essas tradições são benignas para os vivos,

é de se pensar que elas serão benignas para os que ainda estão por vir. Como expõe Burke, citado por Coutinho (2014, p. 61), a sociedade é um “contrato”. Não um contrato comercial nem um contrato entre governantes, mas um contrato “entre os vivos, os mortos e os que estão para nascer”. Como afirma Coutinho (2014, p. 63) “o estadista nunca atua sobre uma tela em branco, nem a sociedade se apresenta como tal, despojada de valores e tradições que são anteriores a nós e que vão sobreviver a nós”. O conservador entende que, obviamente, nem todos no tempo presente podem usufruir dos arranjos tradicionais que proporcionam uma vida melhor. Todavia como alerta Kekes, citado por Coutinho (2014, p. 60), preservar esses arranjos é a única forma de expandi-los para as classes que ainda não podem usufruí-los (COUTINHO, 2014, p. 58-63).

A sociedade é uma herança compartilhada em nome da qual aprendemos a circunscrever as nossas demandas, a ver nosso lugar nas coisas como parte de uma corrente contínua de doações e recebimentos, a reconhecer que as coisas extraordinárias que herdamos não são nossas para destruímos. Há uma genealogia de deveres que nos vincula àqueles que nos deram o que temos; e nossa preocupação com o futuro é uma extensão dessa linhagem (SCRUTON, 2015, p. 39).

O conservador irá tirar das tradições seus ensinamentos fundamentais. A primeira função da tradição é educacional. É impedir que o homem seja uma “existência breve, desagarrada e desabitada de qualquer referência social, cultural e moral” (COUTINHO, 2014, p. 60).

Além do papel educacional, as tradições possuem um papel epistemológico que possibilitam o estadista conduzir a comunidade política. Essas informações adquiridas permitem ao homem “sabedoria sem reflexão”. Aqui aparece a importância do “preconceito” para o conservador. Na sociedade atual, ter “preconceitos” é visto para alguns como o maior crime que um ser humano possa cometer. A ideia rasteira de “preconceito” é um pensamento irracional sobre um comportamento ou sobre uma questão qualquer. Porém o “preconceito” que interessa ao conservador é a ideia clássica do termo, o “preconceito” como mostra Coutinho (2014, p. 64), “um julgamento baseado em decisões ou experiências passadas que, pela sua validade comprovada, informam decisões ou experiências presentes e futuras” (COUTINHO 2014, p. 63-64).

Trabalhar com base na experiência passada faz muitas vezes imaginar erroneamente que um conservador é totalmente cético a mudanças na sociedade.

Segundo Edmund Burke (1790), citado por Coutinho (2014, p. 74), “um estado sem a possibilidade de alguma mudança é incapaz de se conservar”. Diferente do que muito se pensa, o conservador não vê a reforma como fator que exclui a tradição, mas vê na tradição o ponto de partida para uma reforma prudente. É com base na tradição que o agente conservador poderá saber o que deve e não deve ser reformado. Para Disraeli, citado por Coutinho (2014, p. 71), mudanças são inevitáveis em todas as sociedades, no entanto elas devem partir dos costumes, das tradições e das leis, e não de doutrinas gerais ou de princípios abstratos. A função da reforma para o conservadorismo não é mudar por simplesmente mudar, mas sim para evitar atitudes revolucionárias futuras. Oakeshott, citado por Coutinho (2014, p. 76), explica que a reforma deve se limitar a uma resposta a um defeito preciso para que se evite consequências indesejadas, configurando assim em um processo lento que deve ser acompanhado passo a passo pelo agente conservador (COUTINHO, 2014, p. 66-79).

2.4.2 – Economia

Correntes políticas voltadas à direita do espectro político tendem a apoiar o livre mercado como sistema econômico. O conservadorismo não é diferente. No entanto existem inúmeras críticas de autores conservadores a “sociedade comercial”. Uma delas é que o capitalismo pode “reduzir as relações pessoais a critérios meramente “economicistas” de ganhos e perdas sem que haja outras considerações” (COUTINHO, 2014, p. 81). Para Scruton (2015, p. 38) “o equívoco de reduzir a ordem política às operações do mercado equipara-se ao erro do socialismo revolucionário de reduzir a política a um plano”. Coutinho (2014, p. 82) enxerga o livre mercado também como um propagador de conflitos na sociedade que põem em risco algumas das tradições aprovadas pelo teste de tempo.

A existência do livre-comércio cria tensões e disrupções na sociedade tradicional, acarretando permanentes mudanças que colocam em risco princípios ou instituições que, apesar de terem sobrevivido aos “teste de tempo”, podem não resistir às “destruições criativas de que a sociedade comercial é tão pródiga (COUTINHO, 2014, p. 82).

Entretanto outros autores se posicionam a favor de uma sociedade comercial, incluindo Edmund Burke. Assim como Adam Smith, Burke enxerga o mercado como um “sistema de liberdade natural”. Sendo assim, é natural que as pessoas façam

trocas voluntárias em busca de melhores condições de vida, e o governo deve respeitar isso, uma vez que a natureza humana deve ser vista como um princípio para o agente conservador (COUTINHO, 2014, p. 86-87).

O conservadorismo, portanto, deve começar por respeitar a natureza dos homens. E isso significa observar a vontade destes em participar num sistema em que são as escolhas naturais e livres dos indivíduos, e não a imposição autoritária de um padrão único de preferências ou comportamentos que devem ser soberanas. (COUTINHO, 2014, p. 87).

Para Thatcher (1986), citado por Coutinho (2014, p. 87), “o sucesso econômico do mundo ocidental é um produto da sua filosofia moral”. E complementa: “os resultados econômicos são melhores porque sua filosofia moral é superior. É superior porque começa pelo indivíduo, pela sua singularidade e pela sua capacidade de escolha”. Diferente de outros ideais econômicos e étnicos, não existe no capitalismo uma dimensão transcendente. No entanto a preservação do capitalismo por parte do conservador deve existir não por motivos transcendentais, mas sim por motivos empíricos e imanentes (COUTINHO, 2014, p. 87-88).

Além de ser uma expressão da natureza humana, quando comparada a outros modelos econômicos, como a economia planificada, a economia de mercado se mostrou muito mais produtiva para a sociedade. Encontra-se aqui então outro argumento do conservadorismo a favor do capitalismo: ele resistiu aos sucessivos testes de tempo, enquanto seus rivais vieram a perecer. Como atenta Burke (1796), citado por Coutinho, (2014, p. 88), “o amor ao lucro, embora por vezes levado a excessos ridículos e viciosos, é a grande causa de prosperidade de todos os Estados”. Resistir aos testes de tempo permite também que a “sociedade comercial” seja não só um modelo econômico mas uma tradição que emerge de forma natural na sociedade (COUTINHO, 2014, p. 88-89).

2.4.3 – Estado

Para um conservador, “o papel do Estado é, ou deveria ser, menor do que aquele que os socialistas exigem e maior do que os liberais clássicos permitem” (SCRUTON, 2015, p. 203). Contrariando a visão liberal e libertária, Jerry Muller (2002), citado por Coutinho (2014, p. 94), vê o Estado como a instituição de maior importância para um bom funcionamento do livre mercado. O Estado tem a função de proteger a

sociedade, garantir a propriedade privada, punir criminosos e exercer demais funções que o voluntarismo da iniciativa privada não seria capaz (COUTINHO, 2014, p. 94). Todavia o Estado não pode promover valores que não emergem de forma natural (de baixo para cima) na sociedade, tal como exercer a função de redistribuir a riqueza (Scruton, 2015, p. 203).

2.4.4 – Esferas de valor

Desde o Iluminismo, o conservadorismo se apresenta como uma filosofia política que trabalha em favor da recuperação dos valores. Esses valores não podem ser adquiridos por meios políticos nem por meios econômicos. Enquanto o papel do político é expandir o raio de prosperidade na sociedade, a economia falha em ser provedora de valores pois valores não têm preço (SCRUTON, 2015, p. 204-206).

A maior provedora de valores na sociedade é a religião, e justamente por ela criar uma esfera de valores e de autoridade dissociados do Estado que se torna a principal inimiga das revoluções. É por esse motivo que é comum ver revoluções perseguirem a religiosos e criarem muitas vezes o ateísmo de Estado (SCRUTON, 2015, p. 205-206).

[...] a religião desempenha um papel inegável na vida sociedade, introduzindo as ideias do sagrado e do transcendental que espraíam influência em todos os costumes e cerimônias associativas. A obediência religiosa, no entanto, não é um elemento necessário da cidadania e, em qualquer conflito, são os deveres do cidadão, não os do crente, que devem prevalecer. (SCRUTON, 2015, p. 207).

Uma das conquistas da civilização cristã é conseguir conviver com o secular, é “ter dotado as instituições de autoridade religiosa sem exigir-lhes uma obediência *religiosa*, em oposição à secular” (SCRUTON, 2015, p. 208). Isso se dá através de dois comandos de Jesus Cristo: o primeiro está relacionamento quando Cristo pede para os homens amarem a Deus de todo coração, de toda a alma, de todo entendimento e de toda a força; e o segundo quando Cristo diz para os homens amarem ao próximo como a si mesmos. Ambos mandamentos abordam o amor ao próximo, não necessitando de uma obediência religiosa. E amar ao próximo significa dar-lhe o direito de ser diferente (SCRUTON, 2015, p. 207-212).

Outra esfera de valor é a família. A partir do momento que a religião se retira da vida pública, a família recebe a função de educação moral. Além disso, a família é

uma instituição antirrevolucionária, sempre se apresentando no correr da história como um empecilho para os projetos revolucionários. Isso é muito bem comprovado quando Marx e Engels dedicam um livro praticamente inteiro à destruição da “família sagrada”. As famílias se iniciam por meio do casamento, que muito além de um contrato é uma obrigação que ambas as partes firmam com quem ainda está para nascer. Porém da mesma forma que o Estado se envolveu em prol de firmar os laços familiares (criando leis como, por exemplo, a proibição do incesto), também se envolveu, talvez de maneira até maior, em prol da destruição desses laços, (por exemplo, facilitando o divórcio e promovendo o casamento entre pessoas homossexuais). Essas ações fazem o casamento se reduzir a um mero contrato sem valor algum. Para o conservador, a melhor maneira de conservar essa instituição é mantendo o Estado longe do casamento, pois o Estado tem a capacidade de moldar a família, e isso não seria visto como algo positivo para a sociedade uma vez que as mudanças devem emergir de baixo para cima (SCRUTON, 2015, p. 213-218).

2.5 - PROGRESSISMO

A terceira corrente política abordada nessa pesquisa é o progressismo, corrente usada para direcionar o pensamento político dos alunos que se identificam com ideias à esquerda e liberais.

O progressismo é uma corrente político-ideológica que acredita que as melhorias sociais e econômicas são adquiridas através do avanço da ciência e da tecnologia. Essa corrente busca a justiça, a igualdade e a liberdade acima de tudo e, com um caráter reformista, propõe mudanças rápidas na sociedade tendo o Estado como principal provedor dessas mudanças.

Os principais pensadores e influenciadores dessa corrente política são Karl Marx, Antonio Gramsci, Michel Foucault, Herbert Marcuse, Theodor Adorno e Jean-Paul Sartre. Para entender melhor o pensamento progressista, esse estudo se baseou principalmente na obra *Pós-modernismo e política* (1991) onde Heloisa Buarque de Holanda faz um apanhado de artigos de vários autores que se identificam com a ideologia pós-moderna.

2.5.1 – Definição e características

O progressismo é um pensamento filosófico que surge na Europa do século XVIII em meio ao movimento iluminista defendendo o progresso baseado na razão, e os avanços tecnológicos e científicos como necessidades para melhores condições sociais e econômicas da humanidade. No espectro político, o progressismo se contrapõe ao conservadorismo. Uma das razões dessa divergência é a maneira como progressistas e conservadores enxergam a velocidade com a qual as mudanças devem ocorrer. Diferente do conservador, o progressista dá ênfase a reformas rápidas, porém não revolucionárias. Outro contraponto é o norteador dessas mudanças na sociedade, que, segundo os progressistas, deve ser a razão, como defendido pelo iluminismo, pelo positivismo e pelo marxismo (MATTOS, 2016, p. 47).

Todavia com o tempo a ideia de progressismo adotou diferentes significados. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 244) nos séculos XIX e XX, o progressismo se desmembrou em vários movimentos políticos antagônicos entre si. O movimento aderiu a diversas bandeiras políticas, como o direito ao voto, os direitos trabalhistas e a demais movimentos sociais. Nesse contexto o progressismo se assemelha a social democracia, corrente historicamente associada no espectro político a centro-esquerda. É importante destacar que o progressismo não é, necessariamente, um pensamento político de esquerda, uma vez que correntes políticas ligadas ao liberalismo podem adotar muitas pautas consideradas progressistas. No entanto, no contexto político atual, o progressismo costuma ser associado a política de esquerda por levantar bandeiras de movimentos sociais ligados a minorias e à luta pelos direitos civis, como o movimento negro, feminista, de direitos dos indígenas, ambientalista, desarmamentista, antinuclear, de identidades de gênero minoritárias e de orientações sexuais (MATTOS, 2016, p. 47-48).

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 244-245), o progressismo se construiu no século XIX sobre três pilares: ciência, democracia e materialismo-histórico. Enquanto no pilar científico as ciências naturais se tornaram modelo de desenvolvimento das ciências humanas, no democrático a extensão do poder político para todos os indivíduos passou a ser visto como algo positivo, e no histórico-materialista a luta de classes passou a ser pré-requisito para o progresso. Combinados entre si das mais diferentes formas, esse modelo passou a ser exemplo

de ideologia nas grandes mudanças do século XIX, desqualificando de egoísta e irracional qualquer ideologia que não seguisse esse exemplo.

Pereira (1985) define o progressista da seguinte maneira:

Progressista é quem está mais preocupado com a justiça do que com a ordem. É quem quer transformar o mundo, torná-lo mais igual, mais justo e mais livre. É quem reconhece que a racionalidade pode estar também com os trabalhadores e as classes médias, e que a justiça está geralmente – mas não necessariamente – com eles (PEREIRA, 1985, p. 6).

E faz questão de diferenciar o progressista do revolucionário:

Diferente do revolucionário, ele não acredita que o critério de verdade seja o trabalhador – o proletariado –, nem imagina que a revolução seja a solução dos problemas econômicos e sociais. Sabe que a revolução leva muitas vezes à ditadura e ao retrocesso econômico (PEREIRA, 1985, p. 6).

Aronowitz (1992, p. 159), por sua vez, define as sociedades progressistas como “aquelas capazes de aprender, isto é, de adquirir, um conhecimento que supera os limites da ação estratégica e instrumental”.

2.5.2 – Contribuições para o movimento progressista contemporâneo

Várias ideias contribuíram para a formação do que se conhece hoje como progressismo, uma das mais importantes foi a teoria crítica. A teoria crítica é uma teoria desenvolvida pelos pensadores da Escola de Frankfurt que surge especificamente em 1937 com a obra *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* de Max Horkheimer. Segundo essa teoria, a sociedade capitalista de consumo gera um panorama de dominação e alienação do indivíduo substituindo a razão reflexiva pela razão instrumental, reduzindo a figura do indivíduo a um simples consumidor. Dessa forma o poder reflexivo do indivíduo de tomar decisões de forma autônoma, é dificultado por essa matriz de trabalho que o aprisiona (ROCHA et al, 2011, p. 6).

Adorno e Horkheimer (1985), membros da Escola de Frankfurt, atestam em *A Dialética do Esclarecimento*, uma das obras mais significativas para os estudos críticos modernos, que o indivíduo encontra-se alienado dentro dessa configuração de controle social, onde até mesmo o lazer e a arte se apresentam como uma forma de dominação ideológica e comportamental criada pela indústria cultural (ROCHA et al, 2011, p. 6).

No capitalismo os valores e normas giram em torno do lucro, fazendo os indivíduos imaginarem que as necessidades de compra são suas, quando na verdade são impostas a eles. Marcuse faz uma distinção entre as falsas e verdadeiras necessidades. Para ele as falsas necessidades atrasam ou impedem o desenvolvimento e a emancipação dos indivíduos. Em geral essas necessidades são a compra de qualquer mercadoria que seja símbolo de status, como um carro do ano ou um aparelho eletrônico sofisticado. Já as necessidades verdadeiras são as necessidades vitais para a sobrevivência humana, como alimento, roupa e moradia (LOUREIRO, 2005).

Outro pensador da Escola de Frankfurt que contribuiu para as ideias do movimento progressista é um dos principais teóricos da nova esquerda, o filósofo alemão Herbert Marcuse. Entendendo que para haver uma transformação radical na sociedade capitalista, Marcuse regride à psicanálise de Freud para encontrar um novo agente revolucionário, pois a classe trabalhadora havia sido corrompida pela sociedade de consumo. Para compreender o fracasso de todas as revoluções, além de uma análise econômica, política, histórica e social, é necessária uma análise psíquica: a classe revolucionária, ao derrubar o antigo regime, se identifica com ele, passando a agir de maneira igual ou ainda mais autoritária que o anterior. Através de uma leitura marxista de Freud, Marcuse cria dois novos conceitos: ““mais-repressão” (o controle adicional acima do indispensável à existência da sociedade humana civilizada requerido pela dominação social) e “princípio de desempenho” (a forma histórica predominante do princípio de realidade)” (LOUREIRO, 2005).

O marxismo tradicional enfatizava as leis inexoráveis do desenvolvimento econômico, atenuando a contribuição dos atores humanos. Uma vez que essas leis marxistas haviam se revelado bem mais exoráveis em sua falta de desenvolvimento, a Escola de Frankfurt sugeriu que a história é feita, em grande parte, por atores humanos e, em especial, pela compreensão psicológica que eles têm de si mesmos e de sua situação existencial. A incorporação de uma psicologia social melhor ao marxismo explicaria por que a revolução não acontecera e apontaria um caminho para fazê-la acontecer (HICKS, 2011, p. 163).

No capitalismo avançado, devido a automação do trabalho, a energia pulsional, antes dedicada somente a realização do trabalho manual, pode ser canalizada para outros meios. Além disso, o trabalho restante seria o trabalho não alienado, estreitando o abismo antes existente entre trabalho e lazer. Todavia por não haver

mais ideologia base para o trabalho doloroso e para a repressão da energia pulsional, é necessária uma repressão das consciências. Para Marcuse, em uma sociedade socialista, o trabalho não teria o fim de valorizar o capital, mas de satisfazer as carências humanas. Essa é a ideia principal da obra *Eros e Civilização*, escrita por Herbert Marcuse em 1955; uma nova concepção de sociedade onde o tempo livre passa a organizar a vida social, e não mais o tempo de trabalho, como na sociedade ocidental que visa o desenvolvimento contínuo e ilimitado das forças produtivas (LOUREIRO, 2005).

Em outras palavras, a abolição do trabalho alienado permitiria investir a libido no trabalho – que se tornaria assim trabalho lúdico – e nas relações sociais, o que transformaria a vida num jogo estético/erótico em que os sentidos humanos não seriam moldados pela forma mercadoria. Numa sociedade sem repressão das pulsões a gratificação erótica seria inerente a toda a vida social e ocorreria a reconciliação entre os seres humanos e a natureza, a qual deixaria de ser mera matéria que o homem pode explorar a seu bel prazer (donde o interesse de Marcuse pela ecologia) (LOUREIRO, 2005).

A sociedade socialista, tal como idealizada por Marcuse, tem como objetivo manter-se distante do fetichismo das forças produtivas. A ideia da produtividade como algo puramente benéfico é questionada, assinalando que o progresso tecnológico trabalha com base nos interesses do capital e é uma forma de dominação política. No entanto isso não significa rejeitar a técnica, mas pensar em uma ciência que seja neutra. Outra crítica de Marcuse à sociedade de consumo é a agressão que essa causa à natureza. No capitalismo, a natureza é dominada pelos homens e pela ideologia da competitividade; já no socialismo, os homens teriam uma relação fraterna com a natureza (LOUREIRO, 2005).

Fundada em um novo princípio de realidade, a sociedade socialista busca ser qualitativamente diferente da capitalista. Marcuse prega a ideia de uma revolução dos sentidos, entendendo que a libertação humana está associada a “emancipação dos sentidos”. O socialismo seria então guiado por um novo ser humano, este guiado pela razão sensível, que reconstruiria o mundo por meio das leis da beleza e da natureza, e não de acordo com a lógica de mercado (LOUREIRO, 2005).

O progressismo tem também uma relação muito próxima a ideologia pós-moderna e ao período histórico conhecido como pós-modernismo. O termo “pós-modernismo” teve seu apogeu na década de 1960 no meio literário, sendo usado por críticos como Leslie Fiedler e Ihab Hassan. Na década seguinte o termo se disseminou

na arquitetura, na dança, no teatro e em demais ramos culturais (HUYSSSEN, 1992, p. 24). Aronowitz (1992, p. 151) alega que, embora existam aspectos analógicos entre os conceitos de modernismo e modernidade, eles não são idênticos.

O modernismo e a modernidade se referem a aspectos analógicos, mas não idênticos, da vida no século XX. O primeiro diz respeito aos movimentos que tentam desmascarar as representações de seus referentes mundanos e cotidianos, às narrativas imediatas que formam o cerne de nossos supostos mundos cotidianos de experiência vital. A modernidade política e econômica, por outro lado tem a ver com planejamento e produção orientados para o crescimento, com um sistema político pluralista no qual a política de classe é substituída pela luta dos grupos de interesses, e com forte burocracia capaz de regular dinheiro e capital humano (ARONOWITZ, 1992, p. 151).

O pós-modernismo surge em oposição ao modernismo, mas acredita que a modernidade é o melhor contexto para florescer suas ideias. Essa transformação é marcada pela renúncia às ideias que até então governavam a arte: o liberalismo e o marxismo. Ademais as transformações ocorridas durante a 2ª Guerra Mundial colaboraram para uma nova configuração do cenário político e cultural do mundo (ARONOWITZ, 1992, p. 151-152). Na visão de Huyssen (1992, p. 35) a revolta pós-moderna da década de 1960 não expressou uma rejeição ao modernismo em si, mas a um tipo de modernismo que incorporou o consenso liberal-conservador da época em forma de propaganda anticomunista. Um elemento marcante no movimento pós-moderno é a “rejeição da razão universal como fundamento dos assuntos humanos”. Basicamente isso significa questionar a competência da ciência, pois ela faz uma análise parcial que é dominada por um jogo de interesses e que funciona como excludente social (ARONOWITZ, 1992, p. 159).

O movimento pós-moderno se apresenta como um movimento de metafísica antirrealista, afirmando que é impossível entender a realidade por si só e propondo uma descrição construcionista e sociolinguística dessa realidade. Sua epistemologia é subjetivista social, negando a razão como método de adquirir conhecimento sobre a realidade. Os pós-modernos defendem que a natureza humana é uma construção social, o que geralmente leva a relações de conflitos que podem ser explícitos ou dissimulados. Esses conflitos criam relações de dominação, submissão e opressão, fazendo um canal a ética e a política pós-moderna, que se colocará ao lado dos grupos oprimidos (HICKS, 2011, p. 17).

Na Educação, o Pós-modernismo rejeita a noção de que o propósito da educação é, antes de tudo, treinar a capacidade cognitiva da criança para o raciocínio, a fim de produzir um adulto capaz de funcionar com independência no mundo. Essa visão é substituída pela concepção de que a Educação consiste em dar uma identidade social a um ser essencialmente indeterminado. O método utilizado para moldar a Educação é linguístico e, portanto, a linguagem a ser empregada é aquela capaz de criar um ser humano sensível a sua identidade racial, sexual e de classe (HICKS, 2011, p. 29).

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, afastam-se da ideia de que o determinismo econômico e de que as lutas de classe, descritos por Marx, respaldam a dinâmica social. Ambos encontram no pós-modernismo um movimento que abre espaço para o surgimento de novos agentes políticos que, muito mais movidos pela linguagem que por questões econômicas, tomam o lugar das classes sociais. Essa nova política de interesses é denominada por Laclau e Mouffe de “democracia radical” (ARONOMITZ, 1992, p. 160).

A democracia radical e plural visa expandir sua esfera de aplicabilidade a novas relações sociais, não se limitando, assim, à forma de governo adotada pelo Estado, objetivando, portanto, criar um novo tipo de articulação entre os elementos da tradição democrática liberal, em que os direitos não se enquadram numa perspectiva individualista, mas democrática, criando uma nova hegemonia, que é resultante de um maior número de lutas democráticas, e, conseqüentemente, a multiplicação dos espaços políticos na sociedade (MARQUES, 2008, p. 64).

2.5.3 – Economia

Pereira (1985) acredita que para entender a visão econômica no pensamento progressista, deve-se anteriormente dividir a economia em 3 blocos: o plano da teoria básica, o plano de análise macroeconômica e plano da política econômica.

A característica fundamental dos progressistas no plano da teoria básica é como essa corrente entende a teoria do valor. Nesse campo eles se posicionam ao lado dos marxistas, afirmando a teoria da mais-valia e que o fenômeno da exploração é intrínseco ao capitalismo (PEREIRA, 1985).

No plano de análise macroeconômica, o economista progressista se apoia na lei de Say⁶ e na teoria quantitativa⁷ para negar que o mercado tem capacidade de se

⁶ Lei de Say é uma lei criada no início do século XIX que defende que “a oferta cria sua própria procura, não havendo, pois, lugar para crises de superprodução ou de subconsumo.” (PEREIRA, 1985).

⁷ Teoria quantitativa da moeda é uma teoria que afirma que “há uma relação fixa entre a quantidade de moeda e a renda” que “chega ao mesmo resultado com um enfoque monetário de e preços.” (PEREIRA, 1985).

autorregular. Logo o progressismo defende a intervenção do Estado na economia, se posicionando ao lado da Escola Keynesiana. A intervenção estatal pode ser dividida em 4 campos: (1) “o Estado como Produtor, realizando a poupança forçada e investindo diretamente na produção” (PEREIRA, 1985, p. 7); (2) “o Estado como Subsidiador, favorecendo via subsídios e incentivos os mais variados a acumulação privada” (PEREIRA, 1985, p. 7); (3) o Estado de Bem-Estar Social “produzindo e distribuindo gratuitamente ou a preços subsidiados bens e serviços de consumo para camadas mais pobres, que passam, assim, a receber salários indiretos” (PEREIRA, 1985, p. 7); (4) e o Estado como Regulador, “que busca corrigir o funcionamento imperfeito do mercado, adequar a demanda à oferta agregada, garantir o pleno emprego e a estabilidade dos preços, distribuir mais igualmente a renda” (PEREIRA, 1985, p. 7).

No plano da política econômica, pode-se afirmar que o progressismo dará prioridade à distribuição e à produção, e olhará para a estabilização com menor importância. No entanto essa visão não é estática, uma vez que os economistas progressistas pensam a economia como um ciclo, as atitudes tomadas podem mudar dependendo do momento ao qual a economia se encontra na evolução do ciclo (PEREIRA, 1985).

2.6 – LIBERTARIANISMO

A quarta corrente política abordada nessa pesquisa é o progressismo, corrente usada para direcionar o pensamento político dos alunos que se identificam com ideias à direita e liberais.

Existem inúmeras variantes do libertarianismo, algumas mais à direita e outras mais à esquerda no espectro político. A corrente libertária abordada nesse estudo será a que se assemelha mais a indicação do quadrante, ou seja, de uma direita individualista. Basicamente o libertarianismo é um sistema político-ideológico que se apresenta como uma alternativa aos tradicionais pensamentos de direita e de esquerda.

Os principais pensadores e influenciadores dessa corrente política são os economistas da Escola Austríaca Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Murray Rothbard, David Friedman e Hans-Hermann Hoppe. Para entender melhor o

pensamento libertário, esse estudo se baseará principalmente na obra *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário* (2013) de Murray N. Rothbard, considerado o pai do libertarianismo moderno.

A ideia de libertarianismo surge dos movimentos liberais clássicos dos séculos XVII e XVIII na sociedade ocidental, mais especificamente, a partir da revolução inglesa. Segundo Rothbard (2013, p. 16) “o movimento liberal clássico foi, ao longo de todo o mundo ocidental, uma poderosa “revolução” libertária contra o que podemos chamar de a Velha Ordem”. No caso da revolução inglesa, o sucesso libertário obtido foi a revolução industrial, que libertou a produção do controle estatal. Nesse cenário, a chamada Velha Ordem era o regime político vigente, em que o rei, através do direito divino que foi lhe concedido, governava a sociedade por um Estado absolutista (ROTHBARD, 2013, p. 16).

Apesar do credo libertário surgir na Europa, é nos Estados Unidos que ele se propaga. Rothbard (2013, p. 20) atenta duas razões para isso ter acontecido: (1) as colônias americanas estavam livres do controle governamental aristocrático que detinha o monopólio feudal territorial europeu, uma vez que seus governantes eram oficiais coloniais britânicos e comerciantes; e (2) o isolamento geográfico impedia as colônias de serem invadidas por exércitos vizinhos contrários à revolução.

Embora seja claramente antissocialista, o libertarianismo, no contexto histórico americano, surge em oposição ao estatismo do conservadorismo. Libertários criticam os conservadores por, apesar de se posicionarem contrários ao Estado de bem-estar social e de políticas de regulamentação da economia, serem estatistas em relação às políticas “pró-família”, ao nacionalismo e ao belicismo (ROTHBARD, 2013, p.12).

2.6.1 – Ideologia libertária

A filosofia libertária gira em torno de um princípio mínimo ético humano criado por Rothbard, o princípio da não-agressão (PNA). Diferente de uma lei que é imposta pelo governo ou de um pacto, o PNA é um princípio que surge espontaneamente da consciência ética dos cidadãos; é um ponto de partida ao qual deve guiar a sociedade e que todos os tribunais privados em uma sociedade libertária devem adotar. Rothbard definiu o princípio de não-agressão da seguinte maneira: “nenhum homem ou grupo de homens pode cometer uma agressão contra a pessoa ou a propriedade de qualquer outro” (ROTHBARD, 2013, p. 37).

Sendo assim, o libertário se firmará ao lado das pautas de “liberdade civil”, como a liberdade de se expressar, de falar e de publicar; e ao lado dos chamados “crimes sem vítima” (que o libertário não enxerga como crimes), como pornografia, desvios sexuais e prostituição (ROTHBARD, 2013, p. 37).

Dentro da ética libertária existem vários outros conceitos que fundamentam o PNA. Um desses conceitos é o direito de propriedade. Segundo Rothbard, o primeiro dos direitos de propriedade é a autopropriedade, a propriedade de uma pessoa sobre ela mesma. A essa, nenhum outro indivíduo que não seja ele mesmo tem direito. Por ser um ser humano, capaz de pensar e fazer escolhas que permitem sua sobrevivência no meio, o indivíduo tem a propriedade de seu próprio corpo e o direito de usá-lo da forma que entender melhor, livre de qualquer interferência opressiva (ROTHBARD, 2013, p. 42-43).

Além da autopropriedade, a pessoa pode adquirir propriedades de outras formas. Uma delas é conhecida como apropriação original. Essa aquisição ocorre caso três fatores coincidam. Primeiramente a pessoa deve se apropriar de um recurso em estado natural que não tenha proprietário e modificar o estado desse recurso, transformando-o em um bem de consumo. A lógica por trás disso é que seres humanos não são seres isolados no espaço nem autosubsistentes; existe um contato com o meio físico que o cerca e, para sua sobrevivência, é necessário confrontar esse meio se apropriando e modificando os recursos naturais. Os outros fatores para permitir a apropriação original são a delimitação do recurso e o comprometimento com a defesa desse recurso (ROTHBARD, 2013, p. 40-53).

Cada homem possui a propriedade de sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum, além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente seus. Qualquer coisa que então retire do estado que a natureza proveu e deixou, e misture com seu trabalho e adicione algo que é seu, se torna sua propriedade. Sendo por ele retirado do estado comum em que a natureza a deixou, a ela agregou, com esse trabalho, algo que exclui o direito comum dos demais homens. Por ser esse trabalho propriedade inquestionável do trabalhador, homem algum além de si pode ter direito àquilo ao qual tal trabalho tenha sido agregado.... (LOCKE, 1998) citado por (ROTHBARD, 2010, p. 75-76).

A outra forma de adquirir propriedade, é através de negociações e doações. A partir do momento que a pessoa possui a propriedade de tal material, ela também possui a liberdade de trocá-lo com outra pessoa ou de doá-lo. A troca também pode

ser feita através de serviços prestados, como a troca de trabalho por dinheiro (ROTHBARD, 2013, p. 56).

Rothbard (2013, p. 43) também chama atenção para as consequências de se negar a propriedade da própria pessoa ter sobre si mesmo. Em uma primeira alternativa de mostrar isso, uma classe de pessoas tem o direito de ter a propriedade de outra classe; em uma segunda alternativa, todos na sociedade possuem o direito à uma parcela da propriedade da pessoa. No primeiro caso, uma classe tem o direito de explorar a outra, se configurando em uma relação de parasitismo. No segundo caso, a pessoa, além de não ter a propriedade de si mesma, não seria livre para tomar qualquer atitude antes de pedir aprovação do grupo. Provando-se fracassadas essas alternativas, o libertário adota como seu princípio primário o direito universal à autopropriedade aos humanos.

Outro conceito que fundamenta o PNA é o conceito de agressão. Agressão nesse sentido abrange tanto a ideia de violência física como ameaça (ROTHBARD, 2013, p. 37). Ela pode ocorrer tanto contra a pessoa em si (quando a pessoa tem sua autopropriedade violada) quanto contra os bens de uma pessoa (apropriação original ou por negociações) (ROTHBARD, 2010, p. 103). Para Rothbard (2010, p. 103) “em qualquer um dos casos, o agressor impõe sua vontade sobre a propriedade natural de outro homem – ele priva o outro homem de sua liberdade de ação e do exercício total de sua autopropriedade natural”.

No entanto humanos não são perfeitos e obviamente alguém irá, em algum momento, infringir o PNA. Somente nesse caso, a pessoa recebe a autorização para cometer violência. Nesse sentido, a violência é justificada como defesa própria, defesa da propriedade. Todavia não é qualquer tipo de violência que é permitida, existe uma relação de proporcionalidade com a agressão feita. A violência permitida é a mínima necessária para cessar a agressão (ROTHBARD, 2010, p. 137-141).

Basicamente o ponto principal que fundamenta o princípio da não-agressão e argumenta para a defesa do libertarianismo são os direitos naturais (jusnaturalismo) (ROTHBARD, 2013, p. 40). Os libertários defendem o princípio absoluto e objetivo de que os direitos de propriedade são um direito natural de todo ser humano que transcende a linha de espaço e de tempo; ou seja, o princípio adotado hoje será o mesmo adotado daqui a dois mil anos em uma galáxia longínqua. Rothbard (2013, p. 41 e 42) explana que os “direitos naturais” são o pilar de toda filosofia política, essa

ligada à “lei da natureza”, uma estrutura política superior. A teoria da lei natural defende que existem um número imenso de entidades que possuem propriedades e naturezas distintas. Diferente dos animais, a natureza humana não age por instinto, logo o homem deve aprender sobre si mesmo, sobre valores, sobre causa e consequência. Podendo pensar, agir e sentir somente como indivíduo, é primordial para a sobrevivência do homem a liberdade de escolha e de aprendizado. Para Rothbard (2013, p. 42) “este é o caminho necessário da natureza humana; interferir com este processo e danificá-lo através do uso da violência vai profundamente contra o que é necessário, na própria natureza humana, para a sua vida e prosperidade” (ROTHBARD, 2013. p. 41-42).

“Liberdade é uma condição na qual os direitos de propriedade de uma pessoa sobre seu próprio corpo e sua propriedade material legítima não são invadidos, e não sofrem qualquer agressão” (ROTHBARD, 2013, p. 58). Os conceitos de liberdade e de propriedade irrestrita andam de mãos dadas. Dessa forma, o “crime” na visão libertária, sempre se configura no ato de violar a propriedade de um ser humano, seja contra a própria pessoa ou contra um material ao qual a pessoa seja proprietária. Claramente o libertarianismo se mostra como uma corrente de pensamento individualista. A única “igualdade” defendida por libertários é a igualdade de direito de todo ser humano sobre a propriedade de sua própria pessoa, sobre a propriedade de recursos não usados e sobre a propriedade de tudo que ele tenha adquirido através de doações ou trocas voluntárias.

2.6.2 – Estado

A maior diferença do libertário para indivíduos que se identificam com outras correntes políticas, seja à direita ou à esquerda, é como esse admite a figura do Estado. Rothbard (2013, p. 38) define o Estado, seja ele democrático, ditatorial, ou monárquico, como o “agressor central, dominante e preponderante sobre todos esses direitos” (no caso os direitos de liberdade e de propriedade). Segundo os libertários, as demais correntes políticas concedem sanção moral para o Estado cometer atos que seriam vistos como crimes caso qualquer outro indivíduo ou grupo de indivíduos que não fosse o Estado cometesse. Assim o ato de assassinar em massa é legalizado pelo Estado como “guerra”, o ato de escravizar é legalizado como “alistamento militar obrigatório” e o ato de roubar é legalizado como “imposto” (ROTHBARD, 2013, p. 38).

Os atos que o governo justifica executar em favor do “bem estar público”, é visto como meios fraudulentos que os governantes usam para ganhar o apoio da sociedade (ROTHBARD, 2013, p. 39)

Existem duas diferenças cruciais entre o governo, seja ele federal, estadual ou municipal, e todas as demais instituições da sociedade. A primeira se refere ao fato do governo ser a única entidade que obtém renda por meio de coerção e de violência, através da ameaça direta de confisco (imposto), ou da prisão do indivíduo que não realizar o pagamento. Todas as demais entidades sobrevivem pela contribuição ou aquisição voluntária de seus bens ou serviços no mercado. A segunda diferença se refere ao fato do governo ser a única entidade que usa seus fundos para cometer violência contra os mesmos indivíduos que o sustentam. Isso se traduz quando, por exemplo, o governo impõe uma observância religiosa ou quando põe na cadeia quem venda produtos por um preço mais alto que o governo acredita ser adequado (ROTHBARD, 2013, p. 65). Rothbard (2013, p. 65) resume as duas situações da seguinte maneira: “apenas o governo, na sociedade, tem o poder para cometer agressões contra os direitos de propriedade de seus súditos, seja para obter renda, impor seu código moral ou matar aqueles de quem ele discorda”.

Rothbard também esclarece que a agressão cometida pelo Estado é mais importante que outros tipos de agressão. “Para nos protegermos de criminosos privados podemos apelar ao estado e à sua polícia; mas quem pode nos proteger do próprio estado? Ninguém”, (ROTHBARD, 2013, p. 65). A questão é que o Estado monopoliza a proteção e o poder de tomar decisões em última instância. Sendo assim, se o indivíduo se sentir injustiçado com as decisões da corte estatal, não há outros meios dele recorrer (ROTHBARD, 2013, p. 65).

A natureza do Estado, seja ele democrático ou autoritário, é expandir seus domínios. Como a última instância de um governo é sua Suprema Corte, a tendência é que essas decisões sejam tomadas para beneficiar o governo e aumentar seu poder (ROTHBARD, 2013, p. 66). A condição normal e contínua do Estado é o domínio do poder oligárquico: “o domínio de uma elite coercitiva que conseguiu assumir o controle da máquina estatal” (ROTHBARD, 2013, p. 68). É definido dois motivos para isso. Um deles “é a desigualdade e a divisão de trabalho inerente à natureza do homem” (ROTHARD, 2013, p.68). Em todas as esferas da sociedade, existe uma tendência para que a liderança em uma determinada atividade seja assumida por um indivíduo

ou grupo de indivíduos relativamente mais aptos e dedicados que outros. Isso acontece porque os indivíduos têm habilidades e interesses distintos. Essa ocupação da liderança ocorre em todas as atividades, sejam elas benéficas ou malélicas. O primeiro a perceber isso foi o sociólogo alemão Robert Michels, ao desenvolver a teoria da lei de ferro oligárquica (ROTHBARD, 2013, p.68). O outro motivo é “a natureza parasítica do próprio empreendimento estatal” (ROTHBARD, 2013, p. 68). O sociólogo alemão Franz Oppenheimer foi quem melhor escreveu sobre a natureza parasítica do Estado. Para ele existem somente dois meios pelos quais o homem pode enriquecer: através dos “meios econômicos”, produção e troca de mercadorias; ou através dos “meios políticos”, roubo por violência. Os “meios políticos” são parasíticos, uma vez que dependem da existência da produção para que aja o confisco. O Estado foi definido então por Oppenheimer como a “organização dos meios políticos” (ROTHBARD, 2013, p. 68-69).

Rothbard explica a obediência civil ao Estado alegando que existe uma aliança entre a classe dominante estatal e uma classe de intelectuais. Como a sociedade não caminha intelectualmente por si só, ela segue passivamente as ideias desses intelectuais, que ficam conhecidos como “formadores de opinião” (ROTHBARD, 2013, p. 73).

Esta aliança se baseia num *quid pro quo*: de um lado, os intelectuais espalham entre as massas a ideia de que o estado e seus governantes são sábios, bons, por vezes divinos, e, no mínimo, inevitáveis e melhores do que qualquer outra alternativa concebível. Em troca desta panóplia ideológica, o estado incorpora os intelectuais como parte da elite dominante, concedendo-lhes poder, status, prestígio e segurança material. Ademais, os intelectuais são necessários para integrar o quadro de funcionários da burocracia e “planejar” a economia e a sociedade (ROTHBARD, 2013, p. 73).

Ao longo do tempo o Estado e seus intelectuais vêm usando inúmeras armas ideológicas para justificar o domínio à população. Basicamente os argumentos se resumem em duas classificações: (1) que a existência do Estado é inevitável e necessária; e (2) que os governantes são mais sábios que a população (ROTHBARD, 2013, p. 78).

Rothbard atenta que nem todos os intelectuais trabalham para o Estado, mas essa relação entre Estado e intelectuais é o que vem prevalecendo pela história. Especialmente na sociedade ocidental, muitos intelectuais se posicionaram contra o

Estado, mas essa classe só surge em cenários onde o Estado não tem o total controle da propriedade, da riqueza e dos empregos (ROTHBARD, 2013, p. 82).

2.6.3 – Economia

O libertarianismo, em si, não diz muito sobre economia, no entanto, é comum libertários serem adeptos da economia de livre mercado. A razão disso é moral, firmada na defesa dos direitos naturais da propriedade privada (ROTHBARD, 2013, p. 56). Segundo Rothbard (2013, p. 56) “a economia de livre mercado, e a especialização e divisão de trabalho que ela implica, é de longe a forma mais produtiva de economia conhecida pelo homem”. Apesar da complexidade que envolve a economia de livre mercado, sua essência é a troca voluntária e o acordo comum estabelecido entre duas pessoas (ROTHBARD, 2013, p. 57).

Para compreender a visão libertária sobre a economia é essencial entender o conceito de praxeologia. O termo foi inventado pelo economista Ludwig von Mises e significa “o estudo da ação humana”. Diferente de outras ciências como a química e a física, a praxeologia se apresenta como um estudo lógico que não precisa ser testado. Essa é a maior diferença da Escola Austríaca de economia para as demais escolas: a economia é vista como uma ciência lógica. (HOPPE, 2010, p. 9).

Suas afirmativas e proposições não derivam da experiência. São, como a lógica e a matemática, aprioristas. Não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos. São tanto lógica como temporalmente anteriores a qualquer compreensão de fatos históricos. São um requisito necessário para qualquer percepção intelectual de eventos históricos (MISES, 1966) citado por (HOPPE, 2010, p. 9).

O ponto inicial da praxeologia defende que toda ação humana é proposital. Sendo assim, a praxeologia é inegável por si mesma, uma vez que o indivíduo que tentar refutá-la estará afirmando-a, pois estará agindo propositalmente. Reflexos e respostas involuntárias das células e dos nervos do corpo não são consideradas ações, uma vez que não tem propósito. Os efeitos psicológicos aos quais levam a ação também são descartadas. O objeto de estudo da praxeologia é somente a ação humana (von MISES, 2010, p. 35-37).

Os pré-requisitos da ação podem se dividir em 3: (1) a insatisfação, (2) um mundo imaginário sem a insatisfação, e (3) a confiança que a ação pode mudar o estado atual. A natureza da valorização praxeológica é conhecida como utilidade, a

importância que algo tem por sua capacidade de remover o desconforto. Os objetos por si só não possuem utilidade, ela só existe se o agente enxergar importância neles. A lei da utilidade marginal decrescente é um dos princípios mais importantes da praxeologia, uma vez que ela segue a lógica irrefutável do princípio da ação humana. Como os recursos são escassos, o indivíduo deve economizar o uso dos seus meios para alcançar seus objetivos. Logicamente os recursos irão atender ao primeiro fim mais desejado, em seguida ao segundo e assim por diante. Hoppe (2010, p. 14) define a lei de utilidade marginal da seguinte forma:

Sempre que a oferta de um bem aumenta em uma unidade, contanto que cada unidade seja considerada idêntica em utilidade por uma pessoa, o valor agregado a esta unidade deve diminuir. Pois esta unidade adicional só pode ser empregada como um meio para alcançar um objetivo que é considerado de menor valor do que o objetivo menos valorizado alcançado por uma unidade deste bem se a oferta fosse reduzida em uma unidade (HOPPE, 2010, p. 14).

Segundo a praxeologia, o raciocínio econômico está fundamentado na ação humana. Conceitos como as leis de troca, a lei da utilidade marginal, a lei de controle de preços, dentre outras, podem ser vistas como derivação do princípio da ação humana, dessa forma, não precisam ser testadas para serem validadas (HOPPE, 2010, p. 22).

O ramo da praxeologia que lida com o mercado, é denominado cataláxia. Para Mises (2010, p. 288) “o objeto de estudo da cataláxia são todos os fenômenos de mercado abrangendo todas as suas raízes, ramificações e consequências”. A ideia da cataláxia é explicar as leis de mercado além do mercado, procurando entender as ações de indivíduos hipoteticamente isolados e contrastando o sistema de livre mercado com o sistema de uma comunidade socialista (von MISES, 2010, p. 287-289). O mercado é um processo resultado das trocas voluntárias executadas por indivíduos quando esses possuem total liberdade para administrar suas propriedades. Portanto o mercado se diferencia de outros sistemas que possuem um planejador central, como socialismo, comunismo, economia planificada e economia mista. Em termos praxeológicos, no mercado, o indivíduo é tanto o meio como o fim da ação; o fim pois o indivíduo age em busca da satisfação própria, e o meio por ajudar outro indivíduo a alcançar a satisfação própria. O fato da praxeologia concentrar seus estudos na economia de livre mercado é o fato dela refletir a característica da ação humana que permite o cálculo econômico (von MISES, 2010, p.315-317). Além disso, o capitalismo

é visto como o melhor modelo econômico para a sociedade pois é o único que permite a acumulação de capital com todo seu potencial, o que gera progresso econômico (von MISES, 2010, p.354-360).

2.6.4 – Estratégias para o libertarianismo

Uma estratégia para chegar ao libertarianismo praticamente nunca existiu. Como expõe Lord Action, o libertarianismo é uma filosofia em busca da política que deve visar a liberdade como “o mais elevado fim político”, uma vez que a liberdade é um princípio moral (ROTHBARD, 2010, p. 335-336). Rothbard (2010, p. 337) afirma que o libertário deve ser um “aboliconista”, pois “deve desejar atingir o objetivo da liberdade o mais rápido possível”. O objetivo da liberdade não é visto como uma utopia, uma vez que ele poderia ser alcançado caso uma grande porcentagem da população concordasse aderisse a ele. Isso é diferente da utopia do fim da pobreza, por exemplo, que não depende somente da vontade humana. Para Rothbard um processo gradual que vise o libertarianismo enfraqueceria o movimento (ROTHBARD, 2010, p.338-339). “A razão é que, uma vez que o aboliconismo imediato é abandonado, o objetivo cai então para o segundo ou terceiro lugar, sendo substituído por outras considerações anti-libertárias, pois estas considerações são colocadas acima da liberdade” (ROTHBARD, 2010, p. 339).

As reivindicações transitórias, então, devem ser estruturadas de modo que elas (a) sempre exponham o objetivo supremo da liberdade como o fim desejado do processo transitório; e (b) nunca deem passos, ou usem meios, que explícita ou implicitamente contradigam o objetivo (ROTHBARD, 2010, p. 340).

Um mecanismo importante que Rothbard atenta para chegar ao libertarianismo é através da educação. No entanto isso só pode ser feito se existir primeiramente um grupo de libertários dispostos a conscientizar as pessoas sobre os valores da liberdade (ROTHBARD, 2010, p. 343).

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Para se chegar aos resultados desejados, um questionário foi elaborado para os alunos das duas universidades. A amostra foi calculada para que o nível de confiança da pesquisa fosse de 95%, com erro amostral de 5%. Sendo assim, 355 alunos foram entrevistados na Universidade Federal Fluminense, enquanto 306 foram entrevistados na Universidade Cândido Mendes, totalizando 661 alunos entrevistados. As entrevistas na UFF foram realizadas entre os dias 20 de abril e 4 de maio de 2018, e na UCAM entre os dias 25 e 31 de maio de 2018.

Na primeira página do questionário, os alunos responderam questões pessoais, tais como gênero, idade, cor de pele, religião, e questões referentes a moradia. As questões referentes a religião e idade foram elaboradas em forma de perguntas abertas, enquanto as demais foram elaboradas em forma de perguntas fechadas. A segunda página é composta por um questionário (quadro 1) de 14 afirmativas referentes a questões políticas, sociais e econômicas capazes de identificar o perfil político dos alunos. Os alunos responderam as afirmativas de acordo com cinco opções de resposta: concordo fortemente (CF), concordo (C), não sei (NS), discordo (D) e discordo fortemente (DF).

Posteriormente as respostas dos alunos foram organizadas no programa *IBM SPSS Statistics*, e estratificadas de acordo com as questões pessoais respondidas pelos próprios alunos por meio de frequência e tabulação cruzada. Nesse momento uma série de gráficos foram gerados referentes a cada uma das 14 afirmativas do questionário.

Quadro 1 - Questionário

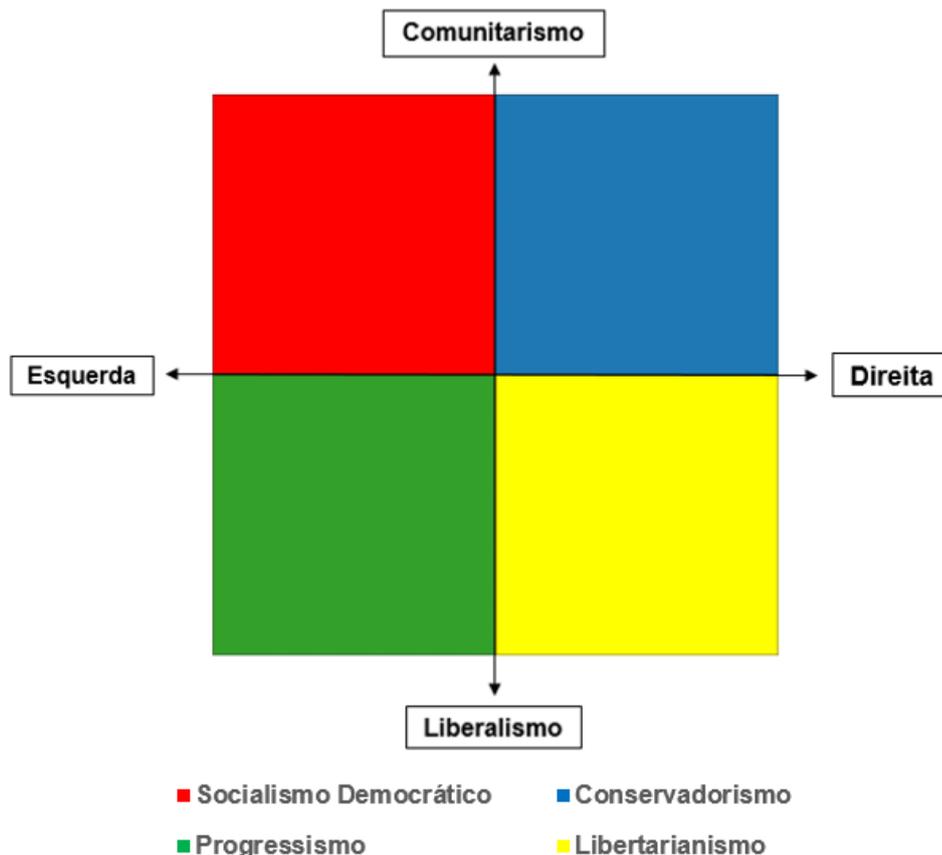
Afirmativas	CF	C	NS	D	DF
1. Maconha deve ser legalizada.					
2. Casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais.					
3. Pena de morte deve ser uma opção em alguns casos.					
4. Aborto deve ser legalizado em todos os casos.					
5. A imigração no meu país deve ser controlada.					
6. Prostituição deve ser legalizada.					
7. O governo deve aumentar as despesas militares.					
8. O porte de armas de fogo deve ser legalizado.					
9. O governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres.					
10. Saúde e educação devem ser bancadas pelo governo.					
11. A iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público.					
12. Taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional.					
13. A principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho.					
14. Impostos devem ser reduzidos.					

Fonte: Própria (2018).

A segunda etapa da metodologia é a bússola política, elaborada para medir a tendência política do estudante por uma média das respostas. A bússola política usada nesse estudo é inspirada na bússola política do site *political compass* (<https://www.politicalcompass.org/>) onde um modelo bidimensional classifica a opinião do sujeito em um dos quatro quadrantes existentes. No entanto existem algumas

diferenças da bússola usada nesse estudo para a bússola do site inglês. Os eixos horizontal e vertical do *political compass* levam a opinião do sujeito aos respectivos extremos direita-esquerda (no original *right-left*) e autoritário-libertário (no original *authoritarian-libertarian*), dividindo os quadrantes em: conservadorismo (*conservatism*), libertarianismo (*libertarianism*), liberalismo social (*social liberalism*) e social democracia (*social democracy*). Já na bússola desse estudo os eixos horizontal e vertical são divididos, respectivamente, em direita-esquerda e comunitarismo-liberalismo, enquanto os quadrantes em conservadorismo, libertarianismo, progressismo, e socialismo democrático (figura 2). O programa usado para o desenho da bússola e para a tendência política dos alunos foi o *QGIS Desktop*.

Figura 2 – Bússola política.



Fonte: Própria (2018).

Enquanto o questionário do *political compass* é composto por 36 afirmativas, o questionário desse estudo é composto por 14, sendo algumas dessas afirmativas inspiradas nas feitas do *political compass* e outras não. Além disso, nesse estudo, as primeiras 7 afirmativas movem a opinião do sujeito no eixo vertical (comunitarismo-

liberalismo), e as 7 últimas afirmativas movem a opinião do sujeito no eixo horizontal (direita-esquerda). Caso o estudante assinale todas as afirmativas na alternativa NS (não sei), a opinião política dele permanecerá estática no centro.

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS

Os primeiros resultados apresentados são referentes ao perfil dos alunos que participaram da pesquisa. Como pode-se ver na tabela 1, a maioria dos alunos da UFF são mulheres, enquanto na UCAM a maioria são homens.

Tabela 1 – Número de alunos por gênero.

Universidades	Homens	Mulheres	Total
Universidade Federal Fluminense (UFF)	118	237	355
Universidade Cândido Mendes (UCAM)	186	120	306
Total	304	357	661

Fonte: Própria (2018).

A idade dos alunos, como pode-se ver na tabela 2, varia de 16 a 25 anos. Percebe-se que na UFF, a maioria dos alunos que participaram da pesquisa tem de 18 a 21 anos de idade, enquanto na UCAM essa faixa se estende até os 23 anos.

Tabela 2 – Idade dos alunos.

Idade	UFF	UCAM	Total
16	1	0	1
17	17	12	29
18	54	41	95
19	77	48	125
20	79	49	128
21	52	37	89
22	30	38	68
23	19	39	58
24	15	23	38
25	11	19	30
Total	355	306	661

Fonte: Própria (2018).

Em relação a cor de pele, como pode-se ver na tabela 3, percebe-se que em ambas universidades a maioria dos alunos são brancos.

Tabela 3 – Número de alunos por cor de pele.

Universidades	Branco	Pardo	Negro	Amarelo	Outra
UFF	191	92	64	5	3
UCAM	228	57	17	2	2
Total	419	149	81	7	5

Fonte: Própria (2018).

Em relação aos cursos, alunos de todos os cursos da UFF participaram da pesquisa; tendo um número maior de participantes no curso de psicologia, uma vez que é o curso com o maior número de estudantes matriculados. Por outro lado, na UCAM, somente alunos do curso de engenharia e de direito participaram da pesquisa. Ver tabela 4.

Tabela 4 – Cursos dos alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Universidade Federal Fluminense	
Cursos	Alunos
Ciências Econômicas	53
Ciências Sociais	55
Geografia	54
História	59
Psicologia	85
Serviço Social	49
Engenharia	125
Direito	181
Total	661

Fonte: Própria (2018).

Em relação a religião dos alunos, como pode-se ver na tabela 6, 230 alunos se declararam católicos, 120 protestantes e 51 somente cristãos. Posteriormente todos esses alunos foram agrupados como cristão, totalizando 401. Já o grupo dos não-cristão é composto por espíritas, outras religiões, ateus/agnósticos, alunos que não tem religião e alunos que afirmaram somente “acreditar em Deus”, totalizando 260 alunos. Ver tabela 5.

Tabela 5 – Religião dos alunos.

Religião	Alunos
Católicos	230
Protestantes	120
Cristãos	51
Espíritas	38
Outros	3
Ateus/Agnósticos	45
“Acredita em Deus”	13
Não tem	161

Fonte: Própria (2018).

Em relação a questão a questão migratória, como pode-se ver na tabela 6, a maioria dos alunos da UFF são migrantes, enquanto na UCAM a maioria dos alunos não são migrantes. No total a maioria desses imigrantes não são pendulares, embora na UCAM a maioria dos migrantes exerça essa atividade, como pode-se ver na tabela 7.

Tabela 6 – Relação entre alunos migrantes e não-migrantes.

Universidades	Não-migrantes	Migrantes
UFF	118	237
UCAM	215	91
Total	333	328

Fonte: Própria (2018).

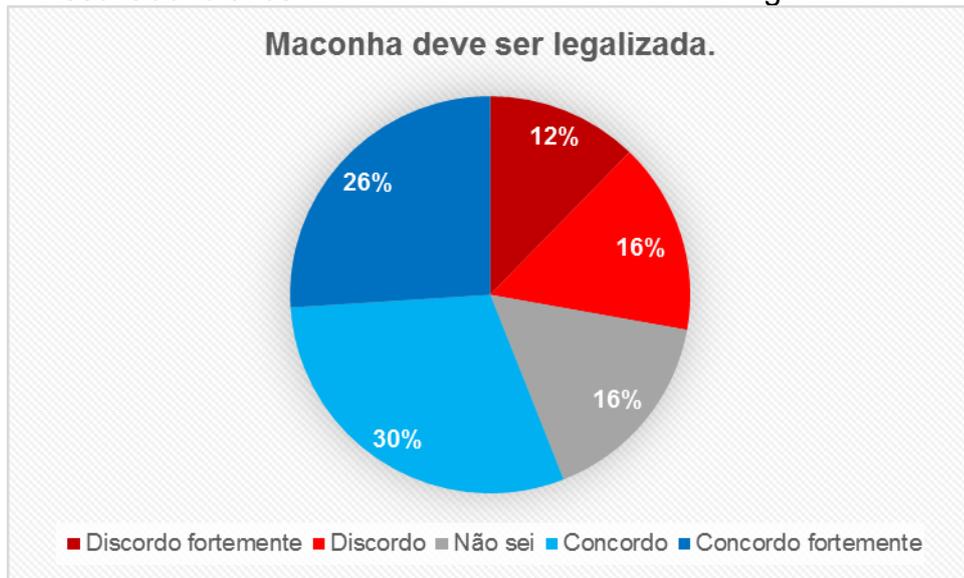
Tabela 7 – Relação entre migrantes pendulares e não pendulares.

Universidades	Migrantes não pendulares	Migrantes pendulares
UFF	191	46
UCAM	44	47
Total	235	93

Fonte: Própria (2018).

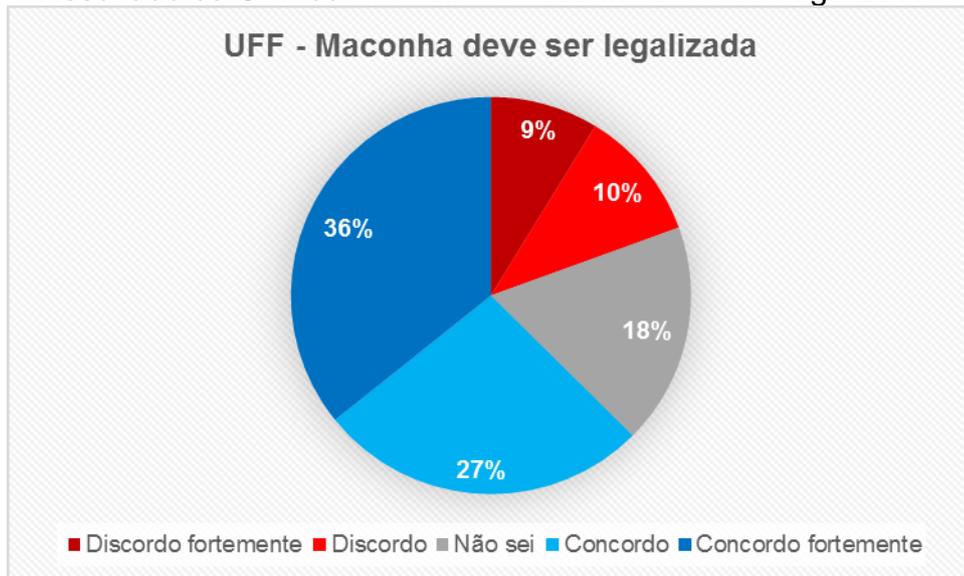
Os próximos resultados apresentados são referentes as afirmativas feitas no questionário. Em relação a legalização da maconha, a maioria dos alunos se mostrou a favor da pauta (figura 3), tanto na UFF (figura 4) quanto na UCAM (figura 5). Estratificando os resultados por curso, percebe-se uma rejeição à legalização da maconha por parte dos alunos de serviço social (UFF) e engenharia (UCAM), enquanto os alunos dos demais cursos tendem a apoiar a pauta (figura 6). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele e religião.

Figura 3 – Resultado total da afirmativa “maconha deve ser legalizada”.



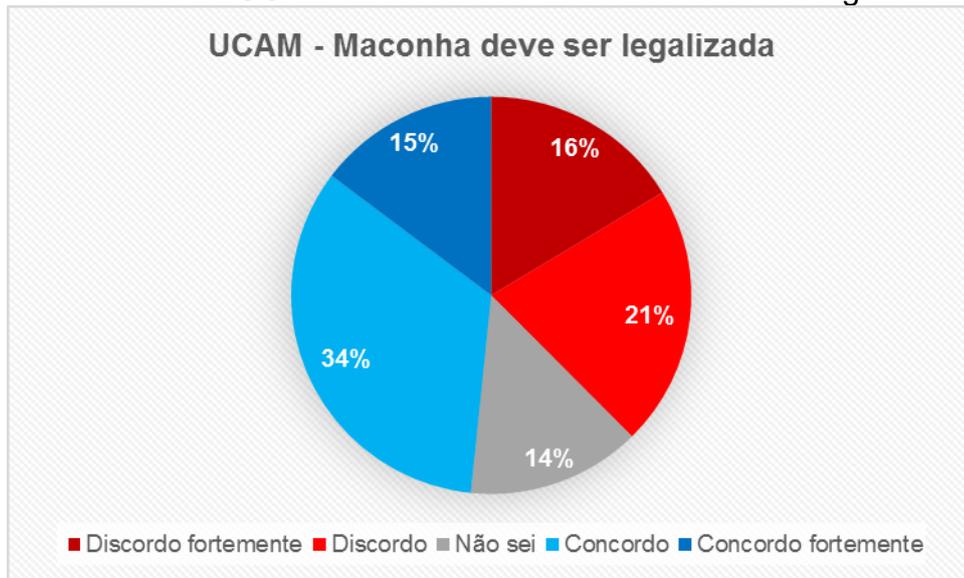
Fonte: Própria (2018).

Figura 4 – Resultado da UFF da afirmativa “maconha deve ser legalizada”.



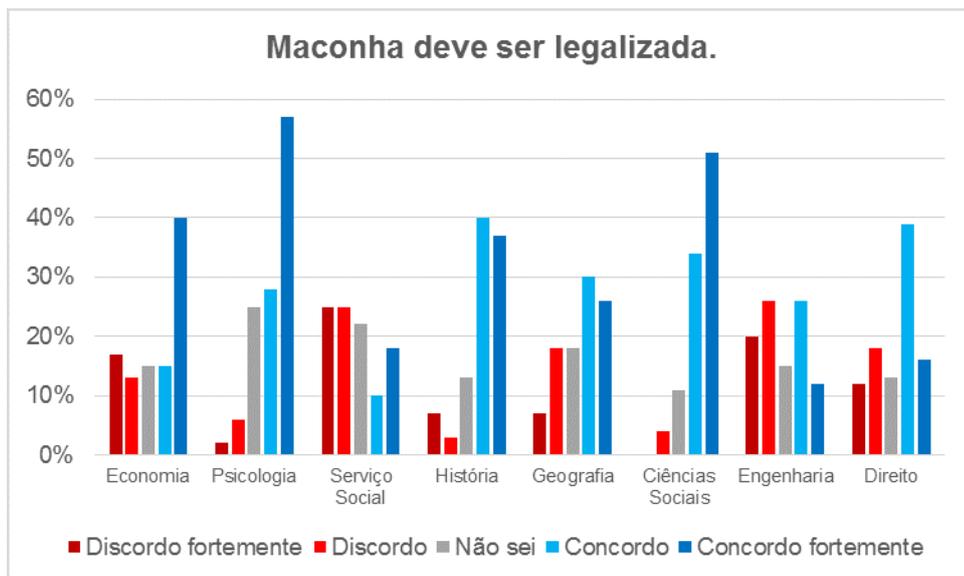
Fonte: Própria (2018).

Figura 5 – Resultado da UCAM da afirmativa “maconha deve ser legalizada”.



Fonte: Própria (2018).

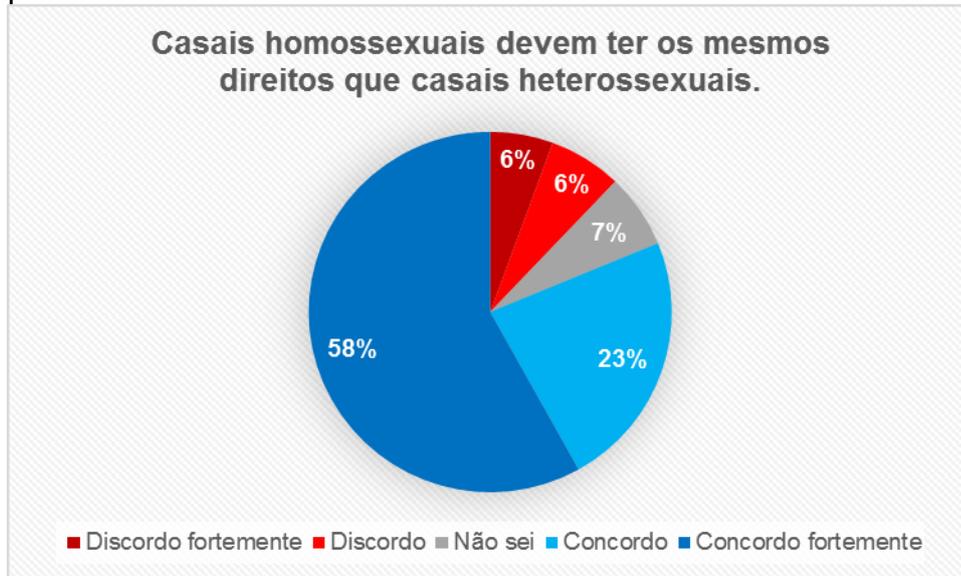
Figura 6 – Resultado da afirmativa “maconha deve ser legalizada” estratificado por curso.



Fonte: Própria (2018).

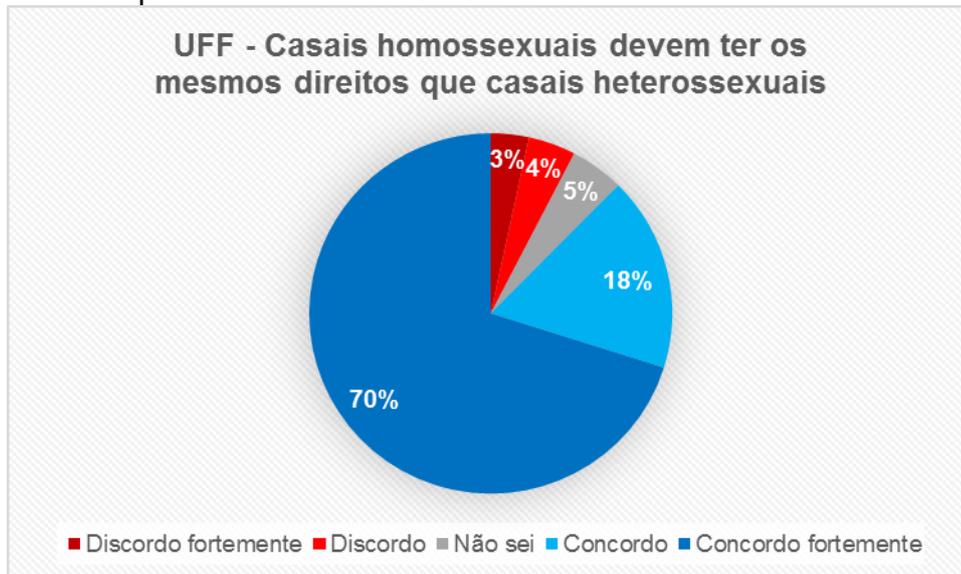
Em relação aos direitos dos homossexuais, a maioria dos alunos se mostrou a favor da pauta (figura 7), tanto na UFF (figura 8) quanto na UCAM (figura 9). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 7 – Resultado total da afirmativa “casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais”.



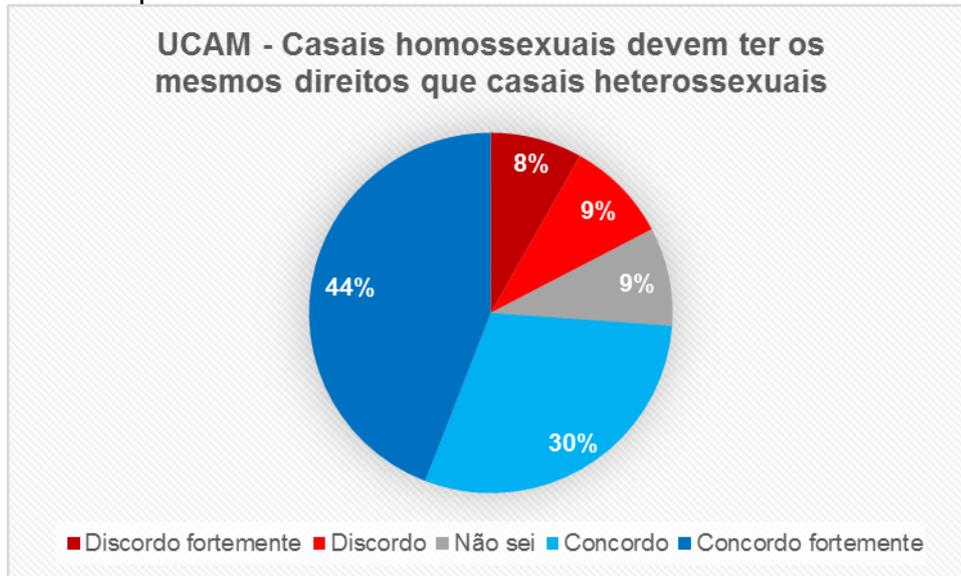
Fonte: Própria (2018).

Figura 8 – Resultado da UFF da afirmativa “casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais”.



Fonte: Própria (2018).

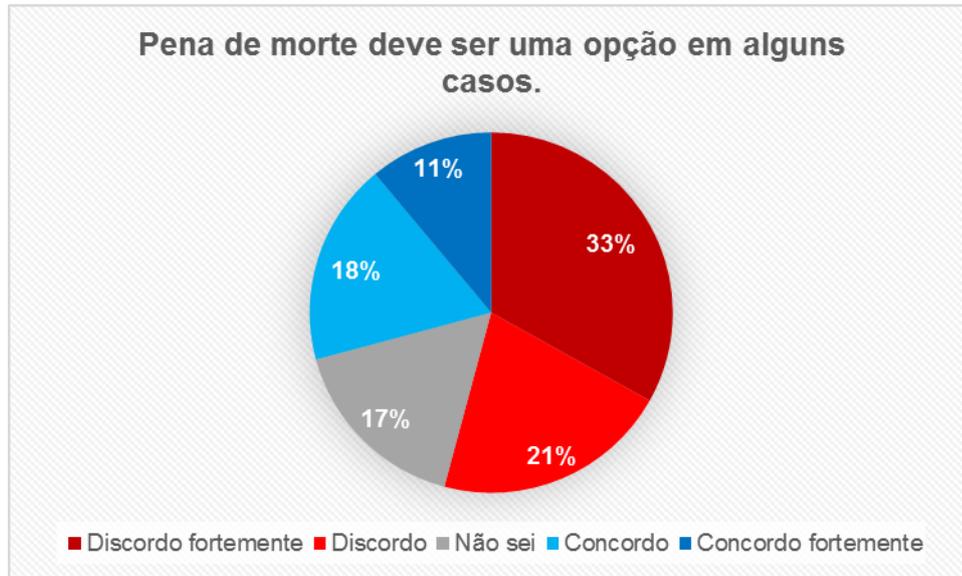
Figura 9 – Resultado da UCAM da afirmativa “casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais”.



Fonte: Própria (2018).

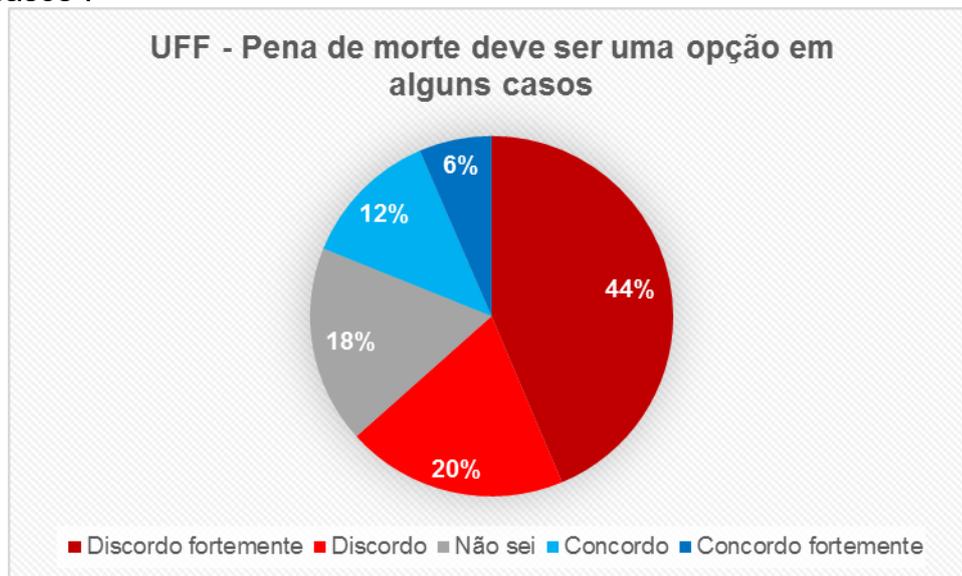
Em relação a legalização da pena de morte para alguns casos, a maioria dos alunos se mostrou contrária a pauta (figura 10). O maior índice de rejeição veio dos alunos da UFF (figura 11), pois na UCAM o resultado não apresentou tendência alguma (figura 12). Estratificando os resultados dessa afirmativa por gênero, percebe-se que entre os alunos na UCAM, a maioria dos homens são favoráveis a legalização da pena de morte, enquanto a maioria das mulheres é contra (figura 13). O mesmo fenômeno se constata quando os resultados são estratificados por curso e por questão migratória. A tendência na UCAM é que os alunos do curso de engenharia se posicionem favoráveis à pauta enquanto os de direito se posicionem contrários (figura 14). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por idade, cor de pele, e religião.

Figura 10 – Resultado total da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos”.



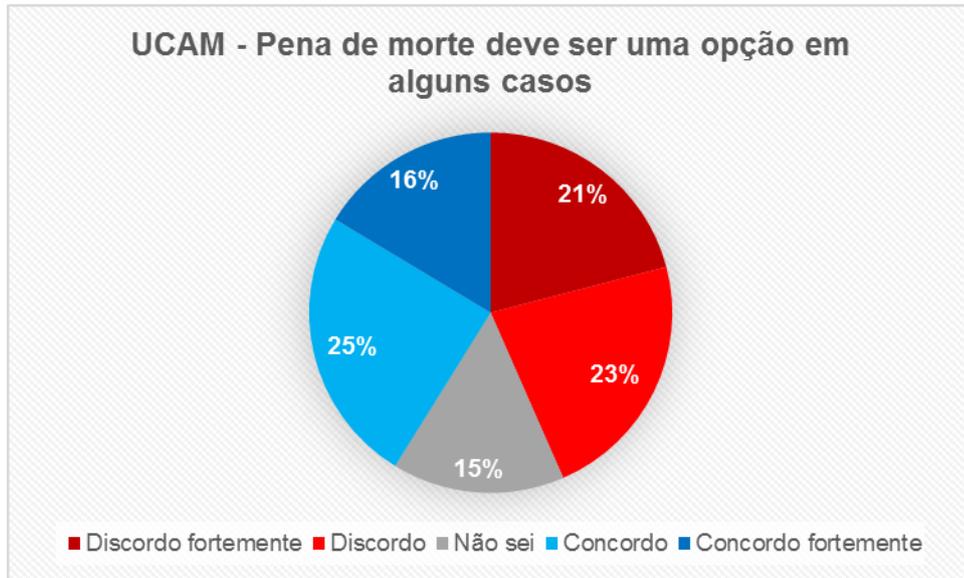
Fonte: Própria (2018).

Figura 11 – Resultado da UFF da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos”.



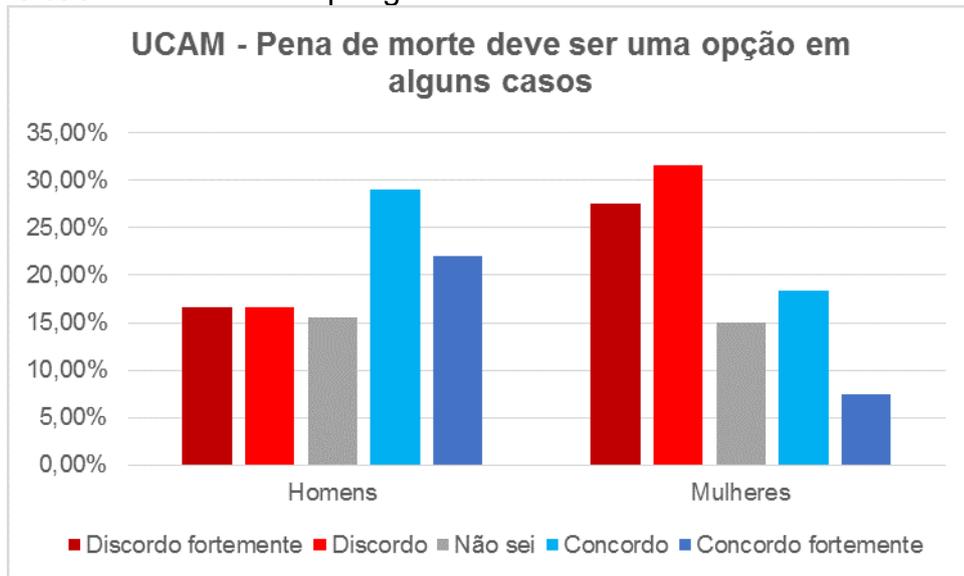
Fonte: Própria (2018).

Figura 12 – Resultado da UCAM da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos”.



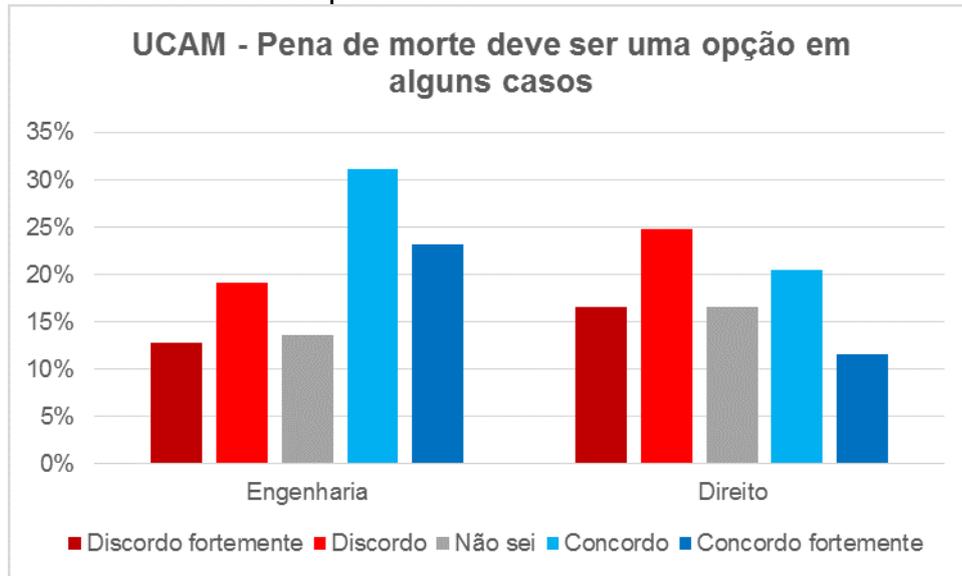
Fonte: Própria (2018).

Figura 13 – Resultado da UCAM da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos” estratificado por gênero.



Fonte: Própria (2018).

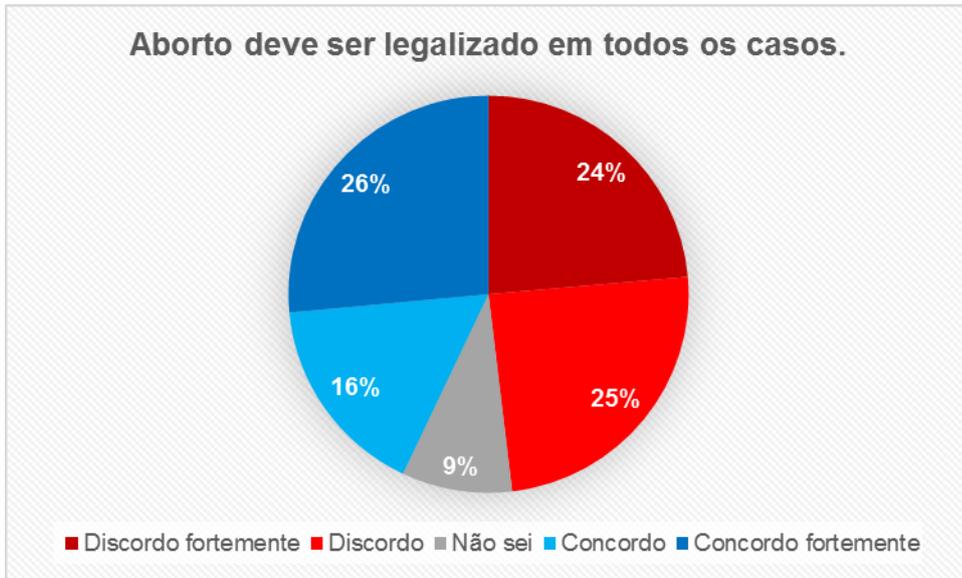
Figura 14 – Resultado da UCAM da afirmativa “pena de morte deve ser uma opção em alguns casos” estratificado por curso.



Fonte: Própria (2018).

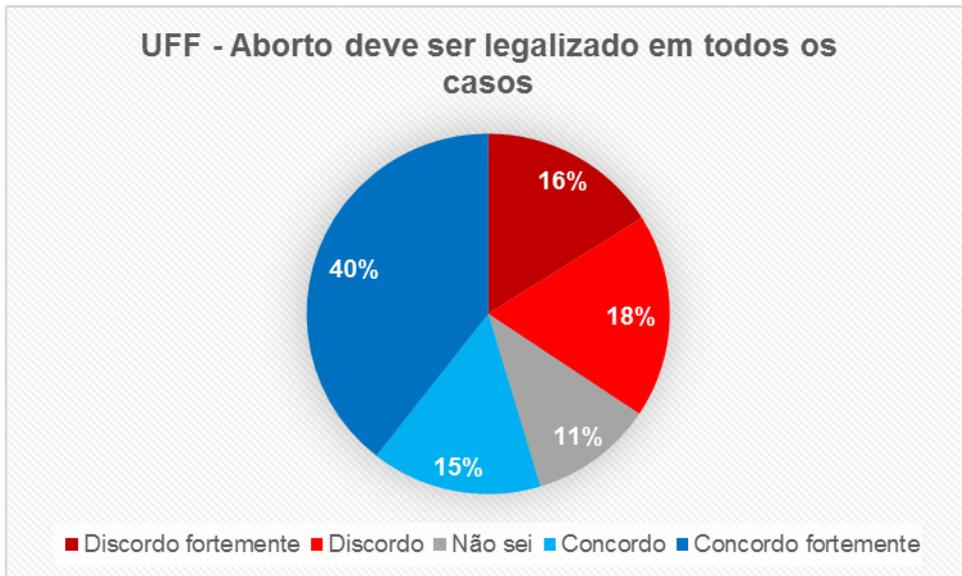
Em relação a legalização do aborto em todos os casos, a maioria dos alunos se posicionou contra (figura 15), no entanto o resultado de ambas universidades foi oposto: enquanto na UFF a maioria se posicionou a favor da pauta (figura 16), na UCAM a maioria se posicionou contra (figura 17). Estratificando os resultados gênero, percebeu-se uma tendência para que as mulheres aprovem a pauta, enquanto os homens a desaprovem (figura 18). Realizando a estratificação por curso, constatou-se que essa pauta é rejeitada pela maioria dos alunos dos cursos de ciências econômicas (UFF), serviço social (UFF), geografia (UFF), engenharia (UCAM) e direito (UCAM). Em contrapartida a pauta recebe forte apoio dos alunos de psicologia (UFF), história (UFF) e ciências sociais (UFF) (figura 19). Existe também uma tendência para que os alunos cristãos (católicos, protestantes e cristãos) se posicionem contrários a legalização do aborto, enquanto os alunos não cristãos (ateus, agnósticos, sem religião, ou que somente acreditam em Deus) se posicionem favoráveis a pauta (figura 20). Somente não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por idade e cor de pele.

Figura 15 – Resultado total da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos”.



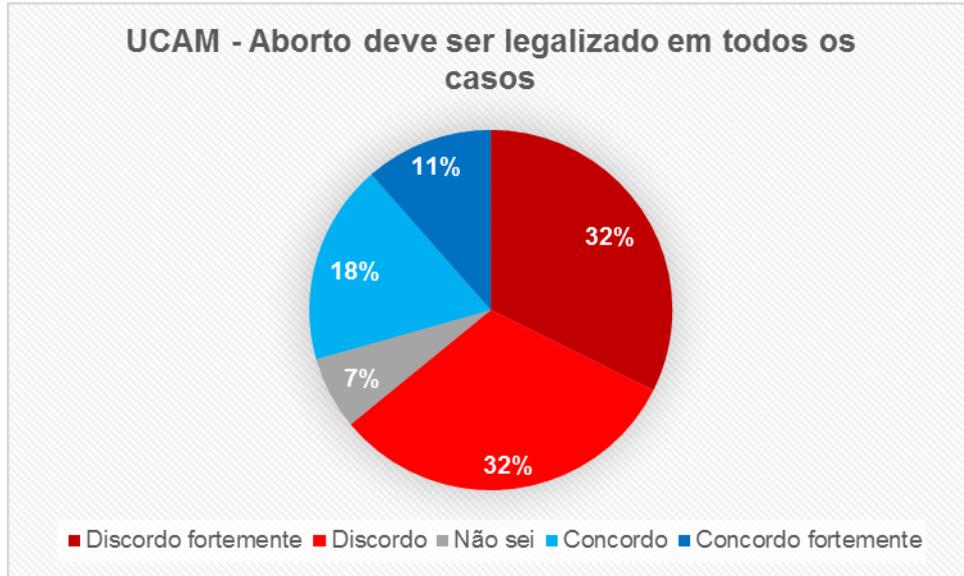
Fonte: Própria (2018).

Figura 16 – Resultado da UFF da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos”.



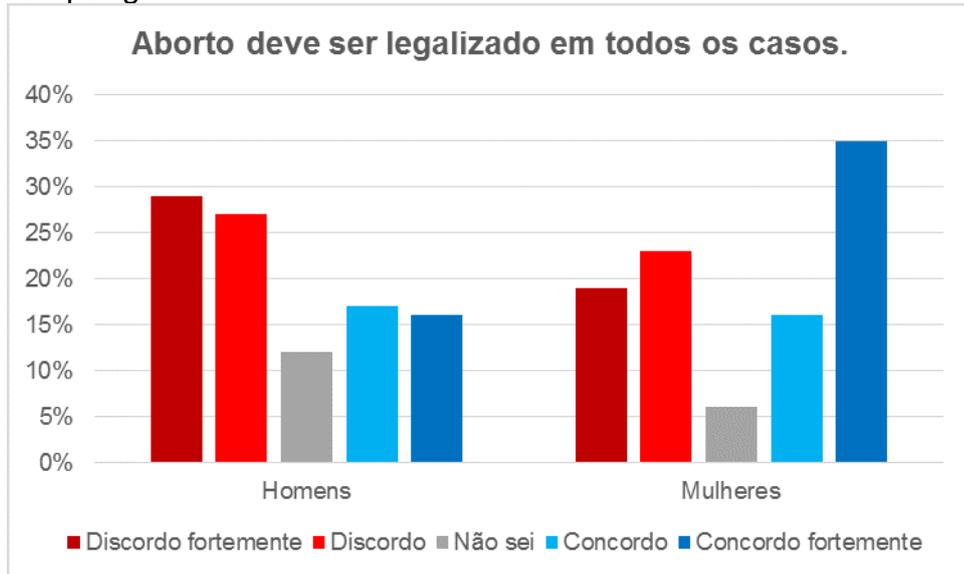
Fonte: Própria (2018).

Figura 17 – Resultado da UCAM da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos”.



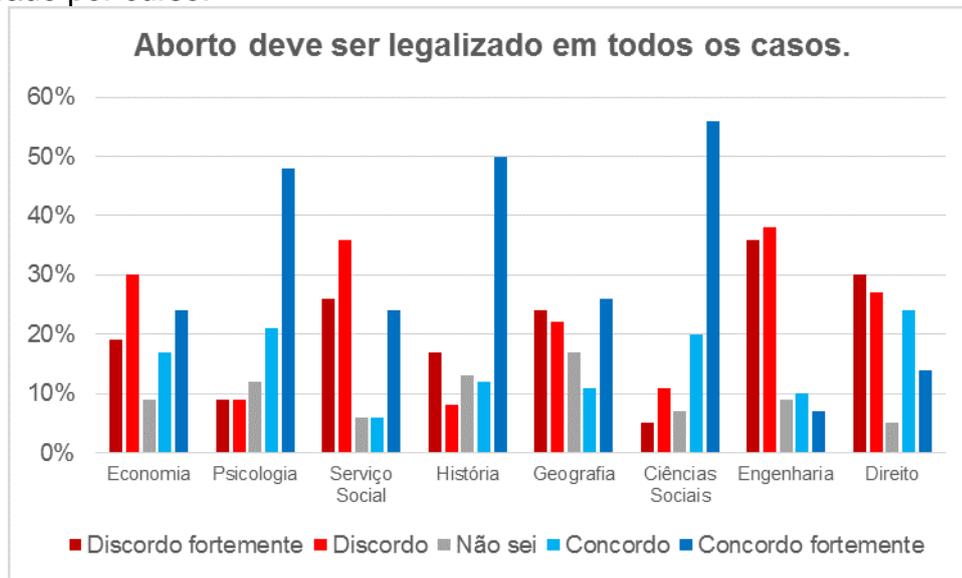
Fonte: Própria (2018).

Figura 18 – Resultado da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos” estratificado por gênero.



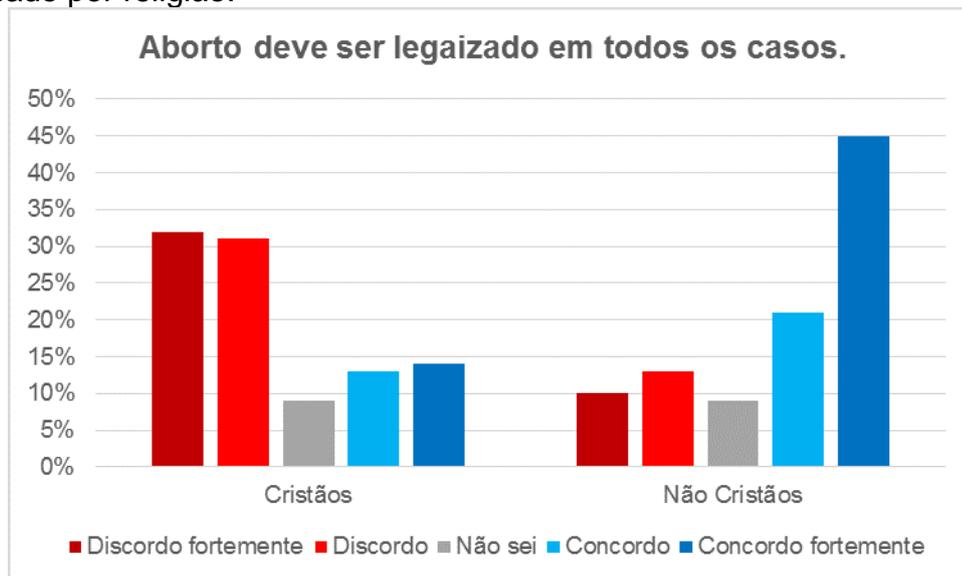
Fonte: Própria (2018).

Figura 19 – Resultado da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos” estratificado por curso.



Fonte: Própria (2018).

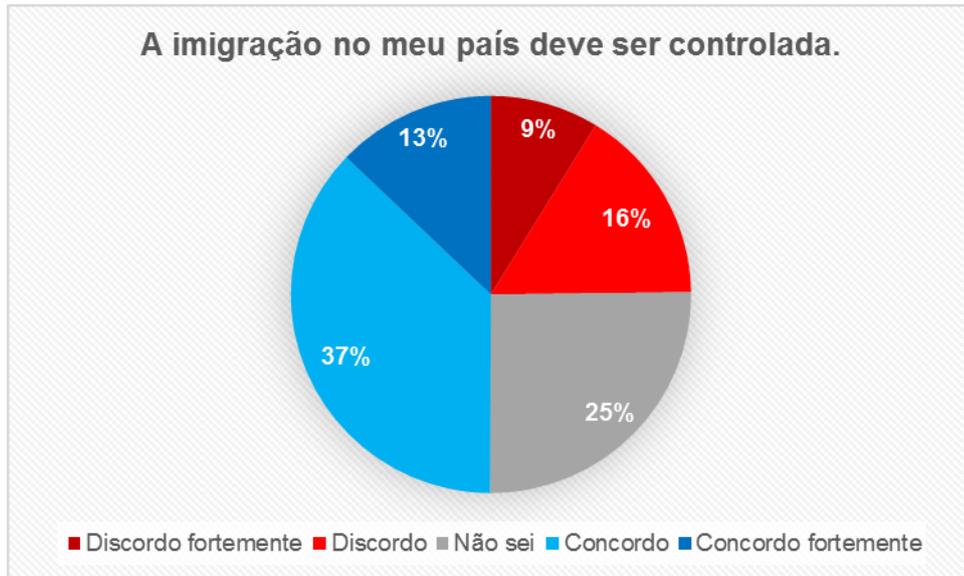
Figura 20 – Resultado da afirmativa “aborto deve ser legalizado em todos os casos” estratificado por religião.



Fonte: Própria (2018).

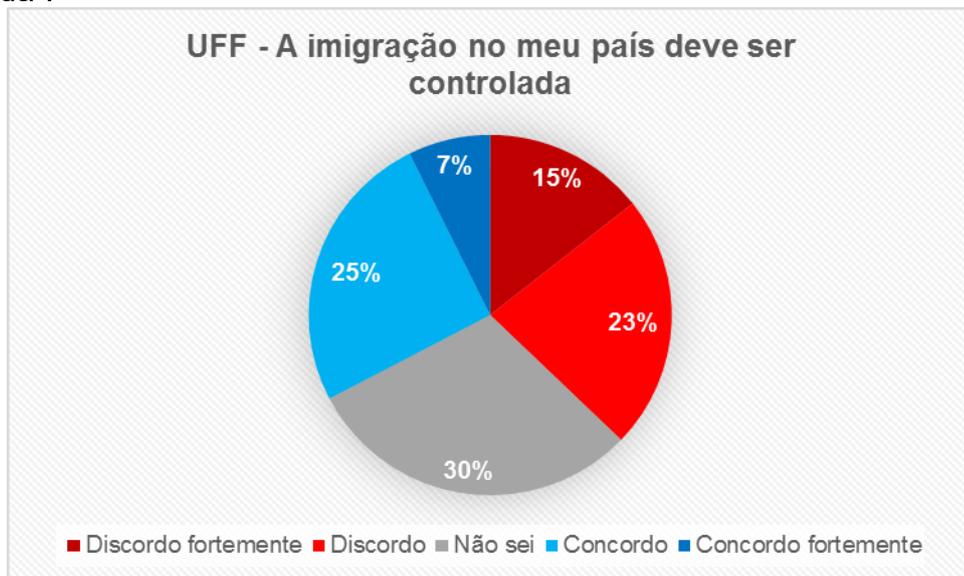
Em relação ao controle da imigração, a maioria dos alunos se posicionou a favor (figura 21). No entanto o maior apoio dessa pauta se concentrou na UCAM (figura 23), pois na UFF a questão foi bem dividida entre os alunos com uma leve tendência contrária (figura 22). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 21 – Resultado total da afirmativa “a imigração no meu país deve ser controlada”.



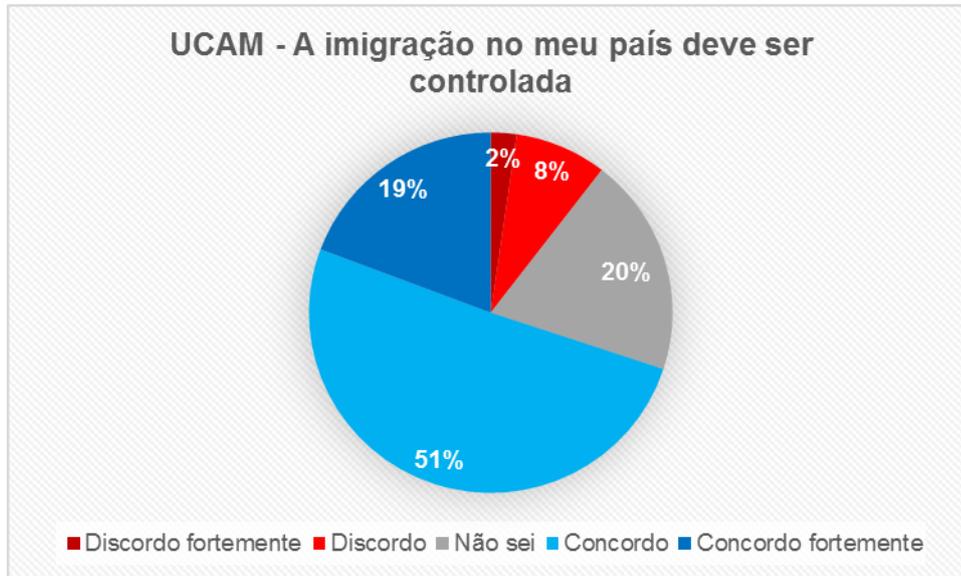
Fonte: Própria (2018).

Figura 22 – Resultado da UFF da afirmativa “a imigração no meu país deve ser controlada”.



Fonte: Própria (2018).

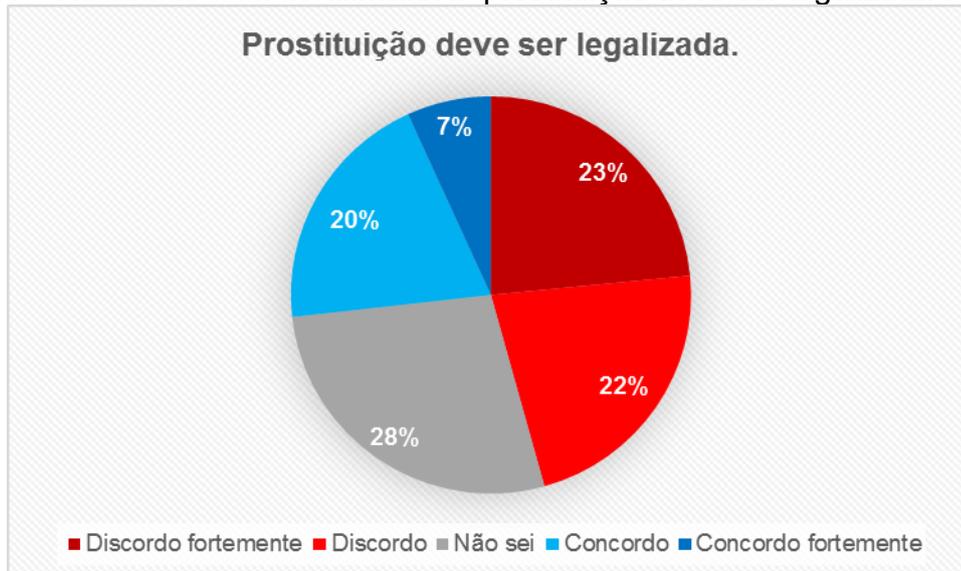
Figura 23 – Resultado da UCAM da afirmativa “a imigração no meu país deve ser controlada”.



Fonte: Própria (2018).

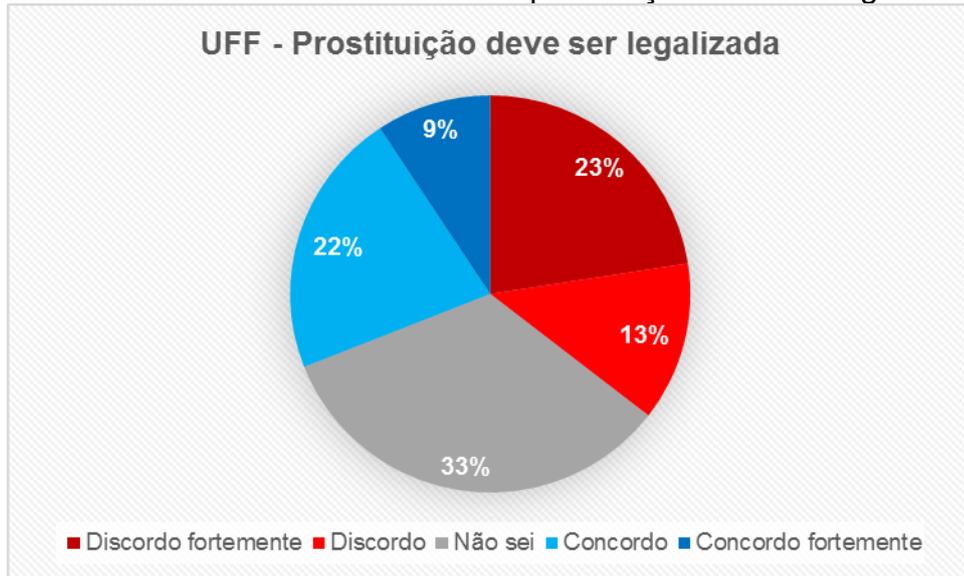
Em relação a legalização da prostituição, a maioria dos alunos se posicionou contra (figura 24). No entanto a maior oposição à pauta veio da UCAM (figura 26), uma vez que na UFF o resultado não apresentou tendência alguma (figura 25). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 24 – Resultado total da afirmativa “prostituição deve ser legalizada”.



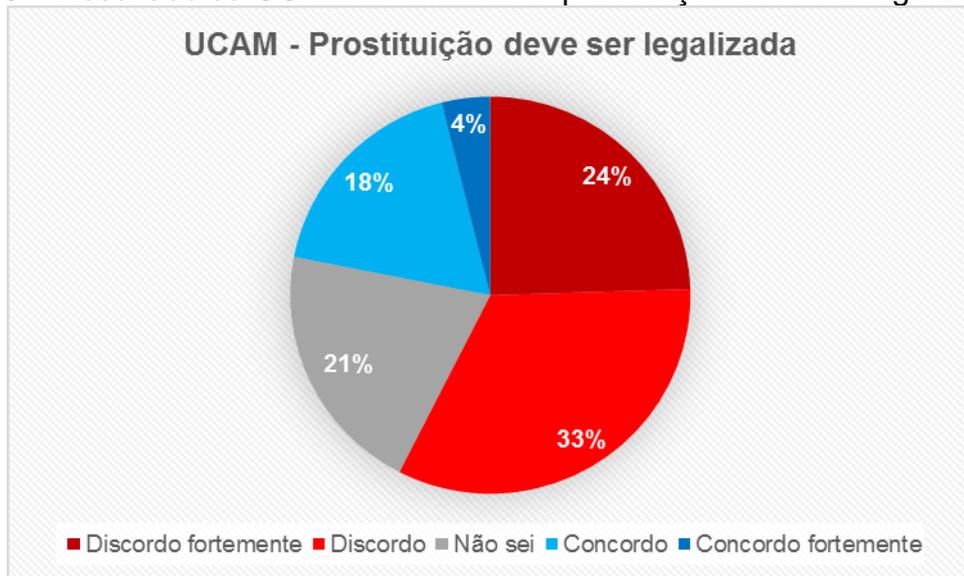
Fonte: Própria (2018).

Figura 25 – Resultado da UFF da afirmativa “prostituição deve ser legalizada”.



Fonte: Própria (2018).

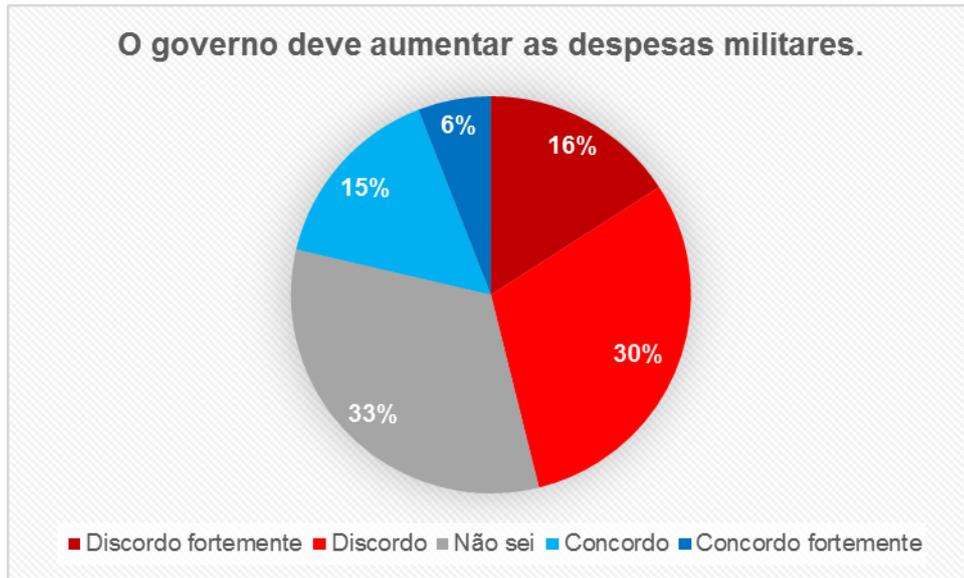
Figura 26 – Resultado da UCAM da afirmativa “prostituição deve ser legalizada”.



Fonte: Própria (2018).

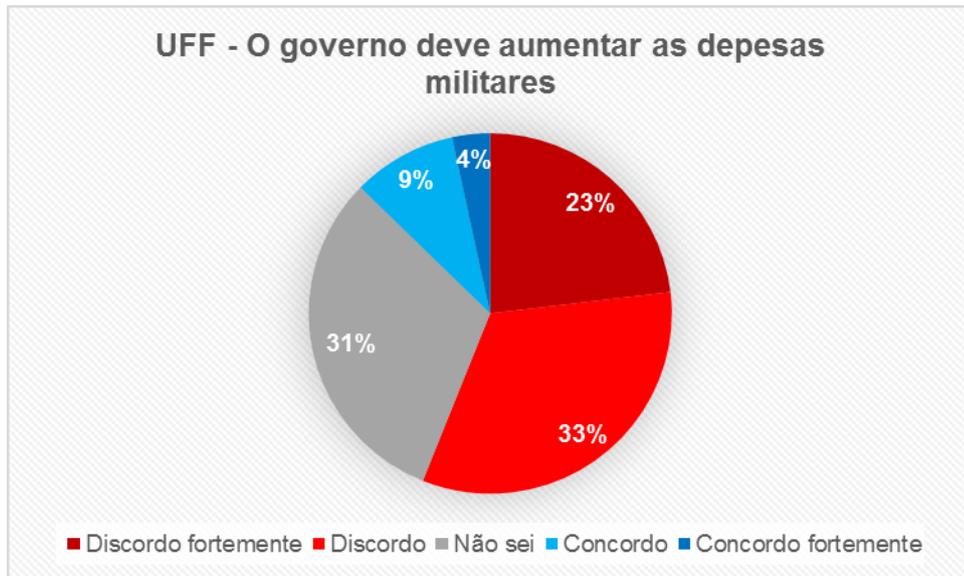
Em relação ao aumento das despesas militares, a maioria dos alunos se posicionou contra (figura 27). O resultado contrário permaneceu em ambas universidades (figura 28 e 29). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 27 – Resultado total da afirmativa “o governo deve aumentar as despesas militares”.



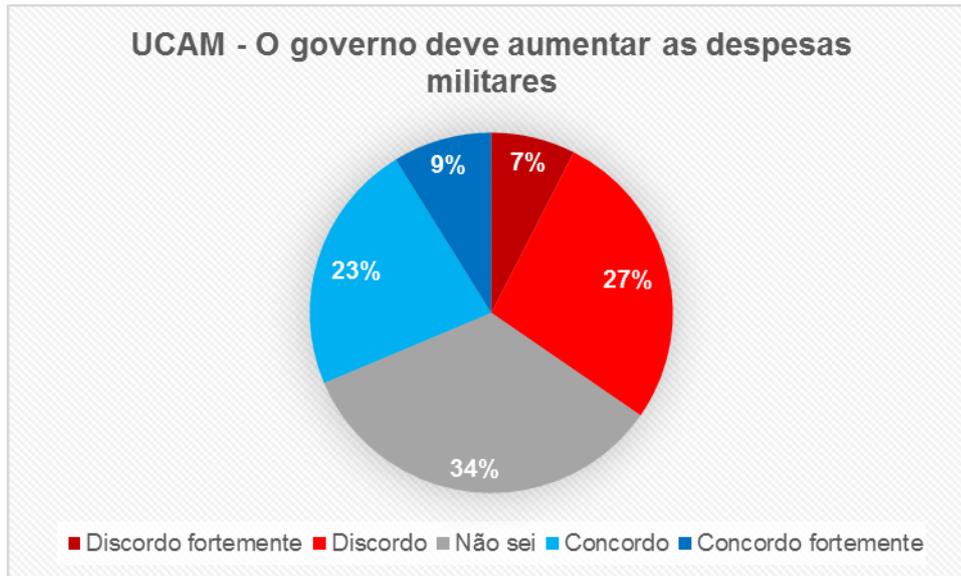
Fonte: Própria (2018).

Figura 28 – Resultado da UFF da afirmativa “o governo deve aumentar as despesas militares”.



Fonte: Própria (2018).

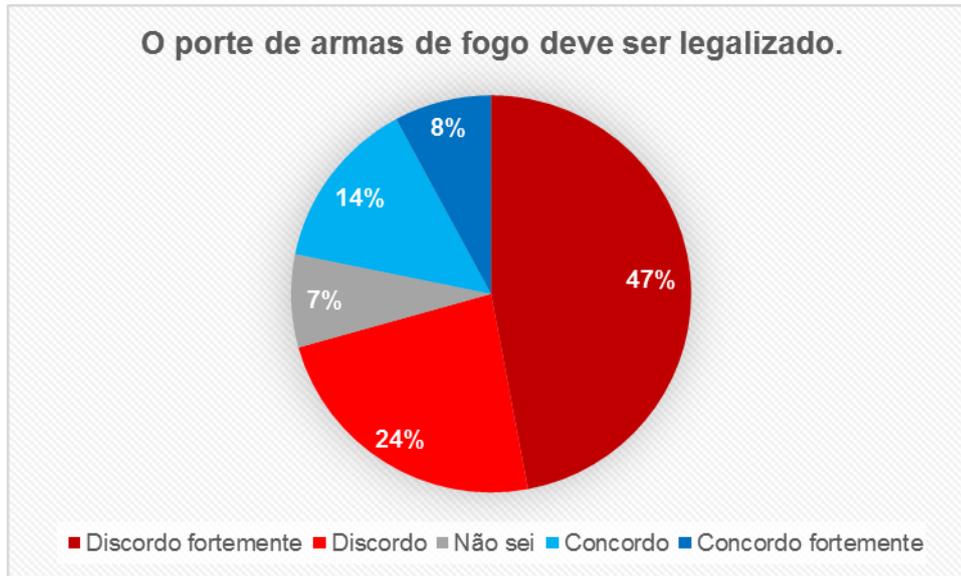
Figura 29 – Resultado da UCAM da afirmativa “o governo deve aumentar as despesas militares”.



Fonte: Própria (2018).

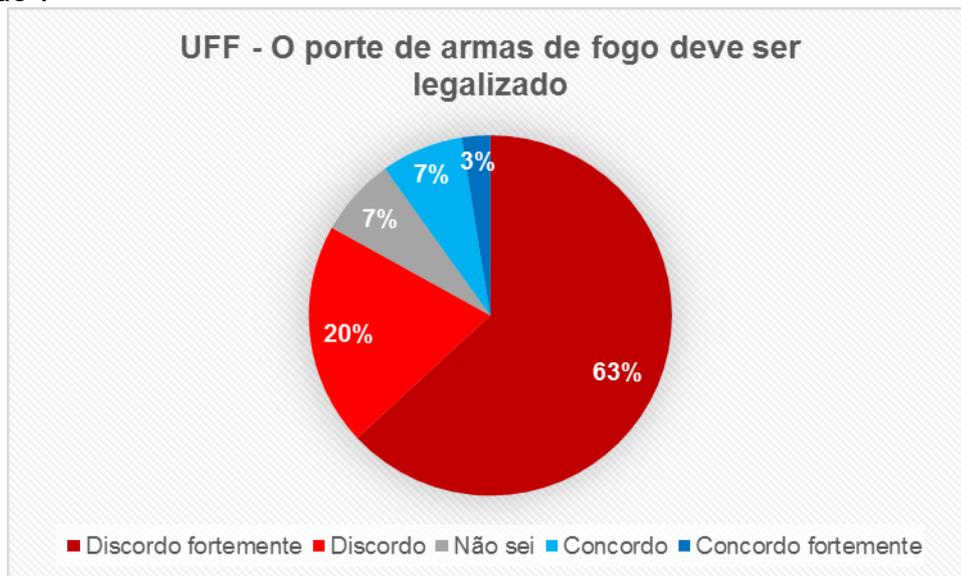
Em relação a legalização do porte de armas de fogo, a maioria dos alunos se posicionou contra (figura 30). Embora em ambas universidades a maioria dos alunos seja contrária a pauta, na UFF (figura 31) a desaprovação foi bem maior em comparação com a UCAM (figura 32). Estratificando os resultados da UCAM por gênero, constatou-se que as mulheres tendem ser contra a legalização do porte de armas de fogo, enquanto os homens tendem ser a favor (figura 33). O mesmo fenômeno aparece quando os resultados da UCAM são estratificados por curso; nesse caso, alunos de engenharia posicionam-se a favor da pauta enquanto os alunos de direito posicionam-se contra (figura 35). Estratificando os resultados da UCAM por cor de pele, percebeu-se uma aceitação maior da pauta entre os alunos declarados negros e pardos em comparação com os alunos declarados brancos (figura 34). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por idade e religião.

Figura 30 – Resultado total da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado”.



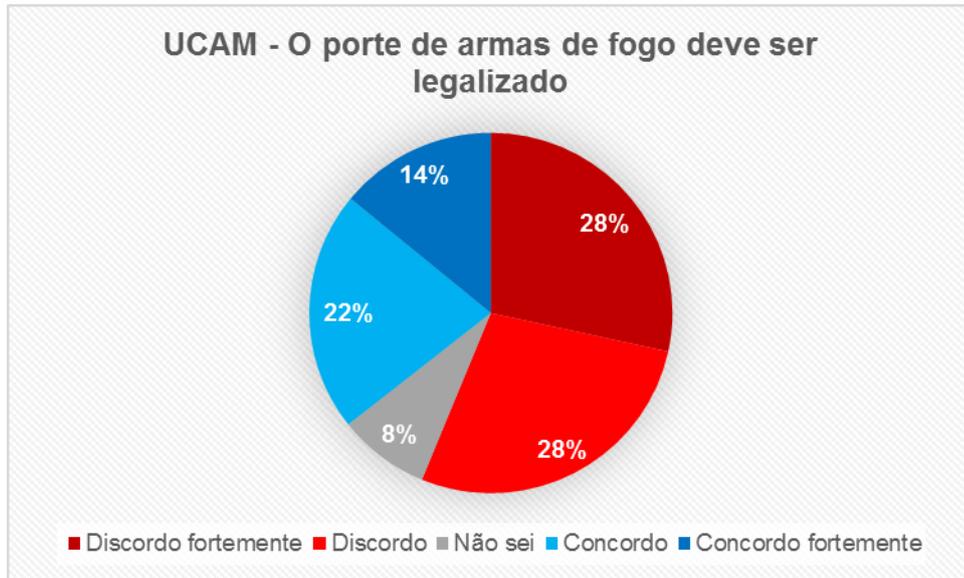
Fonte: Própria (2018).

Figura 31 – Resultado da UFF da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado”.



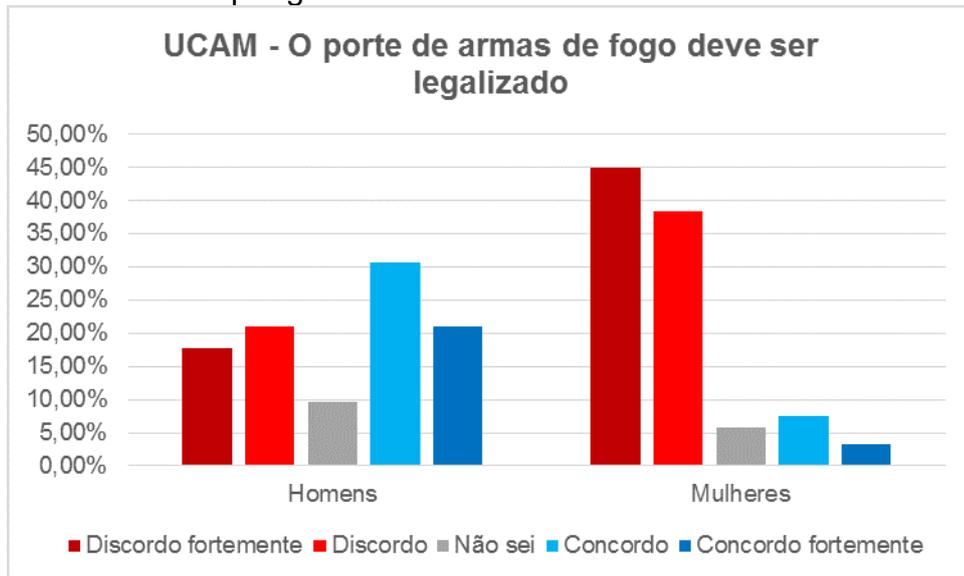
Fonte: Própria (2018).

Figura 32 – Resultado da UCAM da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado”.



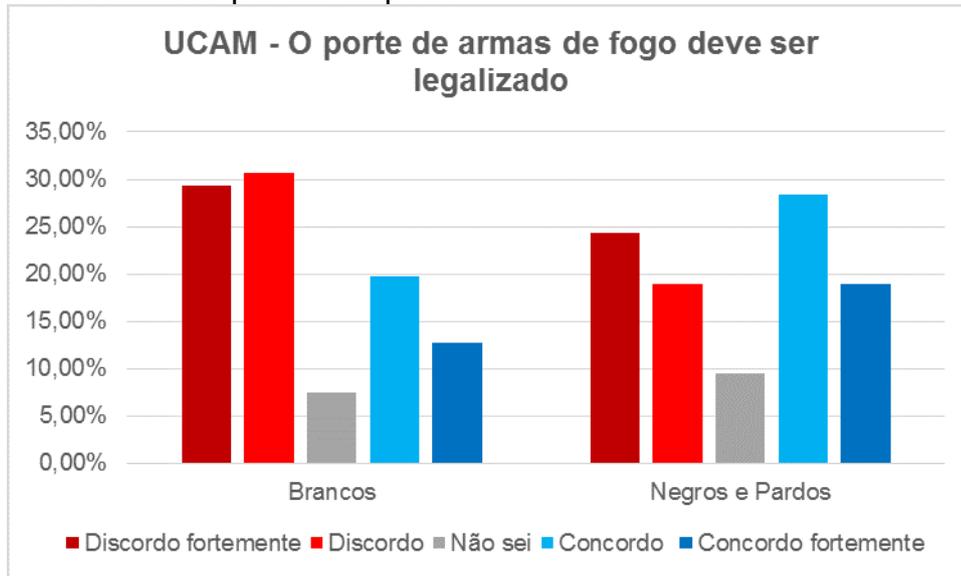
Fonte: Própria (2018).

Figura 33 – Resultado da UCAM da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado” estratificado por gênero.



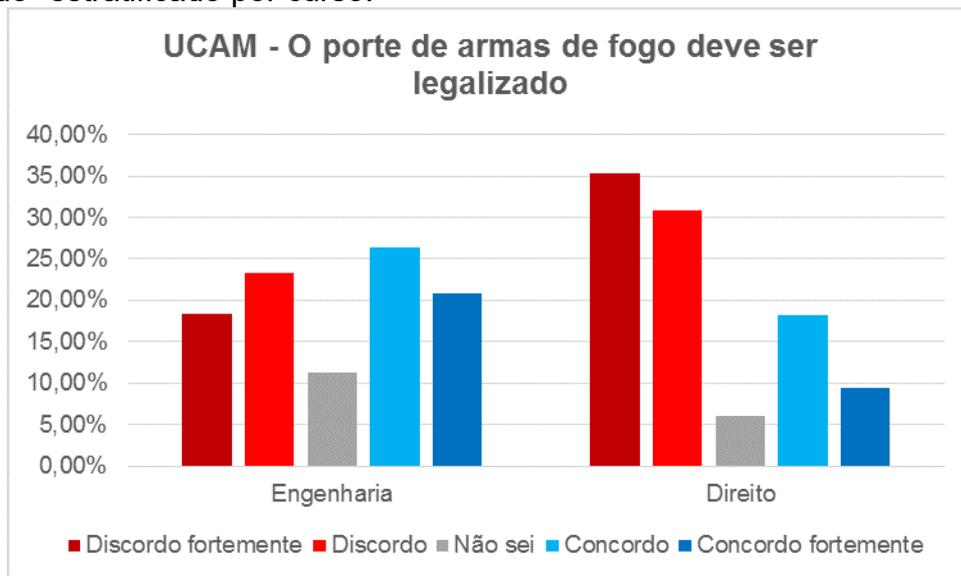
Fonte: Própria (2018).

Figura 34 – Resultado da UCAM da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado” estratificado por cor de pele.



Fonte: Própria (2018).

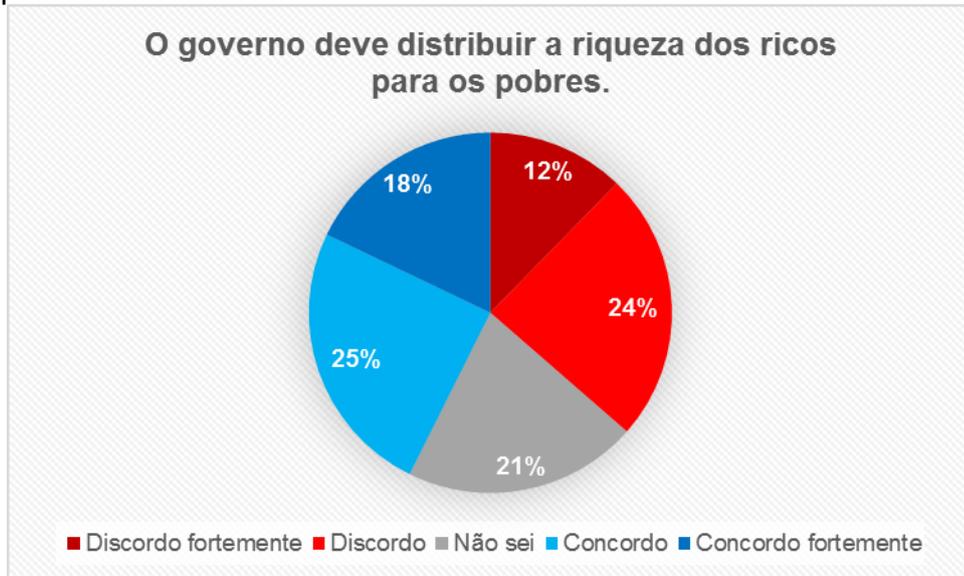
Figura 35 – Resultado da UCAM da afirmativa “o porte de armas de fogo deve ser legalizado” estratificado por curso.



Fonte: Própria (2018).

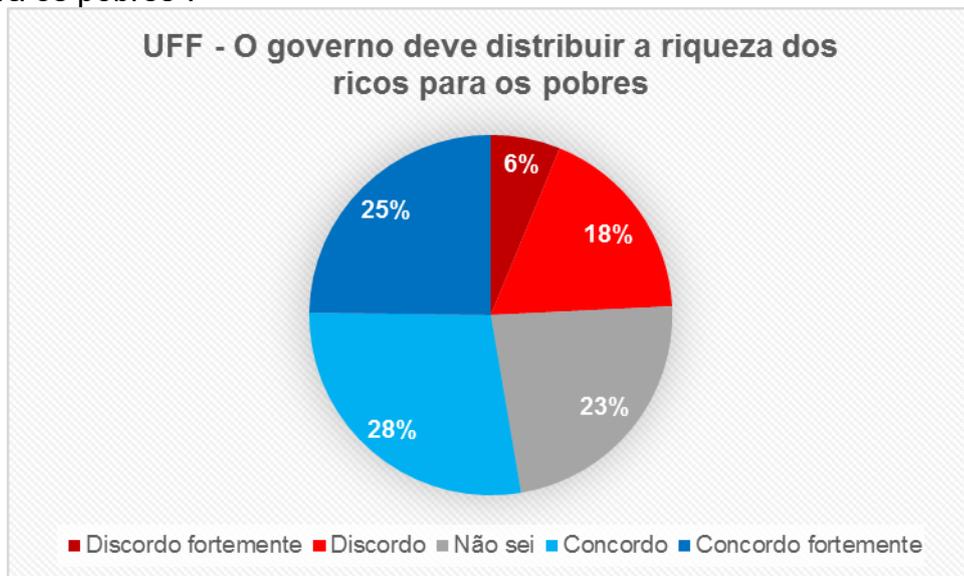
Em relação ao ato do governo de distribuir riqueza, a maioria dos alunos se posicionou a favor (figura 36). No entanto a aprovação maior veio da UFF (figura 37), uma vez que na UCAM (figura 38) pouco mais da metade dos alunos rejeitou a pauta. Não houve diferenças expressivas de resultado quando as respostas foram estratificadas por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 36 – Resultado total da afirmativa “o governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres”.



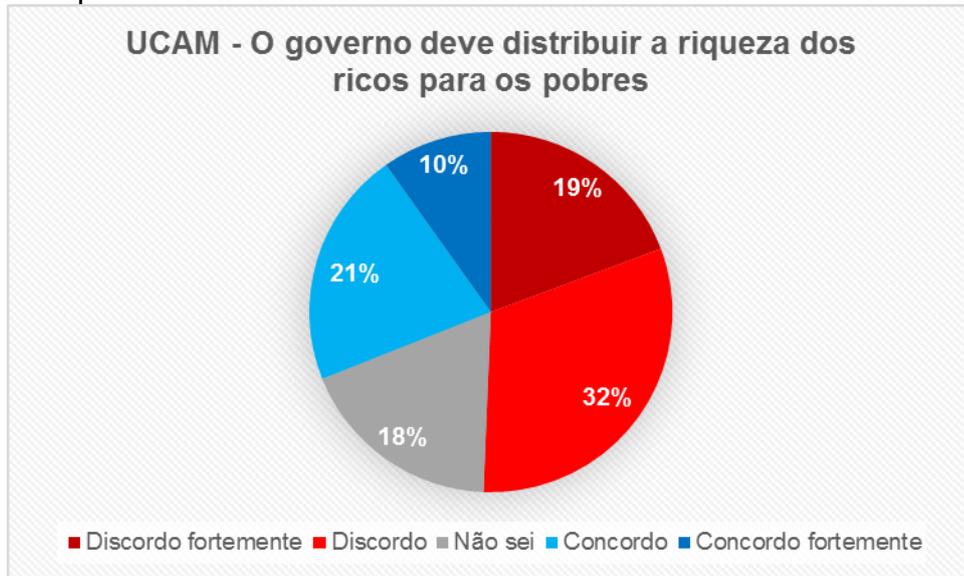
Fonte: Própria (2018).

Figura 37 – Resultado da UFF da afirmativa “o governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres”.



Fonte: Própria (2018).

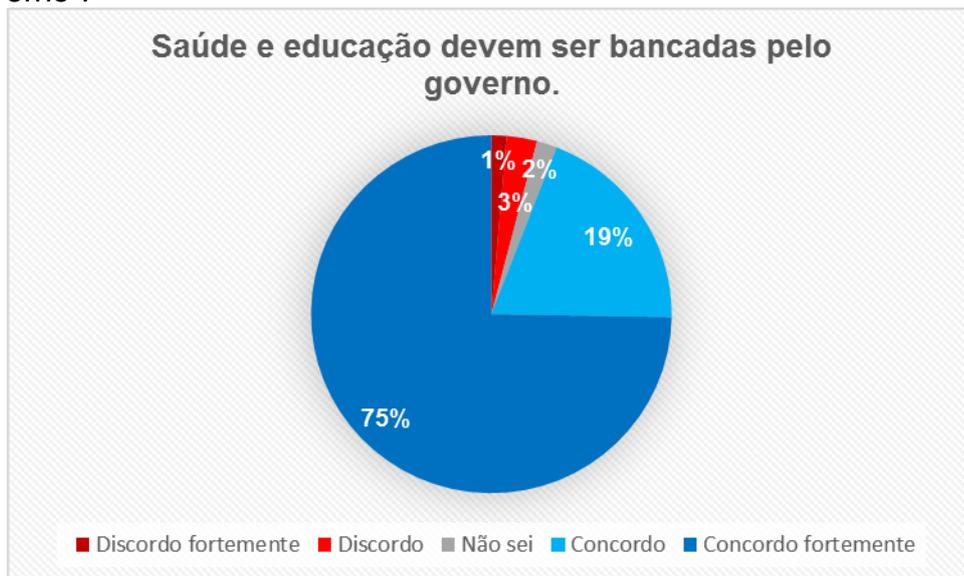
Figura 38 – Resultado da UCAM da afirmativa “o governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres”.



Fonte: Própria (2018).

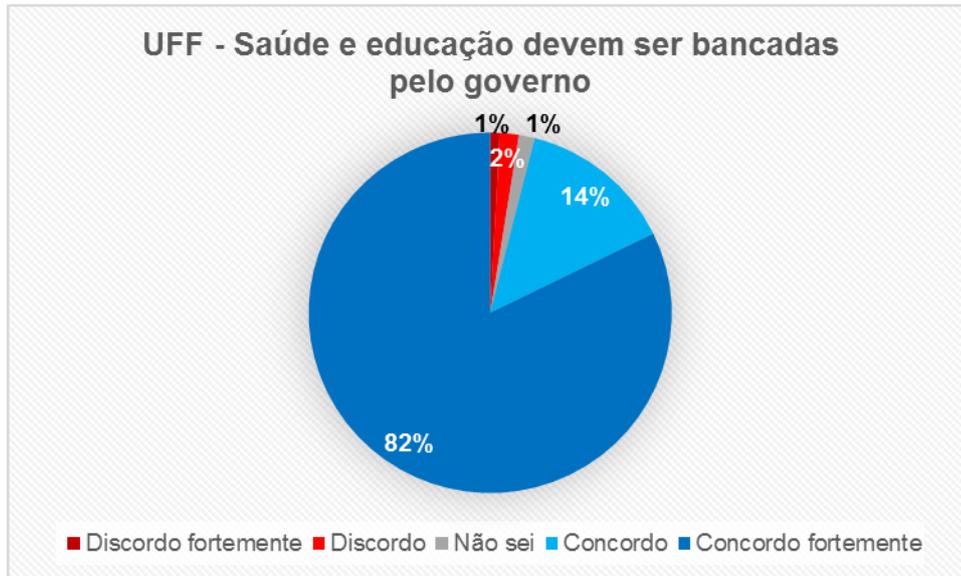
Em relação ao dever do governo de fornecer os serviços de saúde e educação, a maioria dos alunos se mostrou a favor da pauta (figura 39), tanto na UFF (figura 40) quanto na UCAM (figura 41). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 39 – Resultado total da afirmativa “saúde e educação devem ser bancadas pelo governo”.



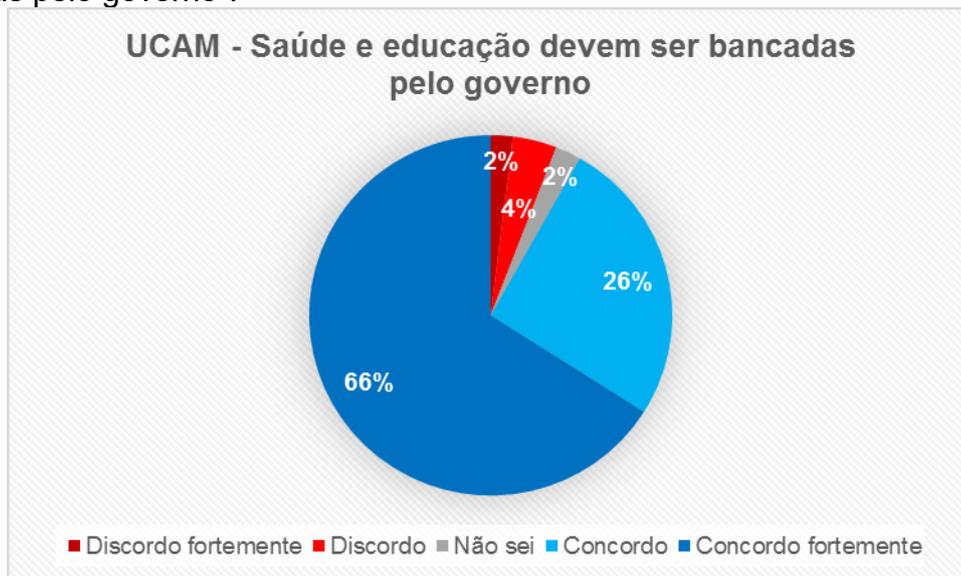
Fonte: Própria (2018).

Figura 40 – Resultado da UFF da afirmativa “saúde e educação devem ser bancadas pelo governo”.



Fonte: Própria (2018).

Figura 41 – Resultado da UCAM da afirmativa “saúde e educação devem ser bancadas pelo governo”.



Fonte: Própria (2018).

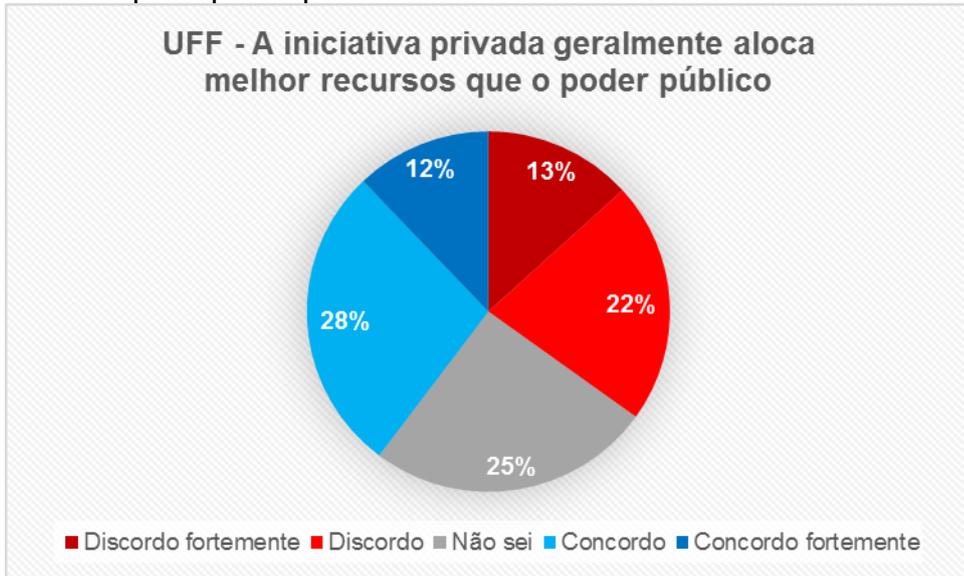
Em relação a privatização como forma mais eficiente de desenvolvimento, a maioria dos alunos se mostrou favorável (figura 42). Na UFF a opinião dos alunos referente essa pauta não apresentou tendência alguma (figura 43), no entanto na UCAM essa pauta recebeu maior aceitação (figura 44). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 42 – Resultado total da afirmativa “a iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público”.



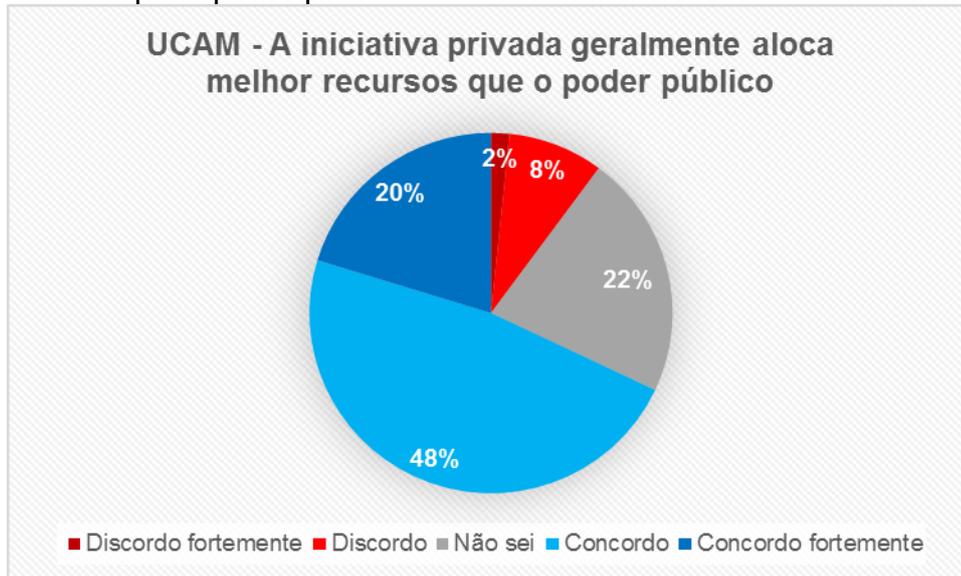
Fonte: Própria (2018).

Figura 43 – Resultado da UFF da afirmativa “a iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público”.



Fonte: Própria (2018).

Figura 44 – Resultado da UCAM da afirmativa “a iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público”.



Fonte: Própria (2018).

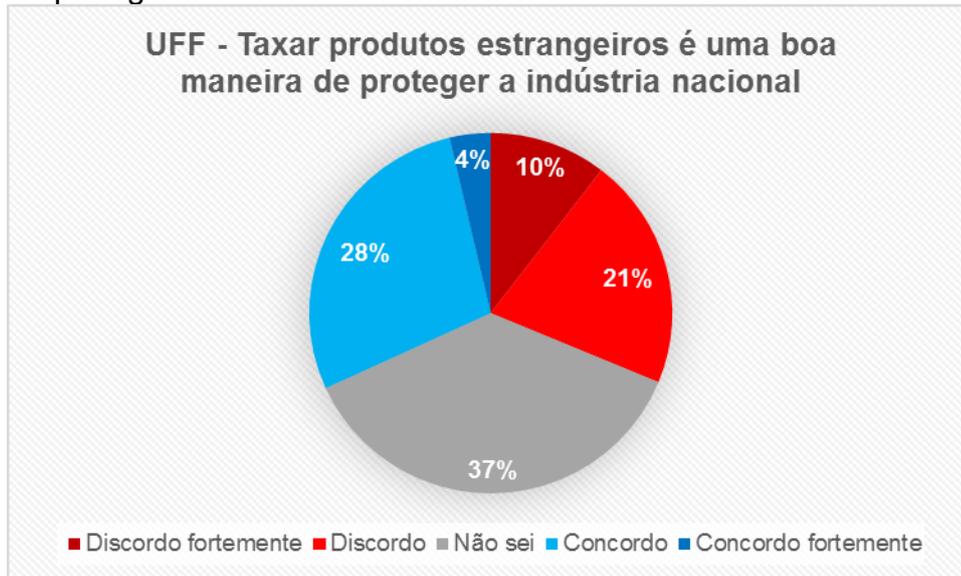
Em relação a política de comércio internacional, a maioria dos alunos acreditam que taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional (figura 45). No entanto esse resultado refletiu com mais intensidade na UCAM (figura 47) pois na UFF muitos estudantes não souberam responder (figura 46). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 45 – Resultado total da afirmativa “taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional”.



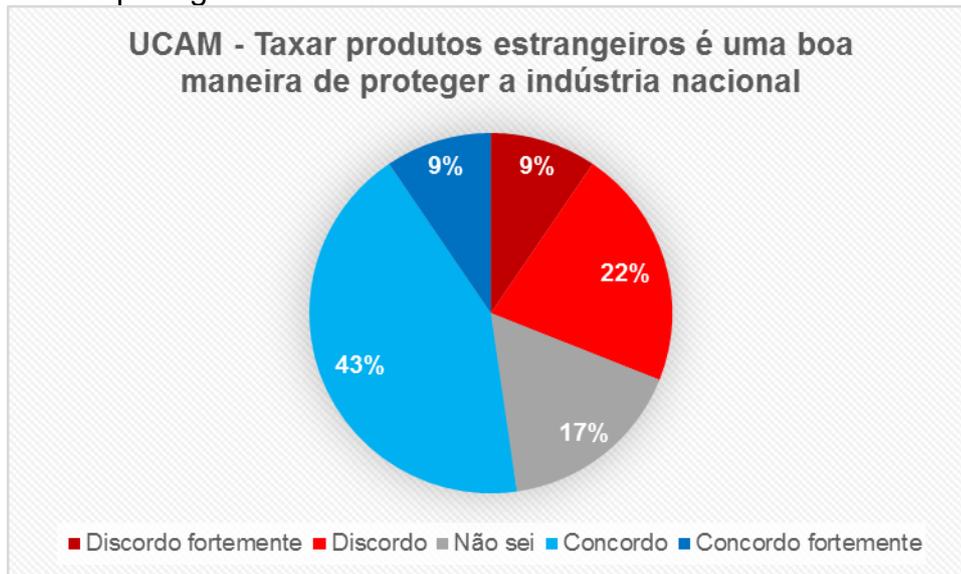
Fonte: Própria (2018).

Figura 46 – Resultado da UFF da afirmativa “taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional”.



Fonte: Própria (2018).

Figura 47 – Resultado da UCAM da afirmativa “taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional”.



Fonte: Própria (2018).

Em relação a função que a educação deve desempenhar, a mesma porcentagem de alunos que acredita que a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho, é a mesma que acredita que essa não seja a principal função da educação escolar (figura 48). Na UFF a maioria dos alunos se posicionou contrária a pauta (figura 49), enquanto na UCAM a maioria se posicionou a favor (figura 50). A estratificação por gênero revelou uma aceitação da pauta pela maioria dos homens e uma rejeição pela maioria das mulheres (figura

51). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 48 – Resultado total da afirmativa “a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho”.

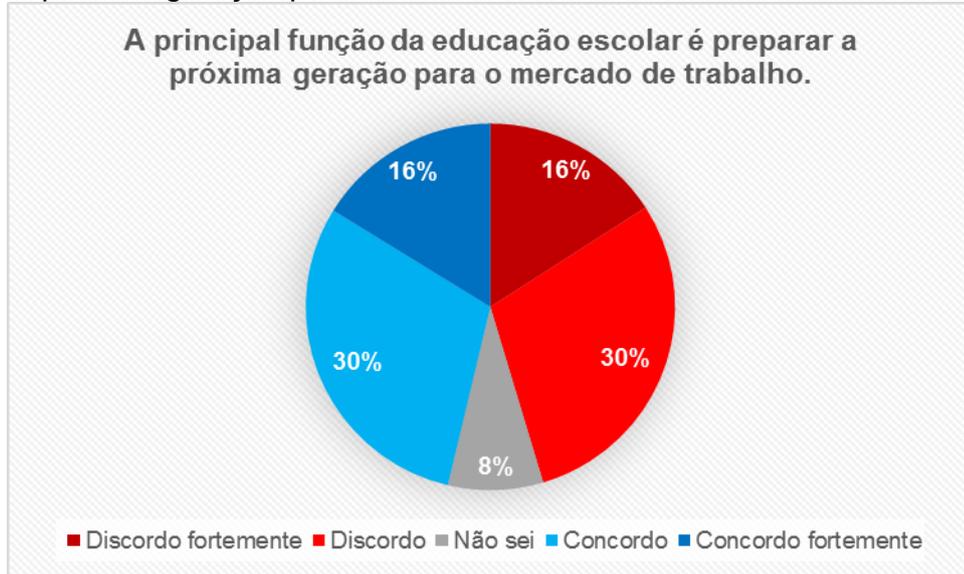


Foto: Própria (2018).

Figura 49 – Resultado da UFF da afirmativa “a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho”.

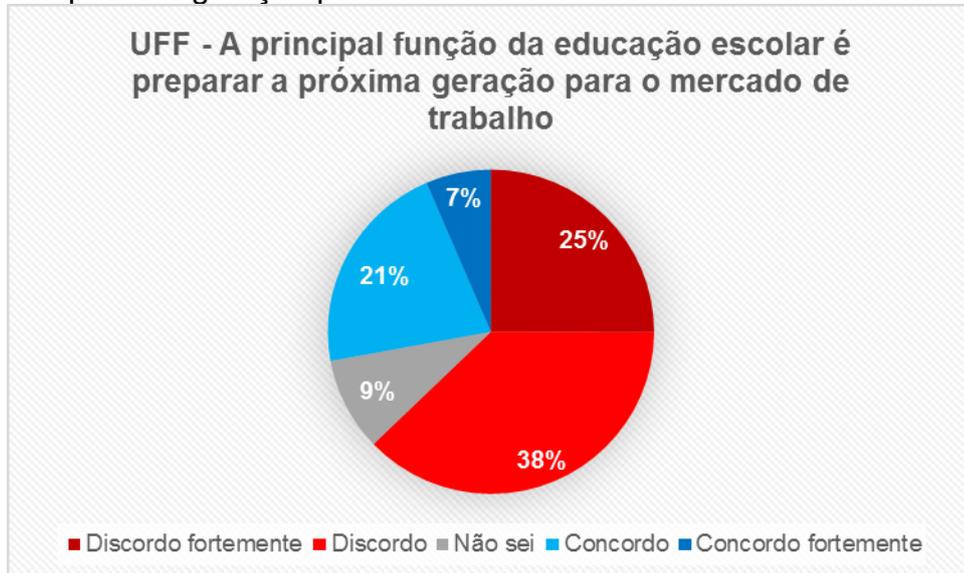


Foto: Própria (2018).

Figura 50 – Resultado da UCAM da afirmativa “a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho”

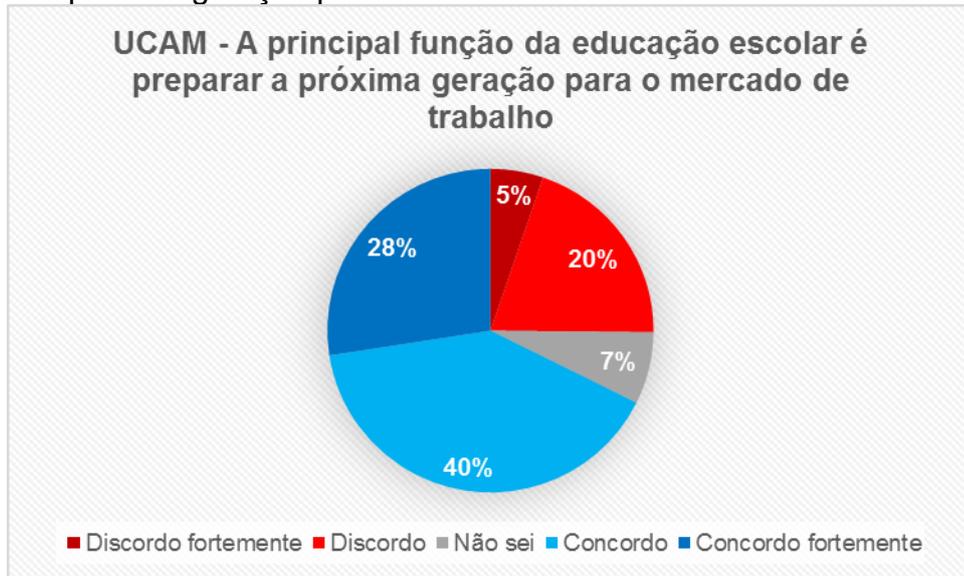


Foto: Própria (2018).

Figura 51 – Resultado da UCAM da afirmativa “a principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho” estratificado por gênero.

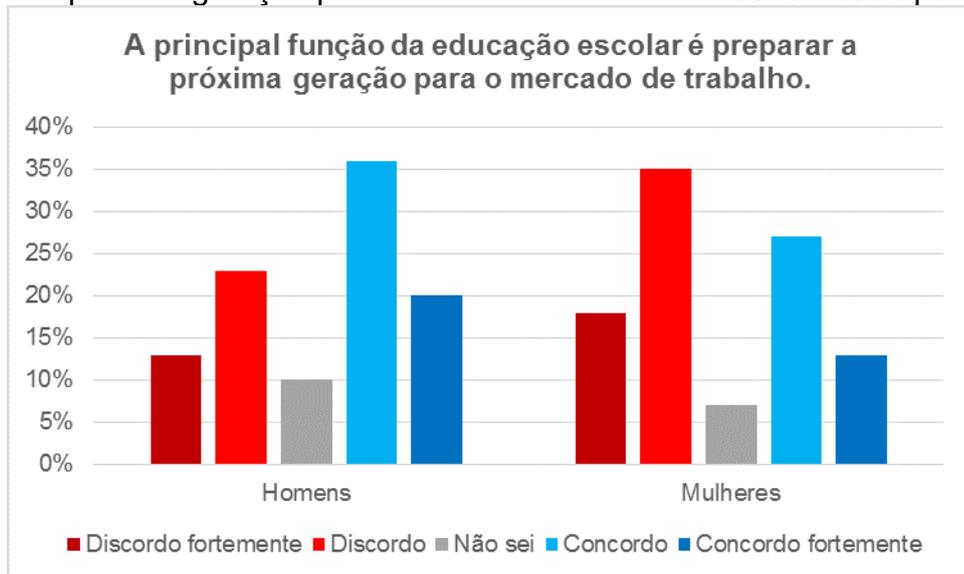


Foto: Própria (2018).

Em relação a redução de impostos, a maioria dos alunos se posicionou a favor (figura 52), tanto na UFF (figura 53) quanto na UCAM (figura 54). Não houve diferenças expressivas de resultado na estratificação por gênero, idade, cor de pele, curso e religião.

Figura 52 – Resultado total da afirmativa “impostos devem ser reduzidos”.

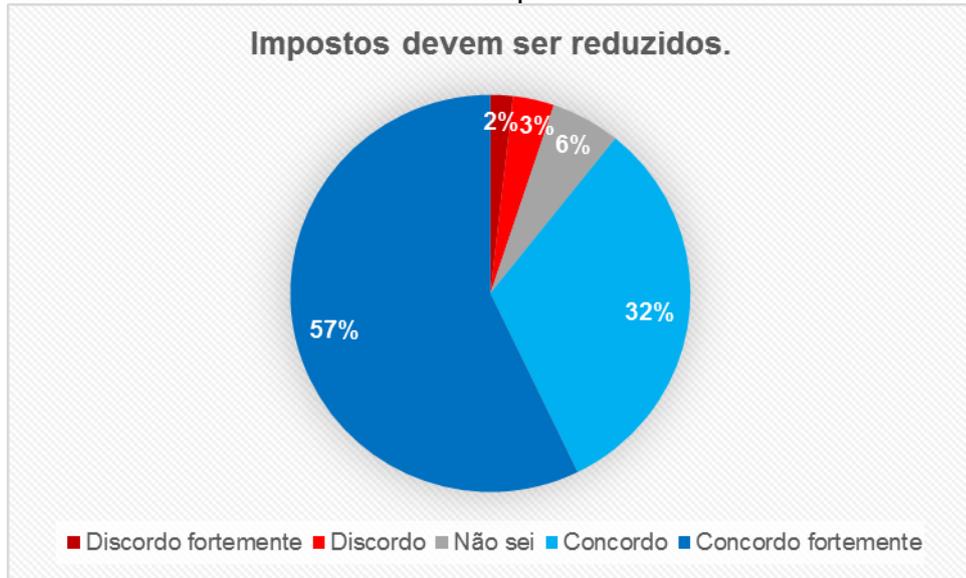


Foto: Própria (2018).

Figura 53 – Resultado da UFF da afirmativa “impostos devem ser reduzidos”.

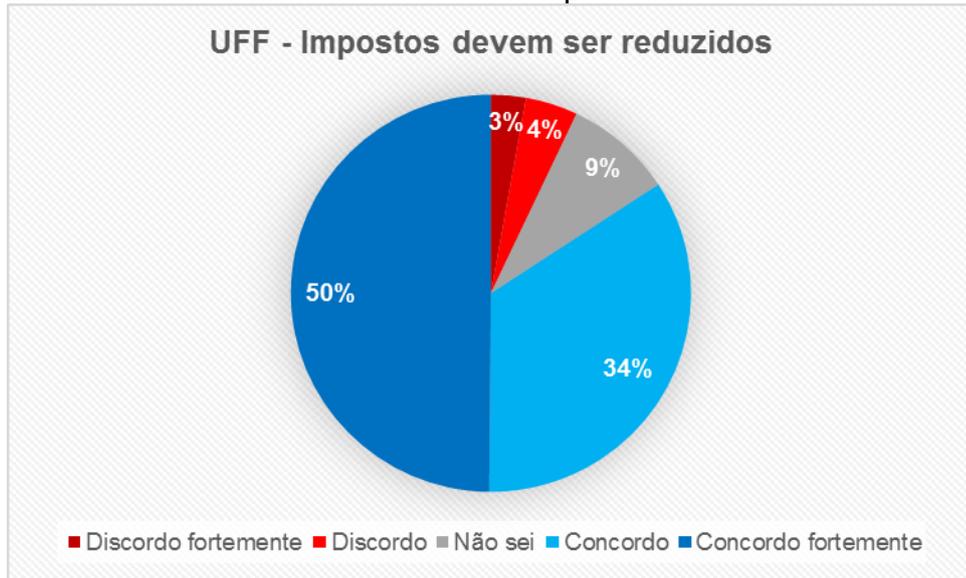


Foto: Própria (2018).

Figura 54 – Resultado da UCAM da afirmativa “impostos devem ser reduzidos”.

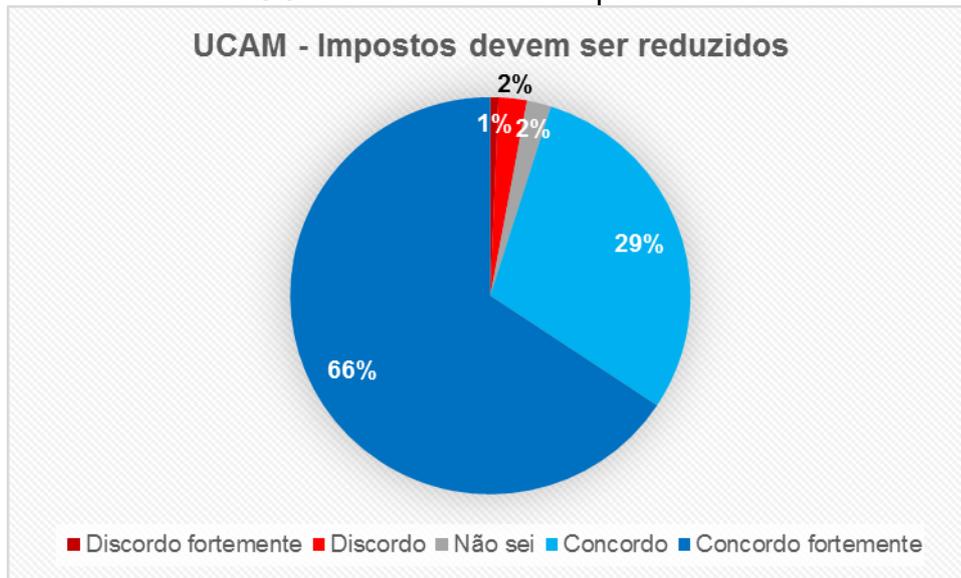


Foto: Própria (2018).

Uma vez lançadas as respostas dos alunos na bússola política, percebeu-se uma forte tendência progressista aos alunos da UFF, com algumas poucas exceções que se dispersaram para as outras correntes políticas (figura 55). Já na UCAM o resultado revela que os alunos tendem a se agrupar no centro, com uma leve tendência ao conservadorismo em comparação as demais correntes políticas da bússola (figura 56).

Figura 55 – Bússola política da UFF.

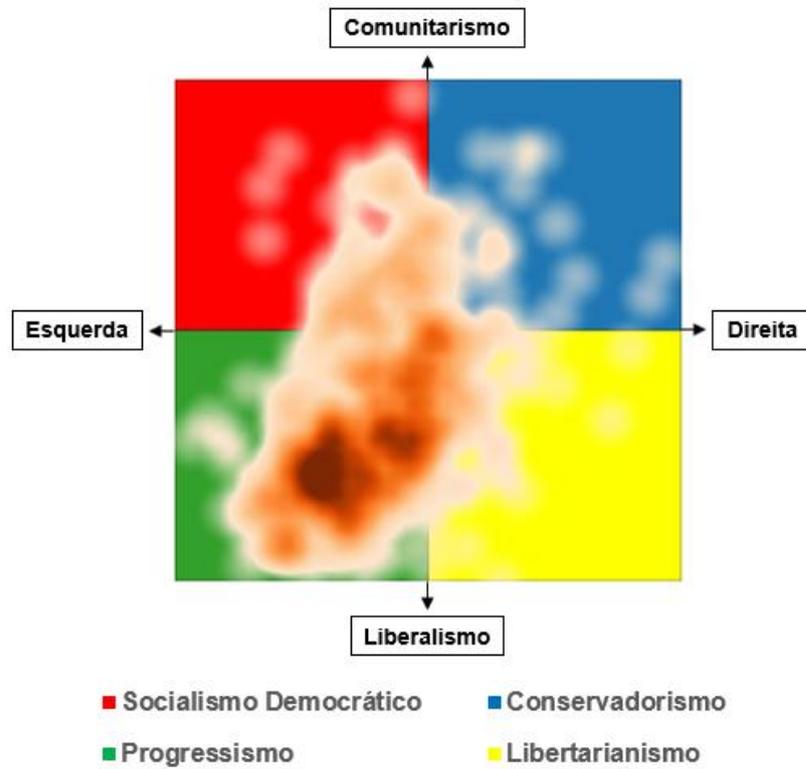


Foto: Própria (2018).

Figura 56 – Bússola política da UCAM.

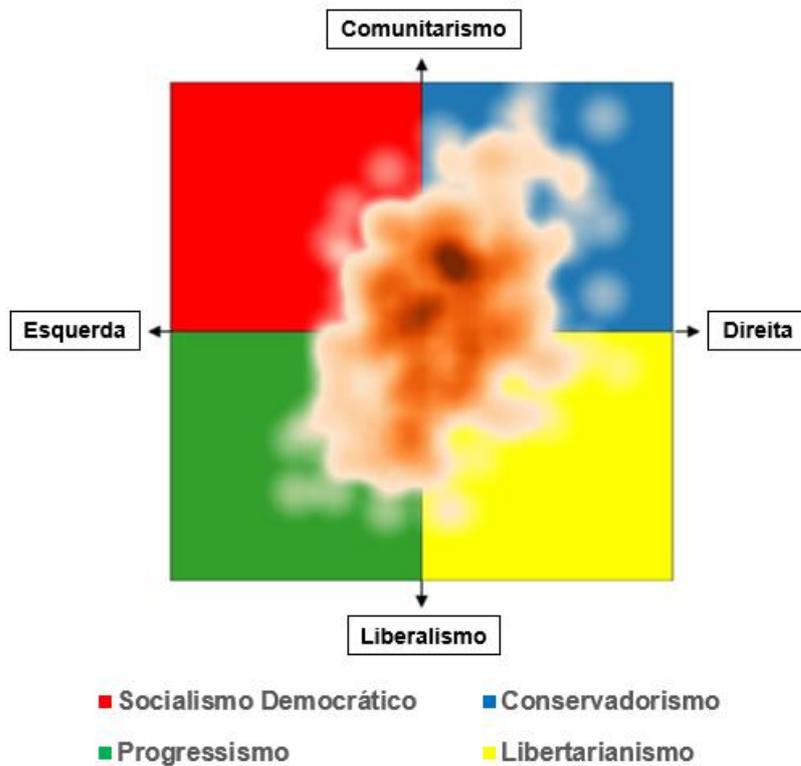


Foto: Própria (2018).

Unindo o resultado de ambas instituições de ensino abordadas na pesquisa, constatou-se que a maioria dos resultados apresentados se concentra no centro com uma tendência para a corrente progressista (figura 57).

Figura 57 – Bússola política, resultado final.

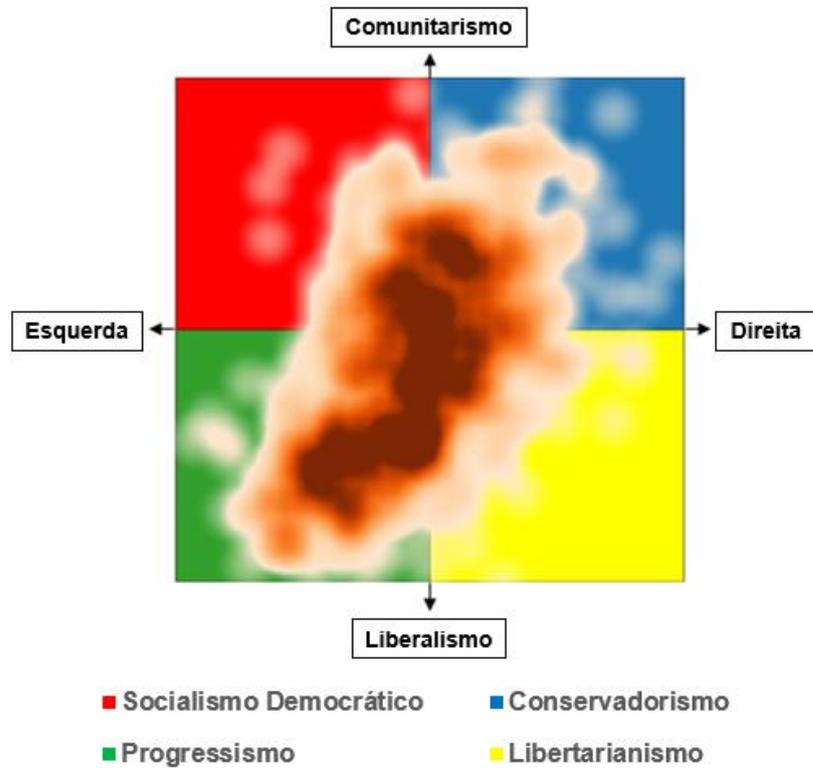


Foto: Própria (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados apresentados, percebe-se duas tendências de pensamento político dos estudantes universitários com até 25 anos de idade em Campos dos Goytacazes-RJ. A primeira tendência visualizada na bússola política é uma concentração no centro do espectro político com leves desvios para uma corrente política seja à direita ou à esquerda, seja liberal ou comunitária. No entanto o conservadorismo e o progressismo são as correntes que melhor se adequam as opiniões dessa parcela de alunos, embora sejam totalmente opostas. É provável que a maioria desses estudantes não se identifique totalmente com nenhuma corrente política, no entanto não deixam de ter suas opiniões próprias sobre assuntos isolados. A segunda tendência é uma forte concentração de estudantes na ala progressista da bússola política que chega a beirar os extremos do eixo liberal. É provável que a maioria desses estudantes estejam convictos sobre as posições que adotam e sobre quais pensamentos políticos defendem seus ideais, embora muitos não necessariamente usem o termo “progressista” como identificação. De forma geral pode-se dizer que o perfil populacional usado como objeto de estudo na pesquisa tende a simpatizar com ideias progressistas e ideias de centro.

Como sugeriu a hipótese, existe uma discrepância de resultados entre alunos de uma instituição pública e alunos de uma instituição privada, tal como em relação aos cursos estudados. Grande parcela dos estudantes que na bússola política tenderam para a corrente progressista cursam a UFF, enquanto a maior parcela de alunos que tiveram seus resultados aglomerados no centro da bússola com algum desvio para qualquer lado, cursam a UCAM.

Analisando as questões isoladamente, percebe-se um forte apoio dos estudantes em relação aos direitos dos homossexuais (pauta apoiada pelo progressismo e pelo libertarianismo), em relação a obrigatoriedade do governo de fornecer serviços de saúde e educação (apoiada pelo socialismo democrático e pelo progressismo), e em relação a diminuição de impostos (apoiada pelo conservadorismo e pelo libertarianismo). Outras pautas que receberam forte apoio, porém ainda com uma parcela considerável de rejeição, foram a legalização da maconha (apoiada pelo progressismo e pelo libertarianismo), o controle da imigração (apoiado pelo conservadorismo e pelo socialismo), a taxação de produtos estrangeiros como

estímulo para o desenvolvimento da indústria nacional (apoiado pelo socialismo e pelo progressismo), e a melhor alocação de recursos da iniciativa privada em comparação ao poder público (apoiada pelo conservadorismo e pelo libertarianismo). As questões que mais dividiram opinião foram a atividade do governo de distribuir a riqueza dos ricos para os pobres (apoiada pelo socialismo e pelo progressismo), e a principal função da educação escolar ser preparar a geração seguinte para o mercado de trabalho (apoiada pelo conservadorismo e pelo libertarianismo). As pautas que sofreram maior reprovação foram a legalização da pena de morte para alguns casos (apoiada pelo conservadorismo e pelo socialismo), a legalização do aborto em todos os casos (apoiada pelo progressismo e pelo libertarianismo), a legalização da prostituição (apoiada pelo progressismo e pelo libertarianismo), a ação do governo de aumentar as despesas militares (apoiada pelo conservadorismo e pelo socialismo), e principalmente a legalização ao porte de armas de fogo (apoiada pelo conservadorismo e pelo libertarianismo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARONOWITZ, Stanley. Pós-modernismo e política. Trad. Cristina Cavalcanti. Tradução de: *Postmodernism and politics*. In: HOLLANDA, Eloisa Buarque de. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992. P. 276. P. 151-176.
- AZEVEDO, Reinaldo. A juventude brasileira é de direita. **Veja**. 28 jul. 2008. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-juventude-brasileira-e-de-direita/>>. Acesso em 28 mai. 2017.
- BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 11ª ed. Brasília: Editora UNB, 1998. Tradução de: *Dictionary of Politics*.
- BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001. Tradução de: *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Antonio Monteiro Guimarães. Editora Zahar, 2014. Tradução de: *A Dictionary of Marxist Thought*.
- CARVALHO, Olavo de. Democracia normal e patológica – I. In: _____. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.
- CARVALHO, Olavo de. Direita e esquerda, origem e fim. **Diário do Comércio**. São Paulo, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/direita-e-esquerda-origem-e-fim/>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- CORREIA, Victor. **A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e atualidade**. Disponível em: <http://www.academia.edu/6095872/A_dicotomia_pol%C3%ADtica_esquerda-direita_a_problema%C3%A1tica_da_sua_validade_e_atualidade> Acesso em: 09 abr. 2017.
- COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas e revolucionários e reacionários**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2014.
- DATAFOLHA. **Intenção de voto para prefeito do Rio de Janeiro – Instituto Datafolha – Outubro de 2016**. 2016. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/10/c33a8eac0b4f019c94af2dcade08b2f3b577a01b.pdf>>. Acesso em 28 mai. 2017.
- FERNANDES, Florestan. Democracia e socialismo. **Crítica marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.11-13.
- GOODFELLOW, Robin. **O marxismo em resumo: da crítica do capitalismo à sociedade sem classes**. Trad. _____. Aug, 2013. Tradução de: *Le marxisme en abrégé: de la critique du capitalisme à la société sans classes*.
- GONÇALVES, Gisela. **Comunitarismo ou Liberalismo?**. Set. 1998.
- HICKS, Stephen R. C. **Explicando o pós-modernismo: ceticismo e socialismo – de Rousseau a Foucault**. Trad. Silvana Vieira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Callis, 2011. Tradução de: *Explaining Postmodernism: Skepticism and Socialism from Rousseau to Foucault*.
- HOPPE, Hans-Hermann. **A Ciência Econômica e o Método Austríaco**. Trad. Fernando Fiori Chiocca. 1ª ed. São Paulo: Editora Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Tradução de: *Economic Science and the Austrian Method*.

- HUYSSSEN, Andres. Mapeando o pós-moderno. Trad. Carlos A. de C. Moreno. Tradução de: *Mapping the modern post*. In: HOLLANDA, Eloisa Buarque de. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992. P. 276. P. 15-80.
- LOUREIRO, Isabel. **Herbert Marcuse – anticapitalismo e emancipação**. Trans/Form/Ação. São Paulo, 2005.
- MACHADO, Leandro. Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens?. **BBC Brasil**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761>>. Acesso em 22 mar. 2018.
- MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 102, jan./abr. 2008, p. 55-78.
- MATTOS, Alessandro Nicoli de. **O livro urgente da política brasileira: um guia para entender a política e o Estado no Brasil**. 1ª ed. Ago. 2016.
- MISES, Ludwig von. **Ação humana: um tratado de economia**. Trad. Donald Stewart Jr. 31ª ed. São Paulo: Editora Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Tradução de: *Human action: a treatise on economics*.
- PEREIRA, Luiz Bresser. Economia conservadora e economia progressista. **Rev. Economia Política**, v. 5, n. 4, out./dez.1985.
- POLITICAL COMPASS**. Disponível em: <<https://www.politicalcompass.org/>>. Acesso em: 01 abr. 2017.
- ROCHA, Davi de Castro et al. **Teoria crítica e pós-modernismo: principais paradigmas e produção científica no Brasil**. III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. João Pessoa. 20-22 nov. 2011.
- RODRIGUES, Alan. O que os jovens pensam sobre a política. **IstoÉ**. 29 ago. 2014. Disponível em <http://istoe.com.br/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA/>. Acesso em 28 mai. 2017.
- ROTHBARD, Murray N. **A Ética da liberdade**. Trad. Fernando Fiori Chiocca. 2ª ed. São Paulo: Editora Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Tradução de: *The Ethics of Liberty*.
- ROTHBARD, Murray N. **Por uma nova liberdade: o manifesto libertário**. Trad. Rafael de Sales Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Editora Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013. Tradução de: *For a New Liberty: The Libertarian Manifesto*.
- SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. Trad. Bruno Garschagen. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. Tradução de: *How to be a conservative*.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 11, n. 1, jan./jun. 2008. p. 53-60.
- TAVARES, Jéssica. **Movimentos pendulares de estudantes na Região Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes, 2016. 113f. Dissertação (Dissertação em Geografia) – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.
- THOMAS, Norman. **Democratic socialism: a new appraisal**. 1953.
- TONET, Ivo. **Socialismo e democracia**.

ANEXOS

Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PESQUISA SOBRE A OPINIÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE

Data: _____

Cidade: Campos dos Goytacazes

1. Instituição de Ensino: _____

2. Curso: _____

3. Gênero:

1.(...) Masculino

2.(...) Feminino

4. Idade: _____ anos

5. Cor:

1.(...) Branco

2.(...) Pardo

3.(...) Negro

4.(...) Amarelo

5.(...) Outra

6. Religião: _____

7. Em qual cidade você reside (cidade que você vive a maior parte do tempo)?

1.(...) Campos dos Goytacazes → *Vá para a questão 8*

2.(...) Outra → *Vá para a questão 9*

8. Qual motivo de você residir em Campos?

1.(...) Estudo → *Vá para a questão 10*

2.(...) Trabalho → *Vá para a questão 10*

3.(...) Residência fixa → *Vá para a questão 10*

4.(...) Outro → *Vá para a questão 10*

9. Com que frequência você vem a Campos para estudar?

1.(...) 6 vezes por semana

2.(...) 5 vezes por semana

3.(...) 4 vezes por semana

4.(...) 3 vezes por semana

5.(...) 2 vezes por semana

QUESTIONÁRIO

10. Responda as afirmativas do questionário de acordo com a legenda abaixo:

Legenda:

CF = Concordo fortemente

C = Concordo

NS = Não sei

D = Discordo

DF = Discordo fortemente

Afirmativas	CF	C	NS	D	DF
1. Maconha deve ser legalizada.					
2. Casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais.					
3. Pena de morte deve ser uma opção em alguns casos.					
4. Aborto deve ser legalizado em todos os casos.					
5. A imigração no meu país deve ser controlada.					
6. Prostituição deve ser legalizada.					
7. O governo deve aumentar as despesas militares.					
8. O porte de armas de fogo deve ser legalizado.					
9. O governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres.					
10. Saúde e educação devem ser bancadas pelo governo.					
11. A iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público.					
12. Taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional.					
13. A principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho.					
14. Impostos devem ser reduzidos.					